

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM BALNEÁRIO GAIVOTA/SC

Acadêmica: Maria Eduarda Bristot Gomes

Orientador: Jorge Luiz Vieira

Trabalho Final de Graduação (TFG) I apresentado pela acadêmica Maria Eduarda Bristot Gomes ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Participaram da banca:

Professor Orientador Dr. Jorge Luiz Vieira

Professor Avaliador Msc. Mauricio Pamplona

Professora Avaliadora Msc. Sara Medeiros dos Santos Pizzatto

Julho de 2021

Acadêmica

Maria Eduarda Bristot Gomes

Orientador

Prof. Dr. Jorge Luiz Vieira

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM BALNEÁRIO GAIVOTA/SC

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho Final de Graduação I

Acadêmica:

Maria Eduarda Bristot Gomes

Orientador:

Prof. Dr. Jorge Luiz Vieira

2021/1

“

A paisagem urbana é para além de outras coisas, algo a ser apreciado, lembrado e contemplado. (LYNCH, 2008, p.7).

APRESENTAÇÃO

Muitas são as definições que podem ser dadas ao espaço livre, expressão destinada à referência de ruas, jardins ou até mesmo áreas de lazer. Ele pode ser determinado como todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho (MACEDO, 1995).

O presente trabalho, com o tema de espaços públicos, busca trazer um novo olhar sobre o cenário atual dos pequenos balneários e sua escassez de espaços livres públicos para atender a população fixa ali presente. Sendo assim, o intuito do trabalho é a articulação e estruturação de um sistema de espaços públicos, traduzindo os conceitos levantados e aplicá-los a um projeto que considere o cenário do município atual.

PALAVRAS-CHAVE

Espaços Públicos, Requalificação Urbana, Paisagem Urbana.



Fig. 01 – Passarela em Balneário Gaivota
Fonte: Marlon Antonelli (2018)

1. INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA	09
1.2 OBJETIVO GERAL	10
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.4 METODOLOGIA	11

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	12
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO URBANO	13
2.3 CIDADE, ESPAÇO LIVRE E BIOFILIA	14
2.4 QUALIDADE AMBIENTAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	15
2.5 UTILIZADORES E ATIVIDADES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	16
2.5.1 TIPOS DE UTILIZADORES	16
2.5.2 TIPOS DE ATIVIDADES	16
2.6 ABORDAGENS EM ESPAÇOS PÚBLICOS	17
2.7 QUALIFICAÇÃO URBANA	18
2.8 LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	19
2.9 ESPAÇO LIVRE E MOBILIDADE URBANA	20
2.10 REALIDADE DE ESPAÇOS LITORÂNEOS	21

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 ESCALA REGIONAL	22
3.2 ESCALA MUNICIPAL	24
3.2.1 ASPECTOS GERAIS	24
3.2.2 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	26
3.2.3 EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA	28
3.2.4 PANORAMA SOCIOECONÔMICO	30
3.2.5 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	31
3.2.6 OCUPAÇÃO DO SOLO 2015	32

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.2.7 OCUPAÇÃO DO SOLO 2021	33
3.3 BAIRROS DA ÁREA DE ESTUDO	34
3.4 ESCALA DA ÁREA DE ESTUDO	36
3.4.1 SISTEMA VIÁRIO: HIERARQUIA VIÁRIA E TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO	36
3.4.2 TRANSPORTE PÚBLICO.....	37
3.4.3 TIPOLOGIAS DE ASSENTAMENTOS	38
3.4.4 ESPAÇOS LIVRES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	40
3.4.5 CHEIOS E VAZIOS	41
3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE	42

4. REFERENCIAIS PROJETOAIS

4.1 EMERALD NECKLACE	50
4.2 PLANO URBANÍSTICO DE ROSÁRIO	52

5. PARTIDO

5.1 DIAGNÓSTICO E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NA ESCALA DA ÁREA DE ESTUDO	54
5.2 MAPA SÍNTESE ATUAL	56
5.3 PROPOSTA DE CONEXÕES VIÁRIAS	57
5.4 CENTRALIDADES, USOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	58
5.4.1 INCENTIVOS FISCAIS	59
5.4.2 INTERVENÇÕES URBANAS	60
5.5 PROPOSTA DE SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	61
5.5.1 INFRAESTRUTURA VERDE.....	62
5.6 RECORTES DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	63
5.6.1 CENTRO: A INTERVENÇÃO CENTRAL COMO CENTRALIDADE URBANA	64
5.6.2 SUL: A INTERVENÇÃO SUL A NÍVEL DE COMUNIDADE	72
5.6.3 NORTE: A INTERVENÇÃO NORTE COMO INCENTIVO A ATIVIDADE TURÍSTICA	80
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1965 os municípios litorâneos entraram em processo de emancipação e desenvolvimento, de forma a ocorrer um fenômeno populacional urbano ocupando faixas contínuas de cidades litorâneas com perfil de segunda residência. Estas ocupações causaram impactos sobre o meio natural presente, como a natureza, o relevo, a praia, o clima, entre outros que contribuem para uma ocupação espraiada e sem planejamento. A ocupação do litoral se intensifica a partir de três vetores: urbanização, industrialização e exploração turística, principalmente na faixa litorânea, causando continuidade urbana entre os municípios. O resultado dessa ocupação sem planejamento são limitações em espaços públicos e infraestrutura adequada, não proporcionando ao cidadão segurança, qualidade de vida, condições de mobilidade urbana e áreas de lazer e convívio.

Esta realidade afeta os municípios que dependem do comércio local e da economia rural por exemplo, que segundo o Censo do IBGE (2010), municípios com até 50 mil habitantes são os que possuem as piores condições de infraestrutura urbanística básica, e boa parte se deve a um misto de gestão inadequada, corrupção e baixo orçamento – a falta de verba para realização dos investimentos.

A vivência em pequenas cidades, que segundo o IBGE (2010) são “aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes”, que ainda possuem característica de balneário, ou seja, municípios litorâneos, é ainda mais complexo ao ponto de que estes lugares, muitas vezes, estão preparados apenas para uma ocupação sazonal, na qual todo o lazer e convivência se baseia em somente um local: a praia. Assim, os moradores de ocupações fixas acabam por terem seu lazer, segurança e convivência restritos a apenas uma época do ano.

Para uma melhor relação entre uma cidade com característica balneária e a população fixa presente, fica explícito a importância de espaços públicos livres para lazer, descanso, esportes ou outras atividades no âmbito destas cidades, que surge a partir das necessidades da população com a

criação de identidade e memória local, formada pela apropriação e coletivização do patrimônio cultural de uma comunidade que com constantes interações singulares, modificam percepções de sociedade e cultura.

Conforme Pacheco (2017) quanto maior multiplicidade, maior democracia – gerando convivência e permanência nos espaços, sendo a vitalidade, à vida nas ruas, passeios e espaços públicos abertos com alta intensidade de apropriação dos espaços, bem como a interação com as atividades que ocorrem que as atraem, fazendo com que os indivíduos escolham ou não ocupá-los.

A partir deste estudo, a proposta consiste na criação de um sistema de espaços públicos como elementos articuladores de uma cidade pequena e com característica de balneário, Balneário Gaivota. Em vista disso, o ensaio divide-se em uma estrutura de seis capítulos. O primeiro aborda a introdução do tema, bem como questões de problemáticas existentes e justificativas de trabalho, além dos objetivos e a metodologia utilizada; o segundo apresenta-se em forma de fundamentação teórica, voltada para o espaço livre público e sua relação com a cidade; o terceiro, uma contextualização aprofundada principalmente na escala da cidade; o quarto, voltado para referências projetuais; o quinto aborda o partido urbanístico, seu diagnóstico e ações de projeto; e o último, o sexto capítulo, é voltado para as referências bibliográficas utilizadas.



Fig. 02 – Vista superior de Balneário Gaivota
Fonte: Google Imagens (2021)

1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

Somente uma paisagem privilegiada da natureza não é o suficiente para tornar uma cidade agradável. Segundo Gehl (2013) ela precisa de incentivos seguros, sustentáveis e saudáveis, que podem ser focadas em reforçar a preocupação com o pedestre, ciclistas e com a vida na cidade em geral. Assim, uma cidade completa é aquela que todos os cidadãos possam ter acesso a espaços públicos, abertos e de qualidade, bem como a transporte público e alternativo.

A área de estudo, Balneário Gaivota, um dos municípios de maior expansão urbana do extremo sul catarinense nos últimos anos, provém de uma ocupação inicialmente centralizada que se expandiu em direção norte e sul recentemente. Com isso, a cidade carece de espaços públicos, equipamentos públicos e mobiliário urbano que façam com que as pessoas se apropriem do espaço, além de não contar com atrativos que interajam com a comunidade ou a cidade.

Ainda de acordo com Gehl (2002), uma cidade de qualidade é aquela que possui conforto e proteção como base em um planejamento da cidade. Os espaços livres públicos proporcionam áreas de estadia e qualidade por meio da interação social, indicando os mesmos como elementos estruturantes e organizativos da vida urbana.

Aliado aos problemas da falta de espaços livres, também deve ser pontuado, na cidade de Balneário Gaivota, o sistema viário sem diversificação modal. Os passeios públicos são precarizados ou inexistentes e a ciclofaixa existente é pequena e não faz conexão com outras partes da cidade. Não há diversidade de usos nos bairros e com exceção da área central que abrigam os comércios, as áreas que foram expandidas tem caráter apenas residencial.

Desse modo, como promover uma transformação na cidade a partir da criação e requalificação de espaços públicos?

Qualificando os espaços livres da cidade de Balneário Gaivota, e a partir de um diagnóstico geral, o trabalho busca uma nova articulação da cidade, a partir da criação de conexões verdes para, além da melhora da paisagem, criar qualidade de vida para a população. Portanto, serão estudados espaços de lazer e convivência, para se poder gerar segurança e sensação de pertencimento, melhorar a mobilidade urbana e incentivar a meios de transporte não motorizados e/ou públicos, com maior diversidade de usos.

Assim, um sistema de espaços livres, segundo Queiroga (2011) é algo básico na existência de uma cidade, pois é fundamental para o desenvolvimento da vida cotidiana, bem como na constituição de uma paisagem urbana como forma urbana de imagem, história e memória da cidade e, por fim, tem participação em uma esfera pública (geral e política) e da esfera da vida privada.

"Bairros bem planejados inspiram os moradores, ao passo que comunidades mal planejadas brutalizam seus cidadãos. Como Jan diz: 'Nós moldamos as cidades, e elas nos moldam.'" (ROGERS, 2012, p. 11).

1.2 OBJETIVO GERAL

Desenvolver proposta de um sistema de espaços públicos como elemento estruturador e articulador da cidade de Balneário Gaivota/SC.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Embasar o projeto teoricamente a fim de compreender sobre sistemas de espaços públicos e paisagem urbana;
- Compreender a área de estudo, por meio de análises sobre a evolução urbana e a consolidação da ocupação do local;
- Analisar como é configurada a paisagem urbana e elaborar diretrizes macro do projeto urbano que contemplem todo o balneário a partir de referenciais projetuais;
- Desenvolver um estudo teórico-conceitual de um sistema de espaços públicos resultando em um partido urbanístico no TFG I, e elencar um destes espaços a fim de apresentar um anteprojeto urbanístico no TFG II.

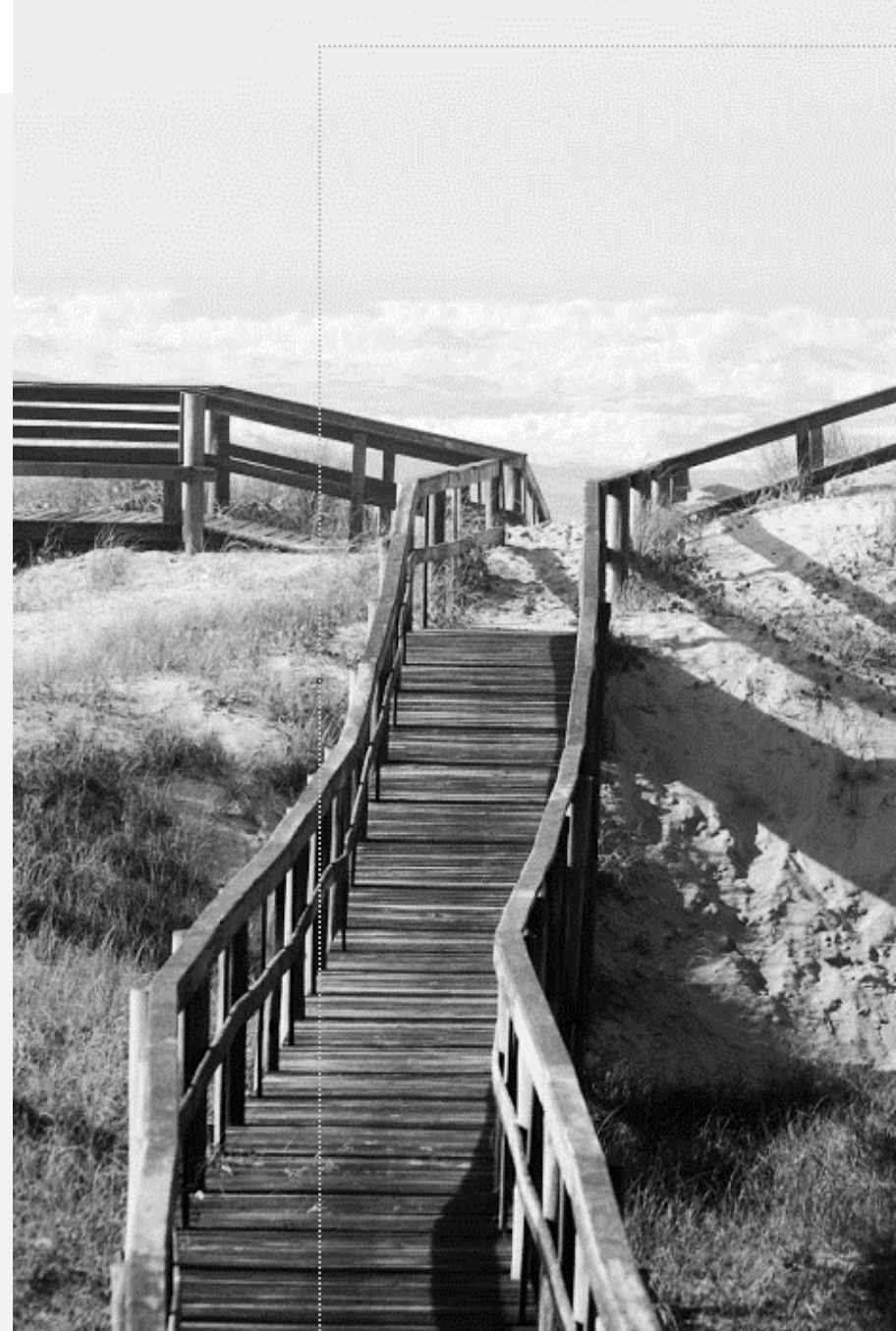


Fig. 03 – Passarela em Balneário Gaivota
Fonte: Marlon Antonelli (2018)

1.4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo teórico-conceitual com o tema de Espaços Públicos, realizou-se uma revisão bibliográfica a partir da leitura de livros, trabalhos acadêmicos, revistas e sites.

Assim, foram estabelecidas as diferentes escalas de estudo, bem como levantamentos e leituras urbanas a fim de compreender as relações com as edificações e paisagens já existentes, bem como a compreensão da malha viária local, entendimento da história e formação da identidade, além de levantamentos fotográficos com visitas a campo e com a utilização do Google Earth.

Partindo deste ponto, foi feito um mapeamento de espaços públicos da cidade de Balneário Gaivota/SC caracterizando os espaços existentes e criando outros novos, a fim de entender a área de estudo e seu funcionamento, o público e o cenário atual do balneário, e a partir disso conceber ideias iniciais através de esquemas e diagramas para o melhor entendimento. Para tal, foi necessária a pesquisa aprofundada de referenciais projetuais que ajudem na definição e divisão dos espaços públicos, bem como para o desenvolvimento da proposta como um todo, sua articulação na cidade (Vide Fig. 04).

Em suma, utilizando-se das referências bibliográficas e projetuais, e a partir de análises e levantamentos de possíveis áreas de projeto, se desenvolveu inicialmente um partido urbanístico de sistemas de espaços públicos no TFG I, e por fim, a proposta de um anteprojetos urbanístico baseado na escolha de um destes sistemas, no TFG II.

SISTEMAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Conceito	Importância do Lazer
Evolução Histórica	Abordagens
Relação com a Cidade	Qualificação Urbana
Tipologias	Diretrizes
Utilizadores e Atividades	

BALNEÁRIO GAIVOTA/SC

ANÁLISES

Contextualização
Localização, Caráter, População.
Espacial
Tipologias, Acessos, Fluxos, Vegetação, Usos, Estadia.

LEVANTAMENTO

Fotográfico
Documental
Mapeamento

PROPOSTA

Partido urbanístico do sistema
Anteprojetos urbanístico de área escolhida

Fig. 04 - Esquema Metodológico.
Fonte: LEAL (2013), com adaptação da autora (2021).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Diversos conceitos de diferentes autores podem ser atribuídos ao significado de “espaço público”, que em geral referem-se aos espaços livres formados entre os espaços edificados, constituídos por ruas, praças, parques, áreas verdes, entre outros. Segundo Magnoli (2006), espaço livre é todo aquele não ocupado por um volume edificado, ou, em outras palavras,

“A paisagem urbana apresenta elementos característicos que se articulam, dando forma, dessa maneira, aos centros urbanos. Assim, a base de toda estrutura urbana se dá pelo “suporte físico”, representado principalmente pelos elementos naturais, como relevo e água. As características físicas de cada local urbano se dão pelos “volumes urbanos” constituídos por volumes construídos, como prédios, e volumes plantados, como árvores e arbustos. Representados por parques, praças, ruas, quintais, terrenos vazios, entre outros, os “espaços livres de edificação” constituem-se nos espaços abertos, livres de edificações ou coberturas, nos quais as ações urbanas acontecem.” (MACEDO, 2012)

Seguindo uma abordagem mais sociológica, Francisco (2005) disserta sobre como Espaço Público Urbano sendo a maneira de interação entre homem x sociedade na qual está inserido, de modo a atribuir os espaços como elementos estruturadores e organizacionais da vida urbana, possuindo papel importante no equilíbrio do sistema urbano, sendo classificado em diferentes parâmetros, citados no esquema ao lado.



Fig. 05 - Esquema de “Parâmetros do Espaço Público” de FRANCISCO (2005).

Fonte: LEAL (2013) com adaptação da Autora (2021).

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO URBANO

Os parques urbanos surgiram a partir das transformações que o ambiente urbano sofreu devido à Revolução Industrial, no final do século XVIII na Europa. Nesta mesma época, iniciou-se reformas sanitárias e infraestrutura, por estarem precárias devido ao crescimento desordenado. Assim, a partir do século XIX, os governos começaram a investir e ampliar os espaços verdes das grandes cidades a fim de promover a integração entre a população, o ócio e lazer, e a preservação do meio ambiente. (SILVA, 2016).

A implantação dos espaços verdes urbanos se deu pela necessidade de espaços de lazer que rompessem com o cotidiano, espaços como fonte de equilíbrio que contribuíssem para uma melhor qualidade de vida, já que a realidade industrial corria em ritmo acelerado, com pouco tempo de descanso. No decorrer da história,

“Conforme o uso, a cultura, a dimensão paisagística e ambiental, os parques assumiram diferentes características e funções considerando a estrutura urbana e os costumes de seus frequentadores e de acordo com as atividades desenvolvidas nesses locais.” (SILVA, 2016, p.10)

A chegada do século XIX é marcada pelas modificações estruturais sofridas pela cidade. O êxodo rural e o consequente aumento populacional, altera os padrões da sociedade atual e consequentemente, os padrões de espaços públicos livres e urbanos. Como Lamas disserta, a cidade “sofre uma ruptura radical na estrutura, na forma, na organização distributiva e nos conteúdos e propósitos da urbanística e da cidade”. (LAMAS J., 2004, p. 297).

A ruptura entre a cidade tradicional e moderna continua após a introdução do automóvel na cidade, visando a mudança das funções tradicionais das ruas e pelos espaços públicos presentes. Esse aumento de intensidade de tráfego foi gradual e acabou por piorar a situação de uso de espaços públicos como pontos de encontro, e a circulação e o comércio passam a deixar de fazer sentido. Se por um lado a introdução dos veículos auxiliam na permissão da população por uma maior mobilidade, por outro, desprivilegia a atividade de pedestres, e compromete o espaço público como palco de encontros sociais. (Gehl Architect & Helle Lis Sohlt, 2002).

O abandono gradual do espaço público e da socialização no mesmo trouxe consequências também para o comércio, uma vez que, a prática em espaços livres como feiras abertas, foi extinguida e foi transferida para lojas ao longo das ruas e praças. (Gehl Architect & Helle Lis Sohlt, 2002).

Assim, os espaços públicos ficaram comprometidos desde aquela época, e ainda há uma busca incessante pela revitalização e requalificação desses espaços atualmente, a fim de trazer novamente à cidade a participação e vida social, para o resgate da identidade local. (LEAL, 2013).

Desde o século XIX até a atualidade, os espaços públicos são muito representativos para o lazer junto à natureza que favorecem a sensação de liberdade – são locais democráticos por excelência, representando um lugar de sociabilidade e urbanidade. (SILVA, 2016).

Conforme Serpa, “[...] o parque público contribui para melhorar a qualidade da vida urbana e oferece aos habitantes das cidades espaços recreativos de lazer e ‘festivo’” (SERPA, 2004, p.82).

2.3 CIDADE, ESPAÇO LIVRE E BIOFILIA

Segundo Gehl (2014), cidades são lugares onde os indivíduos encontram suas necessidades básicas, bem como bens públicos essenciais. Materializam-se também, cidades, todas as aspirações, ambições e todos os aspectos intangíveis, contribuindo para a felicidade de seus moradores e a qualidade de vida do conjunto, e a mesma procura que cada cidadão possa aumentar suas chances de prosperar.

A fig. 06 traduz o conceito de “vida, espaço e construções” de acordo com Jan Gehl, que diz que espaços públicos e ruas devem ser vistos como áreas de cunho multifuncional, por onde acontecem interações sociais, trocas econômicas e culturais de mais diversos tipos. Para isso, o planejamento urbano vem com o intuito da organização dessas tarefas, bem como o desenho do espaço tem como responsabilidade de incentivar o seu uso, transmitindo sensação de pertencimento e identidade. (GEHL, 2014).

“As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias.” (JACOBS, 1961, p.16)

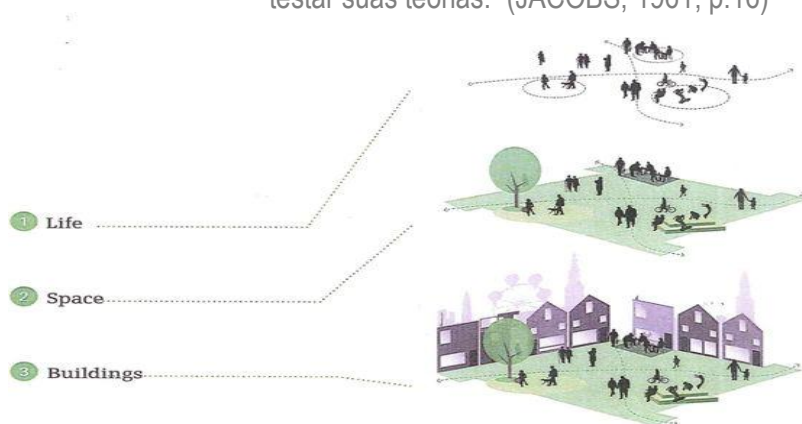


Fig. 06 - “Vida, Espaço, Construções” na Cidade segundo Gehl
Fonte: Google Imagens (2021).

No oitavo capítulo do livro “Urbanismo Sustentável”, intitulado “Biofilia”, Farr (2013) dá espaço para a discussão de espaços abertos, os locais mais negligenciados do planejamento urbano, como parques e praças de bairro acessadas por pedestres. Estes espaços, por normalmente terem uma localização privilegiada melhoram a qualidade de vida urbana de bairro, se bem equipadas com mobiliário, parques infantis e espaços de respiro – servindo de convivência entre várias gerações, por meio dos encontros casuais e sociais. As áreas verdes públicas dão suporte a biofilia, por meio de equipamentos de captação de chuva, drenagem urbana a partir do urbanismo sustentável.

“Biofilia é o nome dado ao amor dos homens pela natureza com base na interdependência intrínseca entre os seres humanos e os outros sistemas vivos.”
(FARR, 2013, p.35)

Por fim, abordando gestão de águas pluviais e tratamento sanitário, Farr (2013) relata sobre abordagens sustentáveis, de modo a tratar a água como um recurso, não um dejetos. Há muitas práticas a serem utilizadas no desenho urbano voltadas para a restauração da estabilidade hidrológica e melhoria da qualidade da água nos locais, como opções de pavimentações porosas, biodigestores e biorretenção, coletores de água da chuva, sistema de paisagismo com vegetação nativa e captação pelas grandes raízes, entre outros. Sobre as questões de tratamento de esgoto, é preciso de um sistema bem sucedido e ecologicamente sustentável, a fim de não prejudicar as águas receptoras e equilibrar ciência, terreno, economia e legislação. Os sistemas de saneamento, segundo o autor, seriam as chamadas “máquinas vivas”, em que o bairro pode utilizar seu próprio esgoto para criar uma área verde de uso múltiplo, cultivar plantas e gerar ecossistemas através de uma pequena estufa, contendo os seguintes elementos: coleta e distribuição, pré-tratamento e equalização, bacias de retenção construídas e máquinas vivas com células aquáticas. (FARR, 2013)

2.4 QUALIDADE AMBIENTAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Conforme Alves (2003), um dos principais problemas encontrados no âmbito de espaços livres urbanos é a carência de vegetação adequada a promover benefícios ambientais, funcionais e estéticos ao local que contribuam também, para o conforto climático e visual de seus utilizadores. Isso pode ser obtido com uma arborização com copas que oferecem sombra e proteção dos ventos, e já o conforto visual é alcançado por meio de efeitos visuais e estéticos por meio de vegetações que dinamizem e humanizem espaços monótonos.

O paisagismo permite um fecho visual com redimensionamento da escala local, com diferentes texturas, cores e formas – que associadas a sazonalidade promovem diversidade e biodiversidade. Para estes espaços, as caducifólias possuem boa adaptação e mecanismos naturais de regulação climática. Sendo assim, a vegetação influencia diretamente o espaço público urbano, em níveis ambientais e funcionais, de modo a atrair vitalidade, se levado em conta a escolha correta de espécies vegetais a fim de garantir uma maior adaptação local. (ALVES, 2003)

No mesmo segmento, encontra-se a chamada “infraestrutura verde”, que é uma rede interconectada de fragmentos de vegetação a fim de preservar funções ecossistêmicas para o benefício da população. Seu planejamento é baseado na relação e integração do homem com a natureza, guiando o desenvolvimento das cidades junto a sua conservação. O conceito surgiu da necessidade de assegurar a provisão de serviços ecossistêmicos em paisagens antrópicas. Pelo conceito não atender os sistemas aquáticos – que possuem importância na função ecossistêmica, foi criada também a expressão “infraestrutura azul”. (SANTOS, 2016)

Sendo assim, Santos (2016) define a “infraestrutura verde-azul” como ecossistemas urbanos que possuem papel crucial nas mudanças climáticas. É um sistema que se difere nas abordagens convencionais de planejamento de espaços livres, conciliando desenvolvimento com conservação. Esse conceito de infraestrutura não pode ser planejada isoladamente, uma vez que o azul e o verde são interdependentes.

O planejamento de espaços urbanos a partir da infraestrutura verde-azul deve ser feito, primeiramente, identificando áreas de fragilidade ou de considerável valor ambiental, e este plano prévio pode evitar a perda de áreas naturais, fragmentação da paisagem, espraiamento da ocupação urbana, degradação de recursos hídricos, entre outros. Outro princípio de planejamento é conectividade, em um pensamento sistêmico onde a infraestrutura verde é uma rede efetiva, juntamente com conexões entre instituições públicas e privadas e com outros planos e projetos. (SANTOS, 2016)

“De modo a orientar as intervenções nos espaços livres pode-se atuar sobre os seguintes tipos de ações: Demarcar, definir as áreas a proteger e limitá-las ou promover o uso adequado e a visibilidade para inibir outros usos; Aumentar – estender a proteção de certas áreas às áreas contíguas vulneráveis ou com importantes recursos e funções; Conectar – criar conexão biofísica e perceptiva entre os espaços livres para criar ou potencializar funções ecossistêmicas; Adequar – recuperar áreas que tenham sofrido alterações que romperam com sua conectividade e funcionalidade; Articular, relacionar fisicamente visualmente os espaços fragmentados na malha urbana que tenham potencial para acessibilidade e vitalidade urbana; e Enlaçar – relacionar visual e fisicamente os espaços na malha urbana que são fragmentados devido a barreiras fortes, como vias ou rios” (SOUZA, 2016, p. 55 apud TARDIN, 2009, p. 205).

2.5 UTILIZADORES E ATIVIDADES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

2.5.1 TIPOS DE UTILIZADORES

Seguindo os preceitos de Gehl et al. (2002), há quatro diferentes tipos de utilizadores de um espaço público urbano: os utilizadores diários, que compreendem a parte da população que reside, trabalha ou circula diariamente pela área; os visitantes são aqueles que simplesmente visitam a área por alguma motivo; os visitantes de lazer, que visitam a área com a finalidade de conhecer e/ou utilizar o espaço em si, utilizando-o como espaço recreativo; e por fim, os visitantes de eventos, que como o nome já indica, são aqueles que visitam o espaço público em virtude dos eventos que possam ali ocorrer. (Vide Fig. 07)

“A variedade de usos dos edifícios propicia ao parque uma variedade de usuários que nele entram e dele saem em horários diferentes. Eles utilizam o parque em horários diferentes porque seus compromissos diários são diferentes. Portanto, o parque tem uma sucessão complexa de usos e usuários.” (JACOBS, 1961, p.73)



1. Usuários diários: pessoas que moram e trabalham na área ou circulam por ali.



2. Os visitantes: pessoas que visitam as funções da área.



3. Os visitantes de lazer: pessoas que visitam a área em função do espaço público na relação de recreação, lazer, exercícios, jogos, etc.



4. Os visitantes de eventos: pessoas que visitam o espaço público em função de eventos especiais.

2.5.2 TIPOS DE ATIVIDADES

Ainda de acordo Gehl (1987), relacionado aos diferentes tipos de atividades que podem acontecer, são divididas em três níveis. As atividades necessárias são aquelas feitas obrigatoriamente, como por exemplo atravessar de um ponto a outro. Já as atividades opcionais são caracterizadas para quando as condições ambientais atraem e convidam a apropriação do espaço pelos indivíduos. Finalmente, as atividades sociais que ocorrem nos espaços públicos correspondem a socialização por parte de diferentes atividades que ocorrem no local. (Vide Fig. 08)

Pela lógica, quando maior a qualidade do espaço público, mais atividades opcionais ocorrem juntamente com as atividades sociais. As atividades necessárias ocorrem sem relação com a qualidade do espaço (GEHL, 1987).

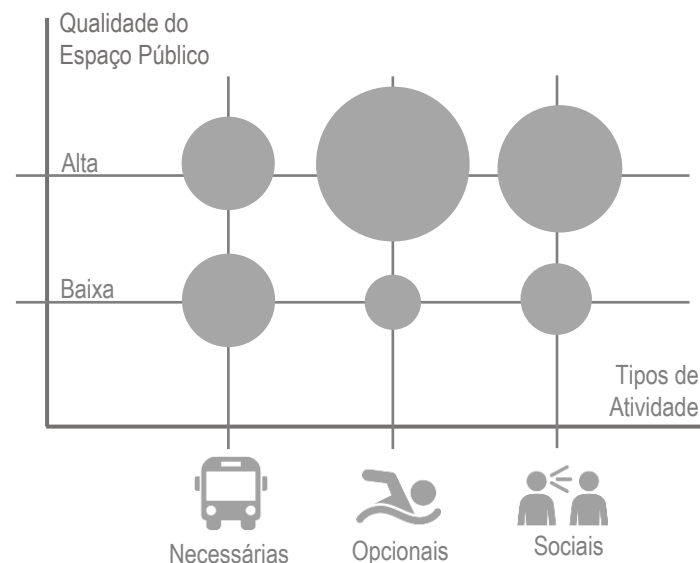


Fig. 08 - Esquema de Atividades de Espaços Públicos segundo GEHL (1987).
Fonte: <www.cidadeparapessoas.com.br/> com adaptação da Autora (2021).

Fig. 07 - Esquema de Utilizadores de Espaços Públicos segundo GEHL et al. (2002).
Fonte: GEHL et al. (2002) com adaptação da Autora em tradução livre (2021).

2.6 ABORDAGENS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Em uma cidade é preciso atender as necessidades de todas as camadas da população, assim “a cidade não é constituída para uma pessoa, mas para um grande número delas, todas com grande diversidade de formação, temperamento, ocupação e classe social.” (LYNCH, 2011, p.123). Seguindo estes preceitos, Grinover (2007) demonstra os elementos essenciais para uma cidade considerada “hospitaleira” ou ideal à todos os públicos, sendo eles:

- I. Acessibilidade: cidade acessível é direito de todos, ou seja, àquela que possui disponibilidade de instalações, acessos e igualdade social. (SETLIK, 2016).
- II. Legibilidade: qualidade visual, Lynch (2001) define legibilidade cidades com bairros, marcos ou caminhos de fácil reconhecimento e acesso. (SETLIK, 2016).
- III. Identidade: algo formado ao longo do tempo, relação de bens culturais ao longo da história da cidade. (SETLIK, 2016).

A paisagem de uma cidade bem como a percepção dela se dá a partir de uma “visão em série”, somando-se de imagens parciais, individuais, e significativas. Assim, uma cidade carente de espaços notórios ou áreas naturais torna o espaço sem interesse por parte da população. (BOULLÓN, 2002; LYNCH, 2011). Entre os logradouros de uma cidade há os espaços públicos e de lazer. Estes não passam de duas horas de distância-tempo – mas são urbanas e locais. Dentre as atividades urbanas existentes, Bollón classifica-as como:

REDE RECREATIVA DO HOMEM URBANO	
ESPAÇOS COBERTOS	ESPAÇOS AO AR LIVRE
Cinemas, Museus e Teatros, Bibliotecas, Bares e Restaurantes, Sorveterias, Discotecas e Shows, Jogos mecânicos.	Praças, Jogos infantis, Centros esportivos, Campos de futebol, Sedes de clubes, Piscinas, Áreas arborizadas.

Fig. 09 - Esquema de “Rede Recreativa do Homem Urbano” segundo BOLLÓN (2002).
Fonte: SETLIK (2016) com adaptação da Autora (2021).



Fig. 10 – Rua da Lagoa
Fonte: Facebook Baln. Gaivota (2018)

2.7 QUALIFICAÇÃO URBANA

Sobre “a cidade de qualidade”, Gehl e Soholt (2002) expressam que ela pode ser apenas quando fatores como conforto e proteção dos indivíduos que ali vivem se apresentarem como fator chave no planejamento da cidade.

Os itens citados abordam diferentes temáticas, o conforto é caracterizado no caminhar, estar, conversar, observar ou participar de atividades culturais ou sociais. Já a proteção refere-se a implementação de estratégias contra o tráfego motorizado e a sinistralidade rodoviária, o crime e a violência ou condições climáticas adversas que possam interferir na qualidade de vida da cidade, na circulação e/ou estadia. (LEAL, 2013).

Para a concretização do meio, é preciso que as cidades forneçam ruas cativantes a partir de projetos atraentes à população. A caminhabilidade deve ser priorizada a partir de permitir uma confortável circulação, com acessibilidade e mobilidade adequados. O reforço de boas condições de transporte públicos coletivos incentivam o abandono do automóvel particular e diminuem a intensidade do tráfego. (LEAL, 2013)

Uma estadia de qualidade, inclui, além de uma mobilidade adequada, um mobiliário urbano que compreenda diferentes pontos da cidade, criando espaços confortáveis junto a uma estrutura verde que contribui para os espaços de amenidade ou espaços de respiro – espaços públicos. (LEAL, 2013). Outro fator a ser considerado é o entorno, que deve ser atrativo e ativo, pois como deixa explícito Jacobs, eles “criam uma forma definida de espaço, de modo que ele [espaço público] se destaca como elementos importantes no cenário urbano.” (JACOBS, 1961, p. 79).

Jacobs (1961) ainda relaciona que o uso misto e variado dos edifícios causa a diversidade de utilizadores – que entram e saem em diferentes horários, a partir de seus próprios compromissos diários, gerando uma sucessão complexa de usos e utilizadores.

A garantia de diversidade de usos com atividades em todos o períodos torna a cidade mais segura e atrativa. Para a tornar viva deve-se haver uma ocupação por zonas residenciais junto a instituições que promovam a vitalidade da cidade, com mobiliário para apropriação e sistema de iluminação adequados. (LEAL, 2013). (Vide Fig. 11)

Desta maneira, consegue-se a partir das estratégias, uma cidade de qualidade para moradores e visitantes – mudando o caráter da mesma, onde as atividades passam a ser sociais e opcionais, nos períodos diurno e noturno, em diferentes estações e períodos do ano. A fim de garantir uma cidade como local de encontros, é importante garantir a interação, a atratividade e a diversidade da cidade. (GEHL; SOHOLT, 2002).



Fig. 11 – Esquema da “Cidade de Qualidade” segundo Gehl.
Fonte: LEAL (2013).

2.8 LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os espaços públicos, equipamentos e serviços de lazer possuem ligação direta com a qualidade de vida da população. Há diversas publicações e diferentes olhares sob o tema e as linhas de pensamento, podendo ser em arquitetura e urbanismo ou turismo, por exemplo. Mesmo com diferentes abordagens, todas convergem para a ideia de que os espaços públicos impactam na vida do indivíduo. (SETLIK, 2016).

“Os espaços públicos abertos de lazer trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nesses espaços favorece psicologicamente o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade.” (OLIVEIRA; MASCARÓ; 2007, p.60).

Entrando no histórico de relações urbanas com o lazer, Almeida; Gutierrez (2011), dissertam sobre como o desenvolvimento dos centros urbanos, correlato ao aumento de veículos e o crescimento imobiliário, os espaços públicos livres para lazer foram reduzidos. Isso deu origem ao cenário atual, em que as pessoas de baixa renda dependem do governo para fins de lazer gratuitas, ao passo que a classe mais alta usufrui de viagens e passeios com seu dinheiro.

Contribuindo para o mesmo pensamento, Rolnik (2000) em sua publicação “Lazer numa Sociedade Globalizada” verbaliza que, as cidades se tornam lugares inóspitos a partir do não oferecimento de espaços e equipamentos adequados a população, deixando o lazer restrito a espaços e templos determinados – é de extrema importância que cidades acolham as pessoas com o ambiente urbano, e não restrinjam certos pontos à camadas específicas da sociedade.

Rolnik (2000) ainda sugere que quem desagregou as funções da cidade foi o urbanismo modernista, ao passo que segregou e separou em diferentes lugares, o que acabou por diminuir a possibilidade de contatos e misturas que permitam a multifuncionalidade. O urbanismo modernista considerou o planejamento das cidades a partir das quatro funções: morar, trabalhar, descontrair-se e deslocar-se; e com isso, o resultado veio como agravamento da desigualdade social, econômica e política.

Nesse cenário ainda, tem de se considerar que há “falta de investimento do poder público em relação aos equipamentos de lazer [...] clubes privados surgem como possibilidade [...] apenas para um segmento da sociedade.” (RODRIGUES et al., 2014, p.181). Assim, o “improviso” de espaços de lazer não específicos vem à tona com questões de a necessidade de uma política habitacional que leve em conta lazer, oferecendo condições criativas em áreas coletivas; e a necessidade de uma forma inteligente de utilização dos equipamentos já existentes por uma política de animação. (MARCELLINO, 2002).

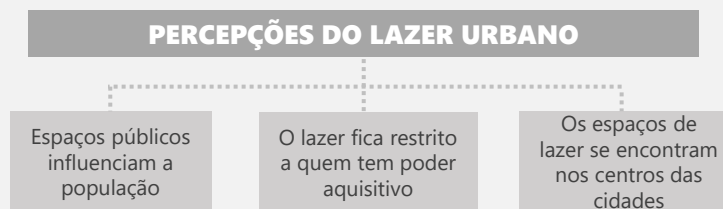


Fig. 12 - Esquema das “Percepções do Lazer Urbano” segundo SETLIK (2016).
Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

2.9 ESPAÇO LIVRE E MOBILIDADE URBANA

É preciso reconhecer o espaço livre público como um elemento estruturador fundamental e permanente da cidade, e locus espacial primordial da mobilidade e acessibilidade. Este constitui de relevância no sistema morfológico urbano, junto com o sítio, o traçado e parcelamento da terra, massas e marcos da cidade. Isso deve ser levado em conta em relação ao planejamento dos transportes urbanos. (PANERAI, 1994)

Segundo Silveira; Castro (2014), há pesquisas que identificam os efeitos das diferentes formas e densidades de uma cidade sob a conduta da eficiência e custos da operação do sistema de transportes, configurando uma dinâmica fundamental de cidade: transporte x uso do solo urbano por ter um caráter biunívoco, ou seja, as ações produzidas em um afetam diretamente o outro. Além de que, o tratamento ideal dessa interface gera a descontinuidade do ciclo vicioso que se estabelece na urbe com seus efeitos perversos provindos de ineficiência de funcionamento da cidade.

A acessibilidade e a mobilidade, o fixo e o fluxo respectivamente, junto ao campo de transportes urbanos constituem de sistemas relacionados ao uso e ocupação do solo, no processo de apropriação da cidade. Assim, muito além de construção e estruturas, há uma integração entre espaço livre público x acessibilidade x mobilidade x uso e ocupação da terra, para que seu desenho urbano seja mais humano e saudável, e o redimensionamento viário e da circulação de modais, por uma maior eficiência de funcionamento da urbe. A integração é um fundamento nos estudos de mobilidade urbana, onde as percepções humanas devem constituir o centro irradiador das aplicações desse conceito. (SILVEIRA; CASTRO, 2014)



Fig. 13 – Av. Beira Mar
Fonte: Prefeitura Baln. Gaivota (2018)

2.10 REALIDADE DE ESPAÇOS LITORÂNEOS

A zona costeira do país contém um patrimônio natural de grande valor ambiental com recursos ecológicos e socioeconômicos valiosos. Tal patrimônio encontra-se sob risco de degradação iminente, devido a ocupação antrópica desordenada. Nela, uma atividade econômica que possui destaque é o turismo, devido aos atrativos naturais, como praias e ambientes naturais com beleza de paisagem são fatores decisivos para a escolha. A prática de veraneio vem se tornando cada vez mais comuns, surgindo como uma opção de segunda residência. (PROJETO ORLA, 2012)

Segundo o Projeto Orla (2012), são exemplos de efeitos do processo irregular de ocupação litorânea o aumento do risco de degradação; a pressão da ocupação desordenada e falta de infraestrutura; deficiência de saneamento básico e a redução dos recursos exploráveis.

Afirmam no documento ainda, que balneários recebem a característica de “orlas em processo de urbanização”, sendo áreas de baixo ou médio adensamento populacional, com índices de ocupação recente ou em processo de ocupação atual. Os balneários, caracterizados pela predominância e volume da população flutuante, são áreas de paisagens antropizadas e com médio potencial de poluição sanitária e estética. Aliado ao texto, encontram-se no documento do Projeto Orla (2012) a fig. 14 e a 15, croquis de casos que se aplicam na cidade de Balneário Gaivota, como uma configuração típica de balneário e um perfil de orla horizontal em processo de urbanização.

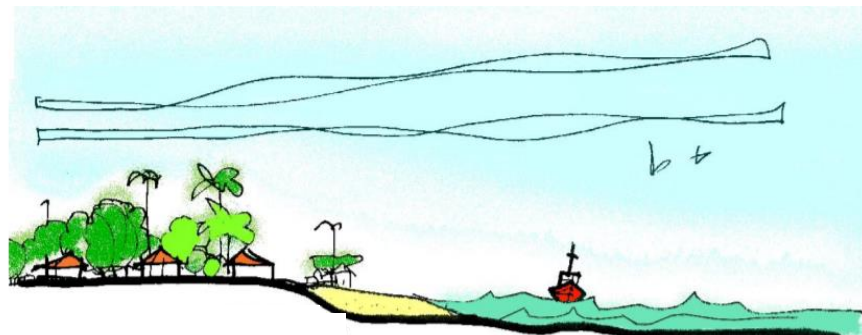


Fig. 14 – Croqui de perfil de orla horizontal em processo de urbanização
Fonte: Projeto Orla (2012).



Fig. 15 – Croqui de configuração típica de balneário
Fonte: Projeto Orla (2012).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 ESCALA REGIONAL

Balneário Gaivota é um município com área de 151,462 km² localizado no litoral sul do estado de Santa Catarina. A cidade, situada a 5 m de altitude, localiza-se a 8 km a sudeste de Sombrio, a maior cidade dos arredores.

A população estimada pelo IBGE (2019) é de 10.979 habitantes, com uma densidade demográfica de 56,49 hab/km², e sua economia tem como base o setor da administração pública. O ápice anual da cidade é no verão, principalmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, período em que os trabalhadores locais arrecadam sua renda anual nesta época, principalmente com turismo e pesca. A cidade conta com micro empresas que fazem girar sua economia.

Concentrando expressivos remanescentes naturais, são considerados representativos no processo de ocupação de Balneário Gaivota, o avanço de atividades rurais agropecuárias, urbanização, aumento do fluxo turístico, a partir da praia, e ampliação de acessos e serviços. (COHENCA et al., 2017). A cidade foi o segundo município com mais migrantes da região a partir do censo do IBGE (2011), que acaba por receber moradores de veraneio e permanentes, provindos principalmente das cidades vizinhas e da Serra Gaúcha.

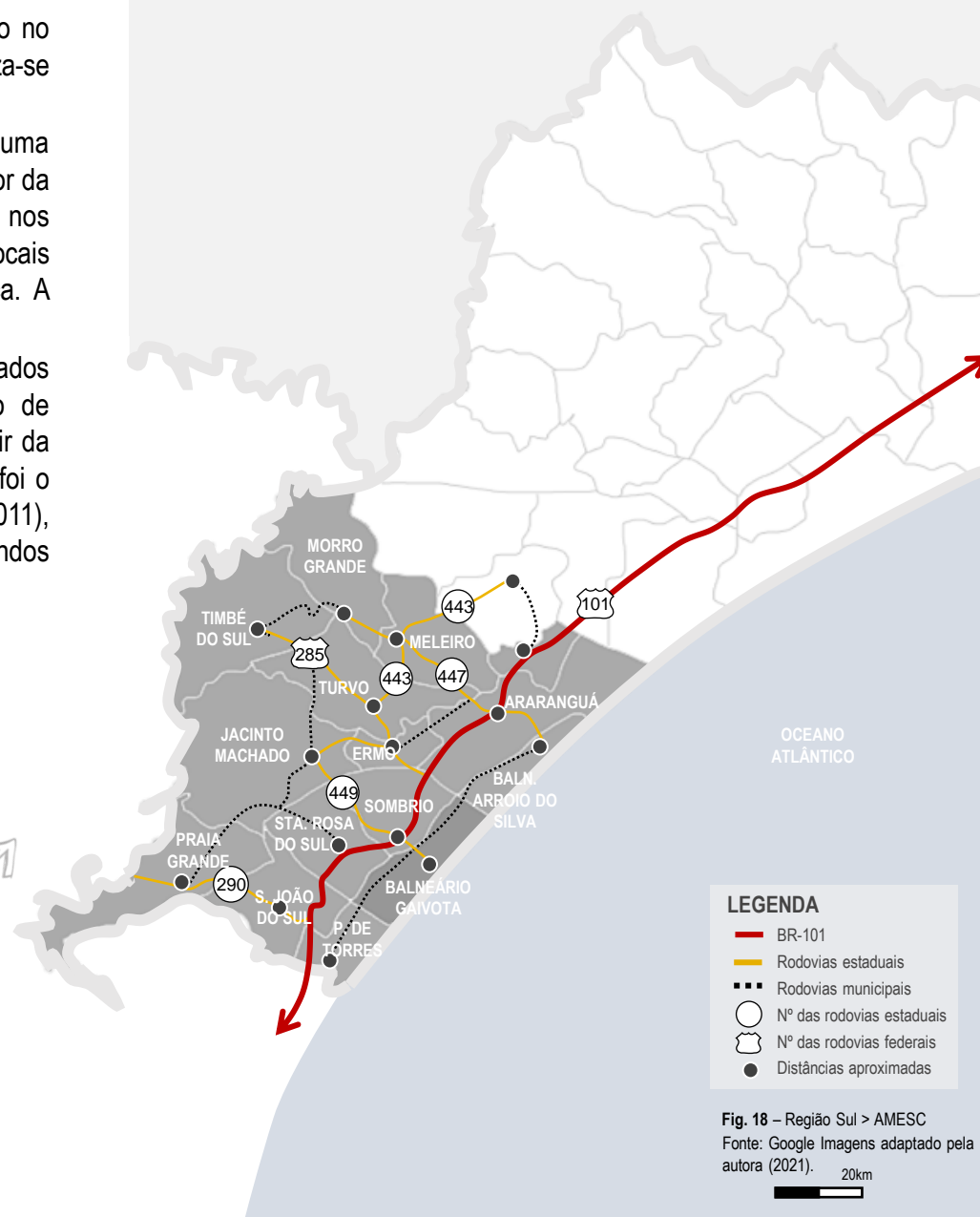
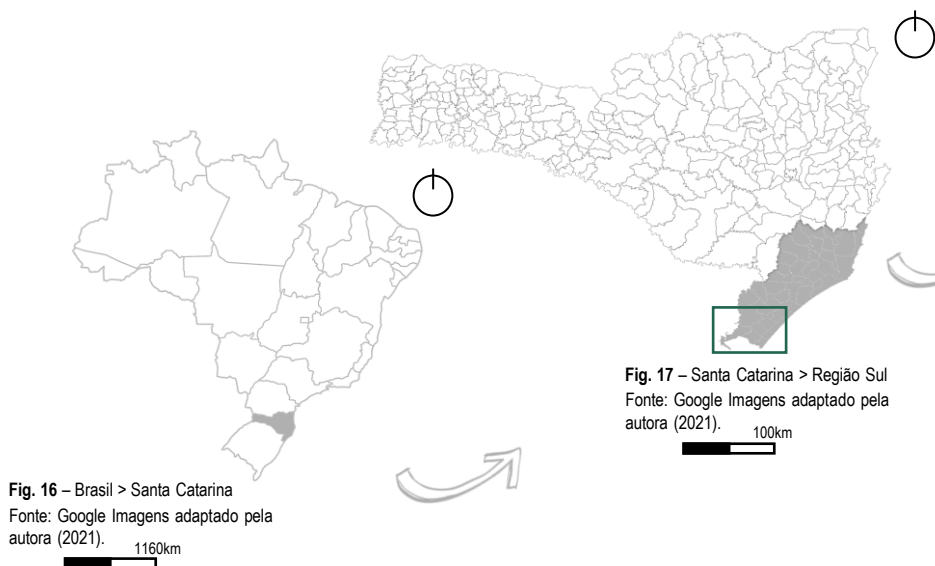


Fig. 18 – Região Sul > AMESC
Fonte: Google Imagens adaptado pela autora (2021).



3.2 ESCALA MUNICIPAL

3.2.1 ASPECTOS GERAIS

As terras, onde se localiza Balneário Gaivota, foram ocupadas inicialmente pelos índios Carijós. Somente a partir de 1985, estas terras passam a ser ocupadas pelo interesse de permanência temporária ou definitiva em função do litoral, explorando a pesca e o lazer. Com a intensificação destas atividades, em 1996, com população estimada de 4.344 habitantes, ocorre a promulgação da emancipação de Balneário Gaivota em relação ao município de Sombrio.

O município passa por um momento importante em sua história, no maior ciclo de desenvolvimento vivenciado pela cidade desde a sua emancipação. Por estar inserida em uma realidade de cidade litorânea e balneária, o turismo, concentrado no período do verão, é de grande importância para a economia local. Em números:



O QUE FAZER

- CTG Sul Catarinense (cultura e história)
- Festa de São Sebastião (turismo religioso)
- Lagoa Cortada (lazer e entretenimento)
- Mailing Lagoa (lazer e entretenimento)
- Lagoas (natureza e ecoturismo)
- Praias (natureza e ecoturismo)



ONDE COMER

14 opções de gastronomia



ONDE FICAR

19 opções de hospedagem



Fig. 20 – Placa de Pousada em Baln. Gaivota
Fonte: Pousada Dona Mônica (2018)

LEGENDA

- TURISMO**
- 1. Praia
 - 2. Lagoa Cortada
 - 3. Lagoa de Fora
 - 4. Mailing Lagoa
 - 5. Camping das Gaivotas
 - 6. Gaivota Camping
 - 7. Camping Beira-Mar

- GASTRONOMIA**
- 1. Restaurante Ondazul
 - 2. Monte Carlo Hotel e Restaurante
 - 3. Boteco da Praia
 - 4. Restaurante Casarão Beer
 - 5. Emis Gastropub
 - 6. Quintal Foodhouse
 - 7. NJ Sorvetes
 - 8. Urca Sorveteria
 - 9. Restaurante Mariskão
 - 10. Pizzaria Casa da Árvore
 - 11. IGLU Sorveteria
 - 12. Mahori Praia
 - 13. Império Lanches
 - 14. Fominha Lanches

- HOSPEDAGEM**
- 1. Hotel Mariskão
 - 2. Pousada Magia da Sereia
 - 3. Pousada Dona Mônica
 - 4. Pousada Itapuã
 - 5. Pousada Recanto dos Golfinhos
 - 6. Pousada Caxias
 - 7. Pousada Duas Figueiras
 - 8. Pousada das Gaivotas
 - 9. Pousada Rock Point
 - 10. Pousada Flat Maresias
 - 11. Pousada Juju
 - 12. Pousada da Tia Bia
 - 13. Pousada Riso da Terra
 - 14. Pousada Satolep



- LEGENDA**
- Rodovias Estaduais
 - Principais Vias
 - Perímetro Urbano
 - Área de Estudo
 - Massas d'água

Fig. 21 – Mapa de localização de atividades turísticos em Balneário Gaivota.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021).

2km

3.2 ESCALA MUNICIPAL

3.2.2 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O presente trabalho de sistema de espaços públicos, delimita como Área de Estudo (AE) principalmente a área central e de ponto de partida para a evolução da mancha urbana, abrangendo mais espaços a norte e a sul – como limite a Lagoa Cortada e a Oitava Avenida, respectivamente.

É nesta área central de ocupação onde se concentra a principal centralidade da cidade, com eixos comerciais e maior diversificação de usos devido a ampla concentração de áreas gastronômicas e de hospedagem. É a partir dela que Balneário Gaivota se constitui.

A Área de Estudo (AE) contempla as grandes avenidas presentes na cidade, enumeradas por números ordinais, além da Rodovia José Tiskoski no perímetro urbano da cidade, e a Rodovia Interpraia e Avenida Beira-Mar, importantes vias que cortam longitudinalmente o perímetro urbano de Balneário Gaivota.

A AE também foi escolhida a partir da rota de transporte público, que contempla parte dela, além de sua ocupação do solo entre os oito bairros existentes ser formada por, em sua maioria, loteamentos consolidados e não consolidados.

Os espaços públicos livres da cidade conformados na Área de Estudo são: a Praça do bairro Turimar; as Praças da Lagoa Cortada; a Área Verde ao lado da igreja do bairro Jardim Ultramar; os Campos de Futebol nos bairros Jardim Ultramar e Turimar; as dunas da Lagoa Cortada e as os espaços públicos livres que não estão urbanizados, ou seja, estão apenas como área verde pública sem previsão ou com o planejamento de praças para as comunidades (Vide Fig. 57, Página 42).

Sobre os aspectos ambientais, a AE não possui consideráveis massas verdes, com a vegetação ficando restrita apenas aos espaços públicos livres; já a hidrografia da área é composta apenas pela Lagoa Cortada, ao norte.

A Área de Estudo possui 7,52 km² em sua totalidade, que a partir da proposta de requalificação dos elementos que compõe a estrutura da cidade, sugere-se que servirá como um modelo de planejamento para o restante do perímetro urbano de Balneário Gaivota – tendo em vista o crescimento ordenado, com novas centralidades e maior apropriação do pedestre.

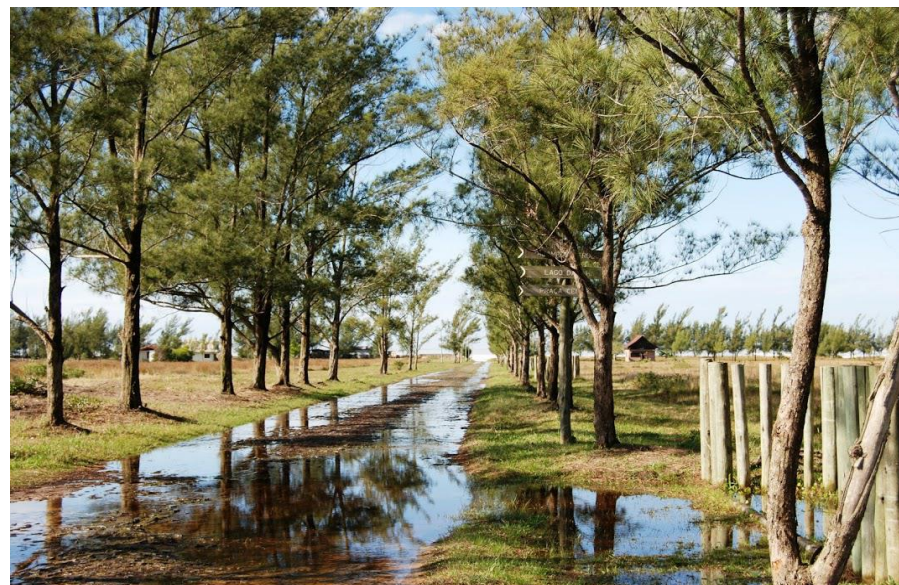


Fig. 22 – Rua da Lagoa

Fonte: Marlon Antonelli (2019)



Fig. 23 – Localização da área de estudo em Balneário Gaivota.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021). 4km

3.2.3 EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA

1985

Apesar da área em sua maioria ser composta por dunas e banhados nativos, que posteriormente começaram a ser drenados, já havia aproximadamente 370 domicílios na localidade.

2003

Com a emancipação em 1996, a cidade consolidou a urbanização em sua zona central, e em 2003 já é possível ver o início da ocupação das zonas sul e norte.

2021

O cenário atual é de aceleração da expansão espraiada, com surgimento de assentamentos para veranistas na zona norte.

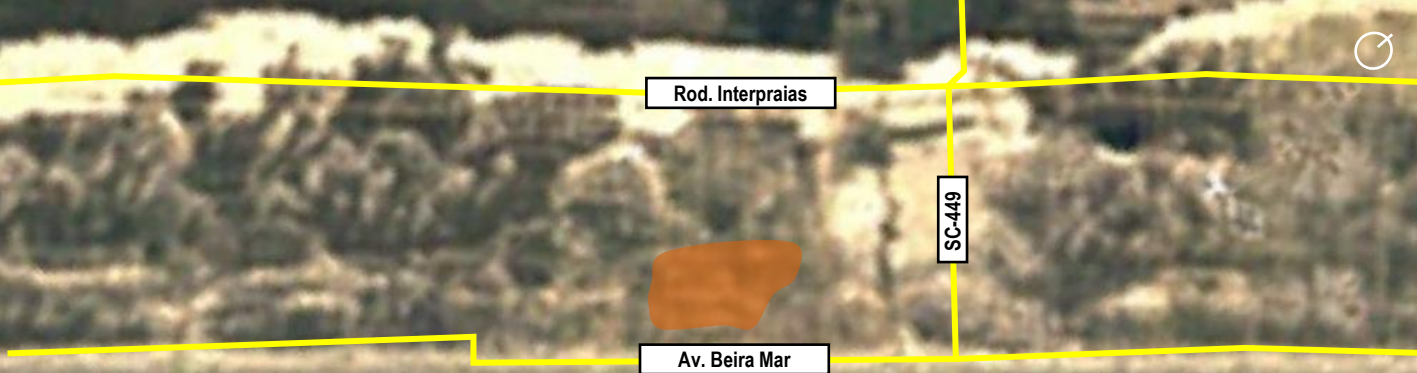


Fig. 24 – Balneário Gaivota em 1985

Fonte: Google Earth adaptado pela autora. 2km

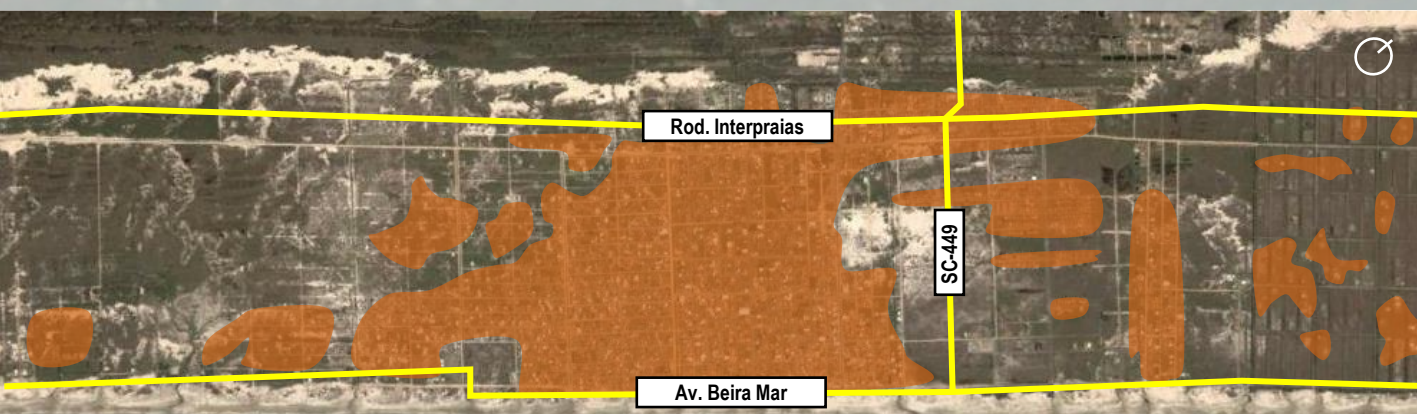


Fig. 25 – Balneário Gaivota em 2003

Fonte: Google Earth adaptado pela autora. 2km

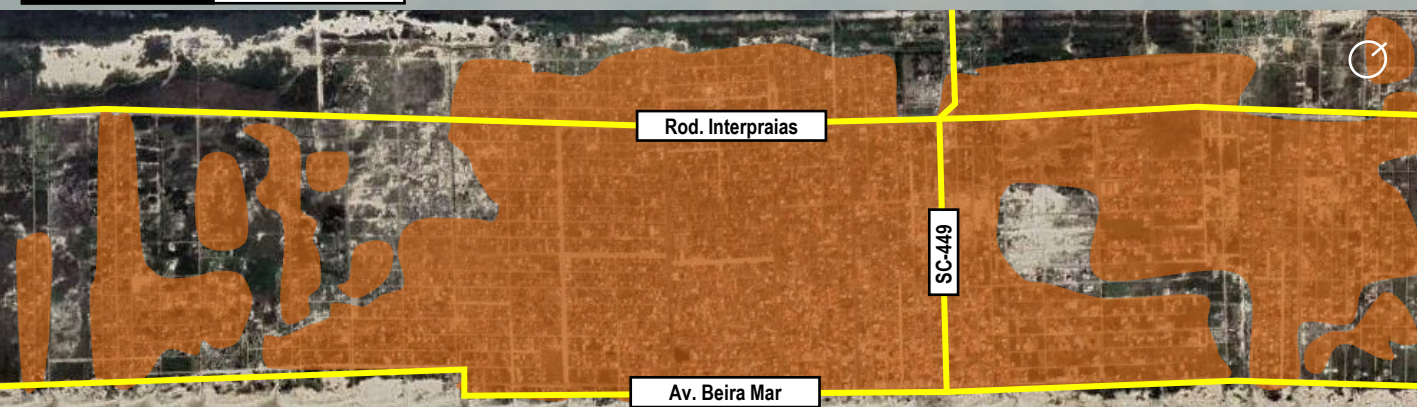


Fig. 26 – Balneário Gaivota em 2021

Fonte: Google Earth adaptado pela autora. 2km



ASPECTOS POPULACIONAIS

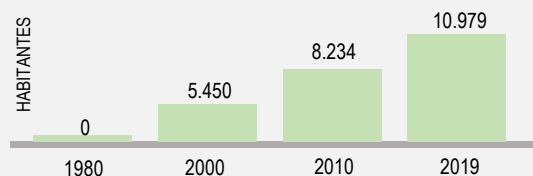


Fig. 28 – População total de Baln. Gaivota
Fonte: SEBRAE com adaptação da autora (2021).

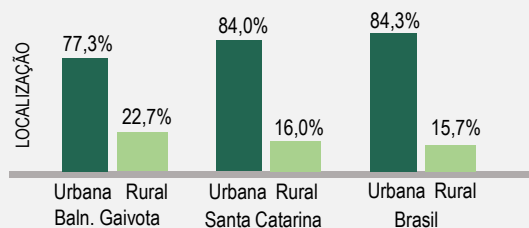


Fig. 30 – População por zonas, em 2010
Fonte: SEBRAE com adaptação da autora (2021).

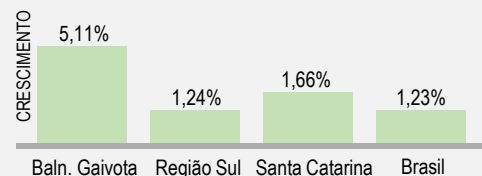


Fig. 29 – Crescimento médio da população entre 2000 e 2010
Fonte: SEBRAE com adaptação da autora (2021).

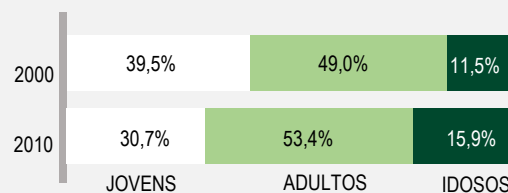


Fig. 31 – Evolução Faixa Etária
Fonte: SEBRAE com adaptação da autora (2021).

ASPECTOS ECONÔMICOS

Número de empresas estabelecidas em Balneário Gaivota, em 2011, segundo SEBRAE.

Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	7	2,20%
Indústrias de Transformação	60	18,87%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	3	0,94%
Construção	11	3,46%
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	132	41,51%
Transporte, Armazenagem e Correio	13	4,09%
Alojamento e Alimentação	21	6,60%
Informação e Comunicação	3	0,94%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	3	0,94%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	30	9,43%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	5	1,57%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	2	0,63%
Saúde Humana e Serviços Sociais	3	0,94%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	4	1,26%
Outras Atividades de Serviços	21	6,60%
TOTAL	318	100,00%



Fig. 32 – Esquema População
Fonte: Autoria (2021).

3.2.4 PANORAMA SOCIOECONÔMICO

Entre os anos de 2000 a 2019, é notável o crescimento populacional do município de Balneário Gaivota, com médias de crescimento muito acima das estaduais e nacionais. Aliado a este fato, também é possível observar, através dos gráficos, a evolução da faixa etária, entre os anos de 2000 e 2010, entre adultos e idosos, e a diminuição de jovens na cidade.

Isso se deve, principalmente, ao fato de Balneário Gaivota ser uma praia relativamente calma, procurada por idosos pós aposentadoria que procuram um refúgio de tranquilidade e acabam por se assentarem na cidade. O crescimento do índice de adultos ocorre muito devido as épocas de veraneio, onde famílias providas de cidades vizinhas ou da Serra Gaúcha gostam da cidade, e decidem morar nela permanentemente.

No que diz respeito a economia de Balneário Gaivota, segundo SEBRAE (2011), o maior índice de número de empresas – ocupando quase metade do índice de toda a cidade, são os comércios, com cerca de 41,51%. Logo após, vêm as indústrias de transformação, com 18,87%; atividades profissionais, científicas e técnicas, com 9,43% e outras atividades de serviços e alojamento e alimentação, com 6,60%. O índice de agricultura e pecuária é pequeno, com 2,20%, compreendendo a área rural do município, com o plantio de maracujá, milho, mandioca e fumo. As pescas também se encaixam nesse número, que compreendem apenas como um comércio local.

O município ainda depende do município de Sombrio para oportunidades de emprego, pois muitos moradores ainda precisam se deslocar para trabalhar.

Por fim, comparando a população fixa de moradores da cidade segundo o IBGE (2019), de 10.979 habitantes, no período do verão a cidade chega a 35.000 habitantes, segundo a Prefeitura Municipal (2020). (Vide Fig. 32)

3.2.5 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Balneário Gaivota sofreu acelerado processo de espraiamento nas últimas décadas, o que culminou em uma ocupação indevida das dunas frontais ao mar, corrompendo o ambiente em si por assentamentos irregulares e/ou clandestinos, acarretando conflitos de interesses de ocupação e uso do solo.

Assim, Balneário Gaivota recebeu um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, que em termos ambientais, “permite que ela seja reparada sem as delongas que implica um procedimento judicial em que, às vezes, não há tempo hábil para a recuperação do dano causado ao meio ambiente” (AFONSO; CAVALCANTI; BETIOLO, 2007). Conforme Bitencourt, Soriano-Sierra e Ernandorena (2013), a prefeitura do município foi encarregada de seguir os preceitos do TAC a fim de impedir novas construções em locais de área de preservação permanente e em terrenos de marinha, bem como, foi responsabilizado pela implantação de passarelas de madeiras suspensas para conter a degradação das dunas.

Além disso, o acordo era manter as características da Av. Beira Mar, retirando as espécies exóticas implantadas e substituindo-as por espécies nativas – vegetação fixadora de dunas. Além disso, foram colocadas placas informativas nas áreas em recuperação.

Atualmente, segundo Bitencourt, Soriano-Sierra e Ernandorena (2013), a maioria das edificações foram demolidas ou em processo de demolição, outras ainda possuem seu processo judicial em tramitação, como algumas quadras poliesportivas presentes.

Com relação ao arroio que deságua na praia, continua com suas propriedades poluídas. A prefeitura municipal buscou cumprir todas as obrigações impostas; e no caso das dunas degradadas, pôde-se ver um resultado positivo, uma vez que estão recuperando a cobertura vegetal e se regenerando de acordo com o proposto.



Fig. 33 – Arroio desaguando no mar
Fonte: Marlon Antonelli (2019)

3.2 ESCALA MUNICIPAL

3.2.6 OCUPAÇÃO DO SOLO 2015

Através de visualização por mapas, visitas e entrevistas, Cohenca (2016) mapeou e dividiu as áreas da cidade segundo características fundiárias, produtivas e de ocupação (Vide Fig. 34).

A área rural, com o esquema de usos do solo de 2015, era dividida em duas particularidades: as grandes propriedades rurais compostas pelas fazendas de gado e reforestamento; e as pequenas propriedades rurais, com agricultura e pesca.

Já a zona urbana é dividida por características dos loteamentos litorâneos, mapeados no ano de 2015: os terrenos não loteados, que são terrenos litorâneos os quais não iniciaram o desmembramento em lotes urbanizáveis; os loteamentos não implantados, que são registrados em cartório porém não contam com infraestrutura de arruamento e rede elétrica com residências esparsas; e os loteamentos urbanos não consolidados, que são loteamentos implantados, porém com baixa densidade populacional, ou com residências concentradas em pequenas porções do loteamento.

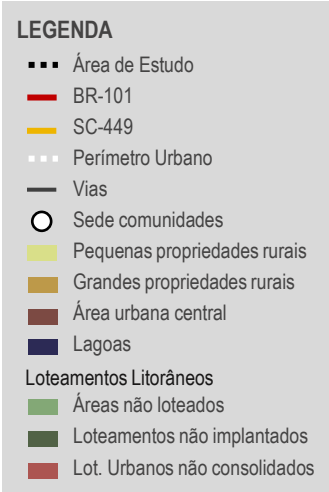


Fig. 34 – Padrões de Ocupação de 2015
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021). 10km

3.2 ESCALA MUNICIPAL

3.2.7 OCUPAÇÃO DO SOLO 2021

Em comparação, na ocupação e uso do solo de 2021, realizada através de levantamentos e mapas, é possível observar diversas mudanças na faixa litorânea urbana (Vide Fig. 35).

As áreas centrais se mantiveram, e em seu entorno surgiu uma nova característica: loteamentos urbanos consolidados. Além disso, os loteamentos que eram considerados não implantados, aqueles sem infraestrutura de arruamento e rede elétrica, hoje são caracterizados como não consolidados, ou seja, implantados, porém com densidade baixa. Sobraram poucos espaços de terrenos não loteados, sendo assim, notável o crescimento da cidade nos últimos 6 anos.

Sobre a faixa rural, não ocorreram mudanças significativas.



LEGENDA

- Área de Estudo
- BR-101
- SC-449
- ... Perímetro Urbano
- Vias
- Sede comunidades
- Pequenas propriedades rurais
- Grandes propriedades rurais
- Área urbana central
- Lagoas
- Loteamentos Litorâneos
 - Áreas não loteadas
 - Loteamentos não implantados
 - Lot. Urbanos não consolidados
 - Lot. Urbanos consolidados

Fig. 35 – Padrões de Ocupação de 2021
 Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021). 10km

3.3 BAIRROS DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo foi escolhida com base no crescimento central da mancha urbana de Balneário Gaivota, indo da Oitava Avenida em direção a sul, até a Rua da Lagoa que leva até a Lagoa Cortada, ao norte (Vide Fig. 37, Página 35).

Além do Centro, há outros bairros que a Área de Estudo abrange, entre eles:

1. Jardim Ultramar
2. Itapuã
3. Centro
4. Turimar
5. Santa Fé
6. Village Dunas
7. Balneário Furnas
8. Balneário Janaína

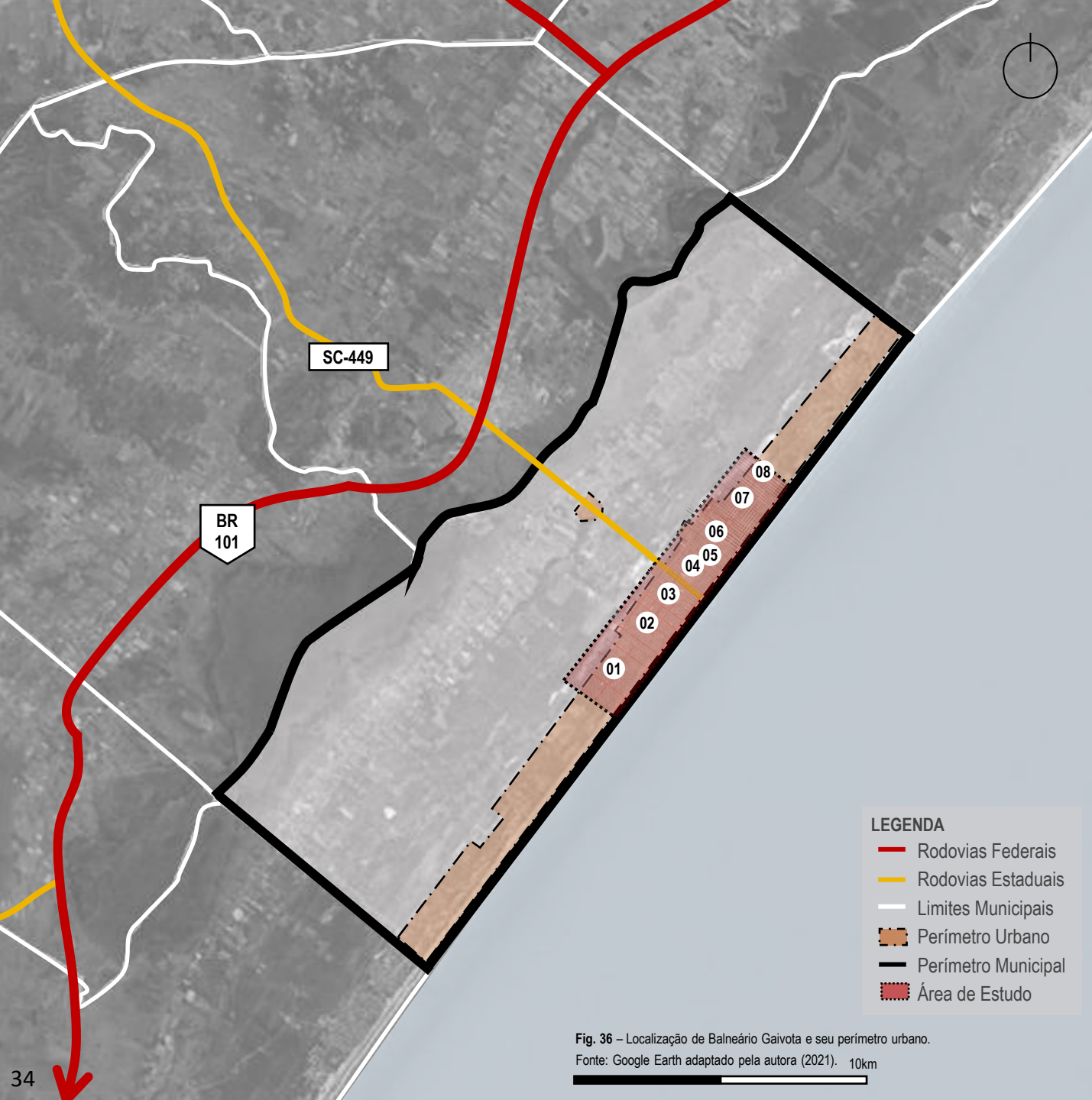


Fig. 36 – Localização de Balneário Gaivota e seu perímetro urbano.

Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021). 10km



3.4 ESCALA DA ÁREA DE ESTUDO

3.4.1 SISTEMA VIÁRIO: HIERARQUIA VIÁRIA E TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO

A Rod. José Tiskoski (SC-449) é a principal via da cidade, conectando ela às cidades vizinhas. Outras importantes vias longitudinais do balneário são a Rod. Interpraia e a Av. Beira Mar, sendo cortadas de forma transversal pelas várias avenidas que a cidade possui. A cidade ainda, possui uma ciclovia de 360m localizada na Av. Beira Mar, servindo apenas para lazer e não como transporte.

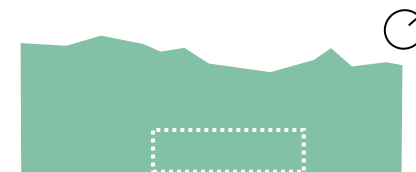


Fig. 38 – Esquema de localização

Fonte: Elaborado pela autora - sem escala

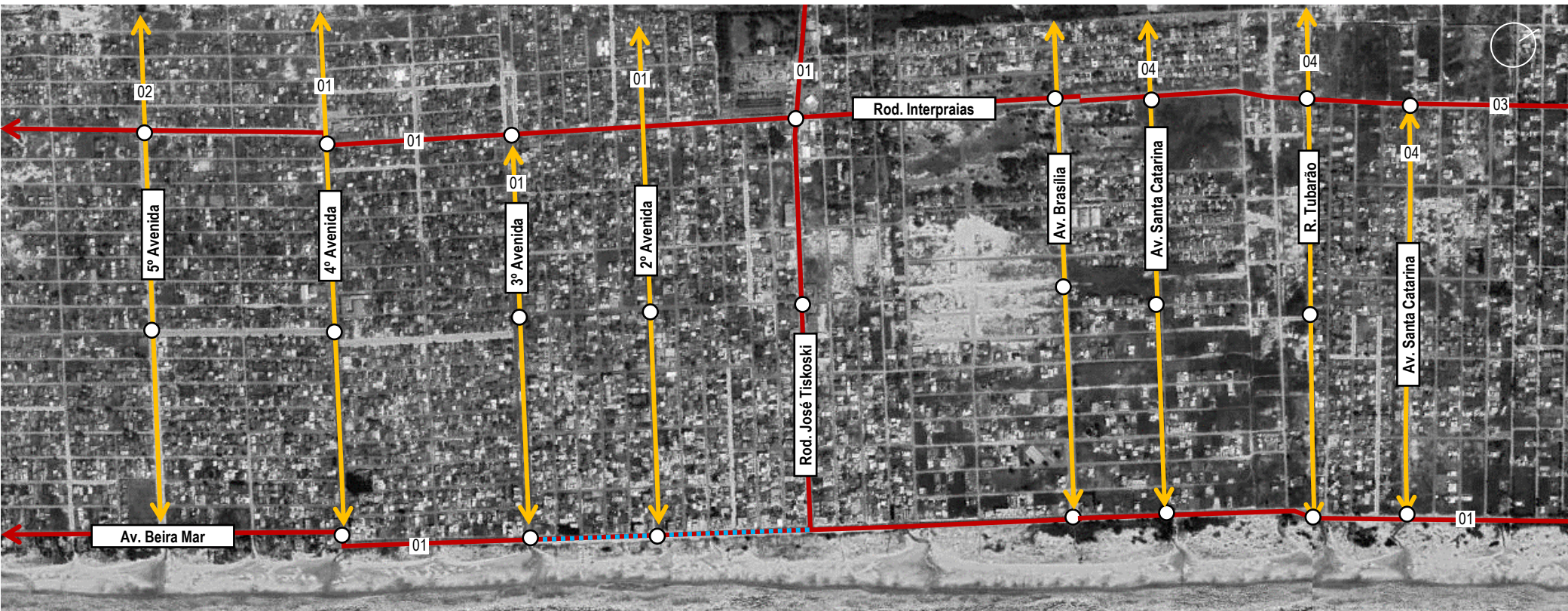


Fig. 39 – Mapa do sistema viário da cidade.

Fonte: Google Earth adaptado pela autora. 1km

LEGENDA: HIERARQUIA VIÁRIA

- Via Arterial
- Via Coletora
- Ciclovia
- Pontos de Ônibus

Obs: as demais vias consideram-se locais.

O sistema viário de Balneário Gaivota também conta com diferentes tipos de pavimentação por toda a área de estudo, entre eles:

LEGENDA: TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO

- 01 Pavimentação Asfáltica
- 02 Lajota Sextavada
- 03 Areia (material primário)
- 04 Paralelepípedo

3.4.2 TRANSPORTE PÚBLICO

O transporte público coletivo da cidade é limitado e necessita da rodoviária de Sombrio para se manter – além das rotas interbairros, com paradas apenas na área central, onde as vias são pavimentadas.

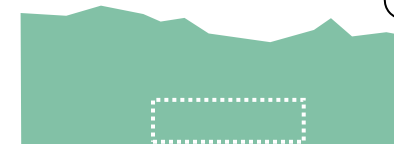


Fig. 40 – Esquema de localização

Fonte: Elaborado pela autora - sem escala



Fig. 41 – Mapa de rotas e paradas de transporte público.

Fonte: Google Earth adaptado pela autora.

1km

LEGENDA



Pontos de parada de ônibus



Rotas de ônibus com direção

3.4.3 TIPOLOGIAS DE ASSENTAMENTOS

Como o município de Balneário Gaivota não possui Plano Diretor municipal, o zoneamento atual a seguir foi elaborado pela autora a partir do mapa cadastral disponibilizado pela Prefeitura Municipal. É possível notar que, nas extremidades norte e sul da Área de Estudo, predomina o uso residencial, com comércio vicinais e serviços de bairro. Além disso, observam-se eixos comerciais presentes nas principais vias e uma ocupação de Zona Central, com maior adensamento e presença de comércio e serviços.

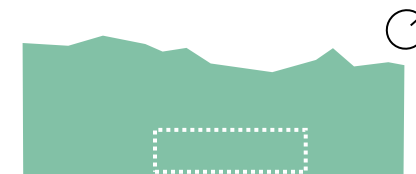


Fig. 42 – Esquema de localização

Fonte: Elaborado pela autora - sem escala

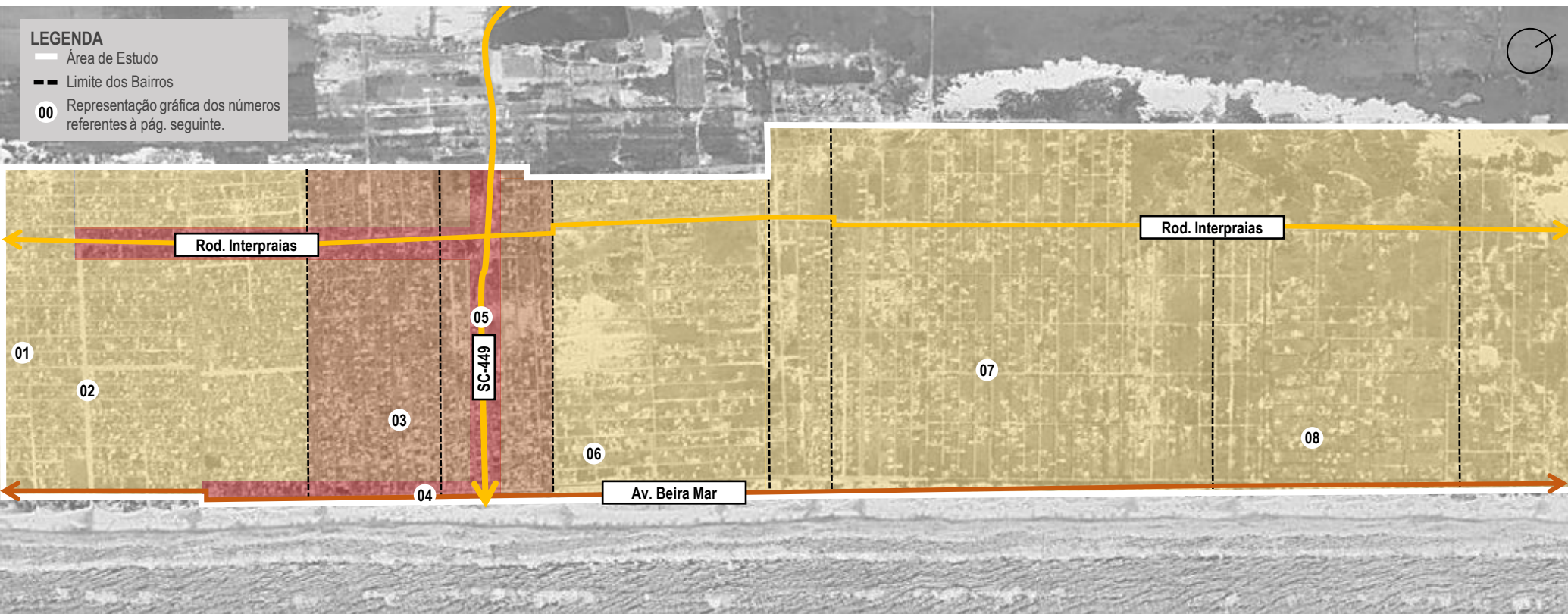


Fig. 43 – Mapa de zoneamento atual da AE.

Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021).

2km

LEGENDA - ZONEAMENTO

- **Zona Residencial Predominante:** abrange habitações unifamiliares, usos de comércio e serviços à população local e pequenas indústrias.
- **Zona de Centralidade:** uso e ocupação adensada, acolhendo atividades residenciais mistas, unifamiliares e multifamiliares, comerciais e de serviços.
- **Eixos Comerciais:** abrange atividades predominantemente comerciais, porém sendo encontradas habitações mistas (hab. + comércio/serviço) e algumas unidades unifamiliares e multifamiliares.

3.4.3 TIPOLOGIAS DE ASSENTAMENTOS

Representação gráfica das tipologias de assentamentos referentes aos números do mapa na página anterior.



Fig. 44 – Comércio de Bairro em Jardim Ultramar
Fonte: Google Street View (2021)



Fig. 45 – Vista superior Jardim Ultramar
Fonte: Google Imagens (2021)



Fig. 46 – Vista superior Itapuã
Fonte: Google Imagens (2021)



Fig. 47 – Av. Beira Mar
Fonte: Google Imagens (2021)



Fig. 48 – Área comercial no centro
Fonte: Google Imagens (2021)



Fig. 49 – Ocupação bairro Turimar
Fonte: Google Imagens (2021)



Fig. 50 – Vista Superior Village Dunas
Fonte: Google Imagens (2021)

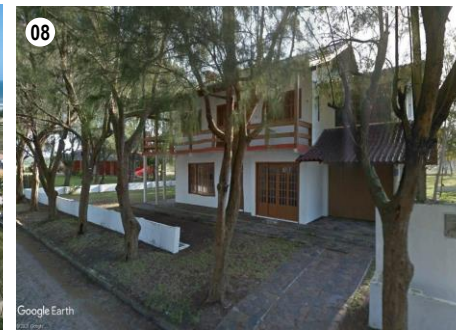


Fig. 51 – Ocupação Baln. Furnas
Fonte: Google Street View (2021)

3.4.4 ESPAÇOS LIVRES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

- Não Urbanizados
- 01-02 – Área Verde
- 03 – Praça da Igreja (prevista)
- 04-07 – Área Verde
- 08 – Praça da Igreja (prevista)

- Urbanizados
- 01 – Campo de Futebol 5ª AV.
- 02 – Praça Emerson Rampinelli
- 03 – Campo de Futebol
- 04 – Praça Turimar
- 05 – Praia
- 06 – Praça Lagoa Cortada
- 07 – Alameda Verde
- 08 – Dunas Lagoa Cortada

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- Urbanos
- 01 – Prefeitura e C. Municipal
- 02 – Cartório de Registros
- Saúde
- 01 – Posto de Saúde Turimar
- 02 – Posto de Saúde Central

- Educacionais
- 02 – Secretaria de Educação
- 03 – E.E.B. Praia da Gaivota
- 04 – C.E.I. Tia Benta
- 05 – C.E.I. Estrelinha do Mar
- 06 – APAE
- 07 – C.E.I. São Bento
- 08 – E.E.F. Darcy Ribeiro

- Religiosos
- 01 – Igreja comunidade (prevista)
- 02 – Igreja N. S. dos Navegantes
- 03 – Igreja Santo Expedito + centro comunitário

- Áreas de utilidade pública
- 01-07 – Áreas destinadas a implantação futura de equipamentos públicos

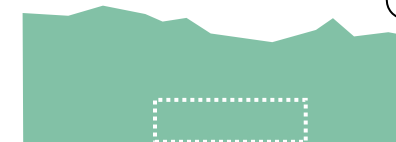


Fig. 52 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora - sem escala

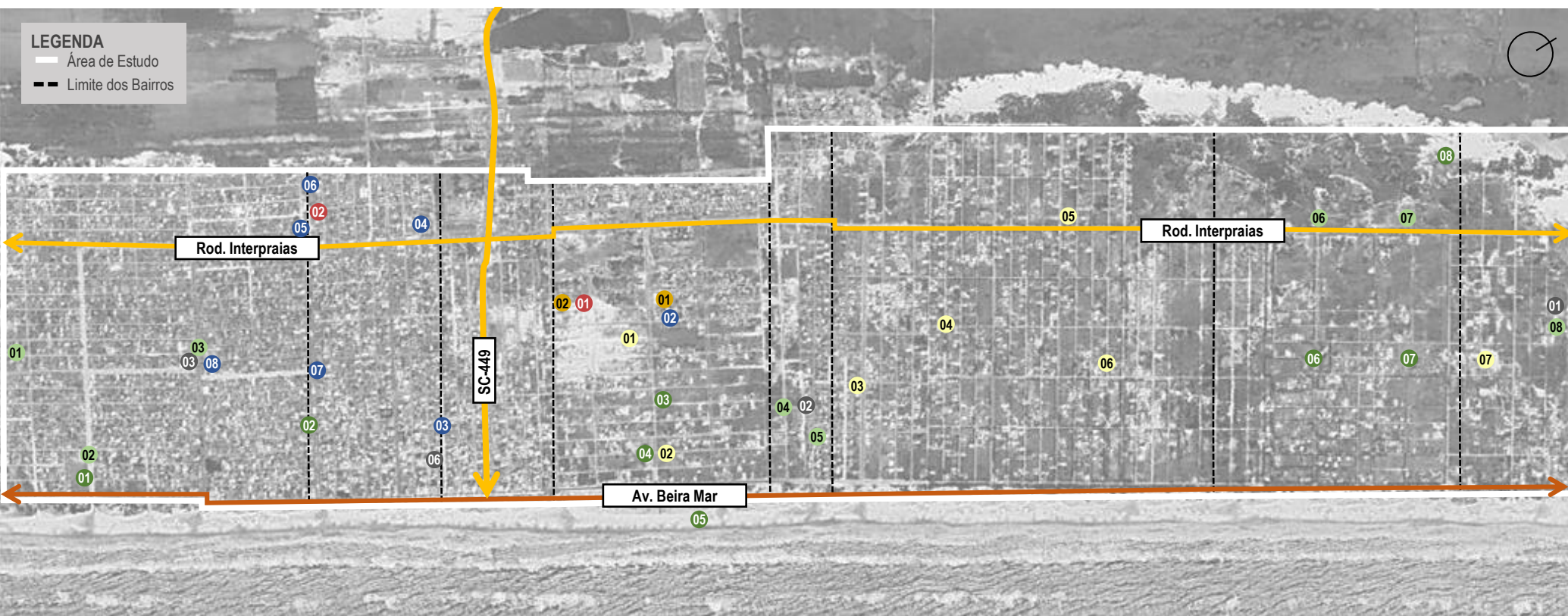


Fig. 53 – Mapa de espaços livres e equipamentos públicos atual da AE.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021).

2km

3.4.5 CHEIOS E VAZIOS

É notável que na cidade de Balneário Gaivota os espaços vazios predominam sobre os cheios, principalmente nas extremidades norte e sul da Área de Estudo. Já na área central é possível observar maior concentração de edificações, bem como equipamentos e espaços públicos já consolidados, e isso se deve a sua ocupação inicialmente centralizada. O planejamento da cidade define alguns espaços livres públicos, que atualmente são áreas de utilidade pública, destinados a implantação futura de equipamentos ou espaços públicos.

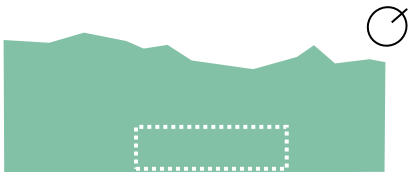


Fig. 54 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora - sem escala



Fig. 55 – Mapa de cheios e vazios atual da AE.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021).
2km

- LEGENDA**
VAZIOS URBANOS
- Espaços livres públicos não urbanizados
 - Áreas de utilidade pública

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE

Os principais espaços públicos livres da área de Estudo (AE) se encontram mapeados na Fig. 57, por serem espaços com grande potencialidade projetual, de conexões e de vitalidade. Entre eles, encontram-se as praças existentes no município; as praças que podem vir como elemento estruturador da comunidade; os campos de futebol existentes e corpos hídricos como articuladores de espaços públicos – de um lado o mar, e de outro, a lagoa. Para esta leitura, foram utilizadas como análise o entorno imediato, o fluxo de pedestres e veículos nas vias próximas, a vitalidade no local, as atividades realizadas e os elementos que compõem o espaço.

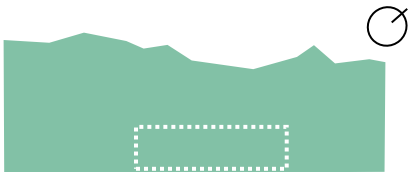


Fig. 56 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora - sem escala



Fig. 57 – Mapa de espaços livres públicos e inserção da AE.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021). 1km

LEGENDA

Ampliação de escala dos Espaços Livres Públicos

Principais Vias

00

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE





01

PRAIA

Av. Beira Mar (Vide localização no mapa da Fig. 57, Página 42)



Fig. 58 – Montagem de fotos das praias de Balneário Gaivota.
Fonte: Google Imagens (2021)

-  **VITALIDADE** alta
-  **FLUXO** intenso
-  **ATIVIDADES** ao ar livre, esportes, comércio
-  **ELEMENTOS** passarelas, mobiliário urbano, monumentos

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE






02

PRAÇA

Terceira Avenida (Vide localização no mapa da Fig. 57, Página 42)



Fig. 59 – Montagem de fotos da praça da Terceira Avenida.
Fonte: Autorial (2021)

-  **VITALIDADE** baixa
-  **FLUXO** intenso
-  **ATIVIDADES** ao ar livre, esportes, ginástica
-  **ENTORNO** posto de saúde, comércios, beira mar
-  **ELEMENTOS** parque infantil, academia ao ar livre, rede vôlei

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE

03 PRAÇA Turimar (Vide localização no mapa da Fig. 57, Página 42)



Fig. 60 – Montagem de fotos da praça do bairro Turimar.
Fonte: Google Imagens e Autoral (2021)

- VITALIDADE** média
- FLUXO** baixo
- ATIVIDADES** ao ar livre, esportes, lazer, eventos culturais
- ENTORNO** residencial, passarela
- ELEMENTOS** parque infantil, academia ao ar livre, pista skate, bocha, quadra poliesportiva, mobiliário

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE

04 ÁREA VERDE
Jardim Ultramar (Vide localização no mapa da Fig. 57, Página 42)



Fig. 61 – Montagem de fotos da área verde ao lado da igreja em Jardim Ultramar.
Fonte: Autorial (2021)

- VITALIDADE** baixa
- FLUXO** médio
- ATIVIDADES** religioso, estacionamento, descanso
- ENTORNO** residencial, igreja, escola estadual
- ELEMENTOS** salão comunitário

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE

05

ESPORTES

Campos de Futebol (Vide localização no mapa da Fig. 57, Página 42)







-  **VITALIDADE** intenso
-  **FLUXO** médio
-  **ATIVIDADES** esportivas
-  **ELEMENTOS** campo de futebol ou de areia, pequena arena de apoio

Fig. 62 – Montagem de fotos dos campos de futebol da cidade.
Fonte: Google Imagens e Autoral (2021)

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE

06 DUNAS
Lagoa Cortada (Vide localização no mapa da Fig. 57, Página 42)

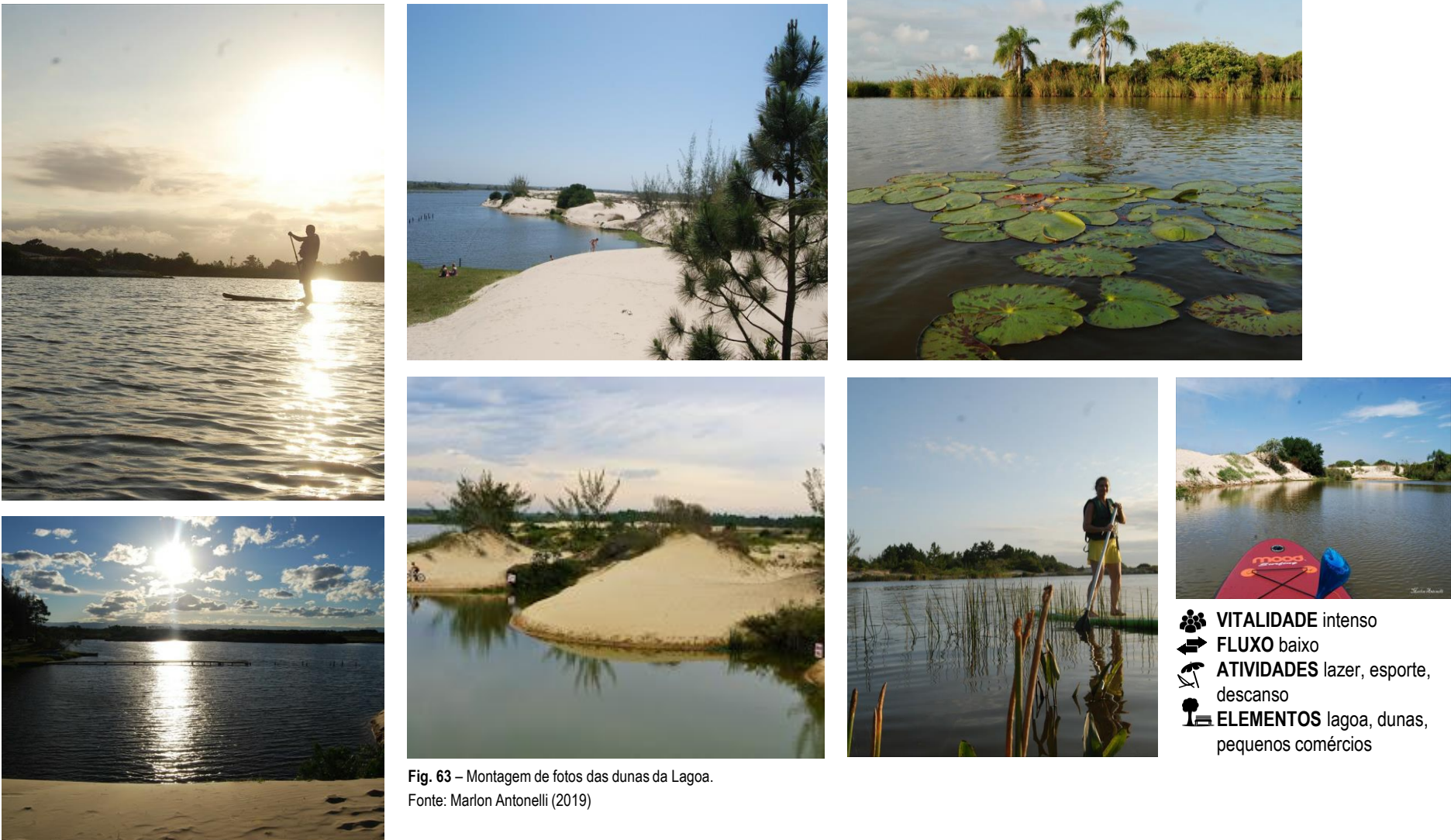


Fig. 63 – Montagem de fotos das dunas da Lagoa.
Fonte: Marlon Antonelli (2019)

VITALIDADE intenso
 FLUXO baixo
 ATIVIDADES lazer, esporte, descanso
 ELEMENTOS lagoa, dunas, pequenos comércios

3.4.6 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E A INSERÇÃO NA CIDADE

07

PRAÇAS

Lagoa Cortada (Vide localização no mapa da Fig. 57, Página 42)








-  **VITALIDADE** baixa
-  **FLUXO** baixo
-  **ATIVIDADES** lazer, descanso, esportes
-  **ENTORNO** residencial
-  **ELEMENTOS** parque infantil, lago artificial, quadra poliesportiva

Fig. 64 – Montagem de fotos das dunas da Lagoa.
Fonte: Marlon Antonelli (2019)

4 REFERENCIAIS PROJETOAIS

4.1 EMERALD NECKLACE

Trata-se de um projeto de intervenção que gerou uma série de práticas e propostas contemporâneas de um sistema de espaços públicos, como a conexão de parques e áreas verdes, requalificação dos cursos d'água, composição de corredores verdes urbanos, articulação entre soluções de saneamento e multifuncionalidades, sistema viário, lazer e conservação ambiental.

Sua combinação engloba parques, *parkways*, rios e boulevares, formando uma sequência de espaços livres verdes. A proposta inicial era de uma faixa de vegetação que atravessasse todos os bairros periféricos da cidade, a fim de orientar seu crescimento.

Apesar de ser executado apenas uma de suas partes, o projeto de paisagem é um dos mais emblemáticos da história, formado por parques e espaços verdes interligados e cursos d'água, além de criar conexão com áreas já consolidadas como espaços públicos. (BONZI, 2014)

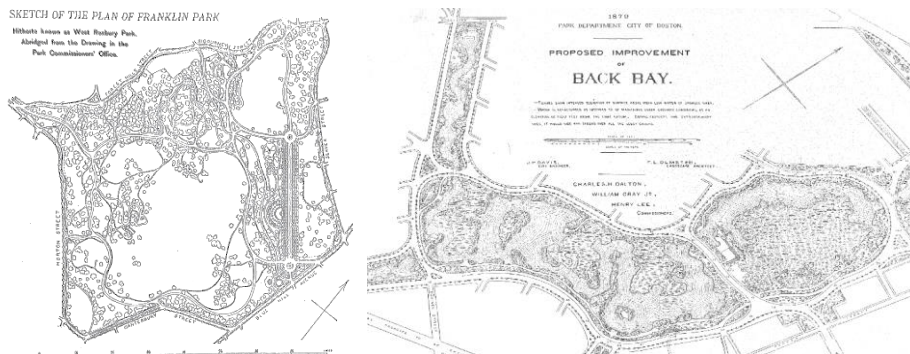


Fig. 65 – Projetos pontuais da intervenção
Fonte: Google Imagens

FICHA TÉCNICA

Local: Boston, EUA

Ano: 1877

Extensão: 10km

Projetista: Frederick Omsted

EMERALD NECKLACE

- 1 – Bear Dens
- 2 – Schoolmaster Hill
- 3 – Arnold Visitor Center
- 4 – Pinebank
- 5 – Muddy River
- 6 – Victory Gardens

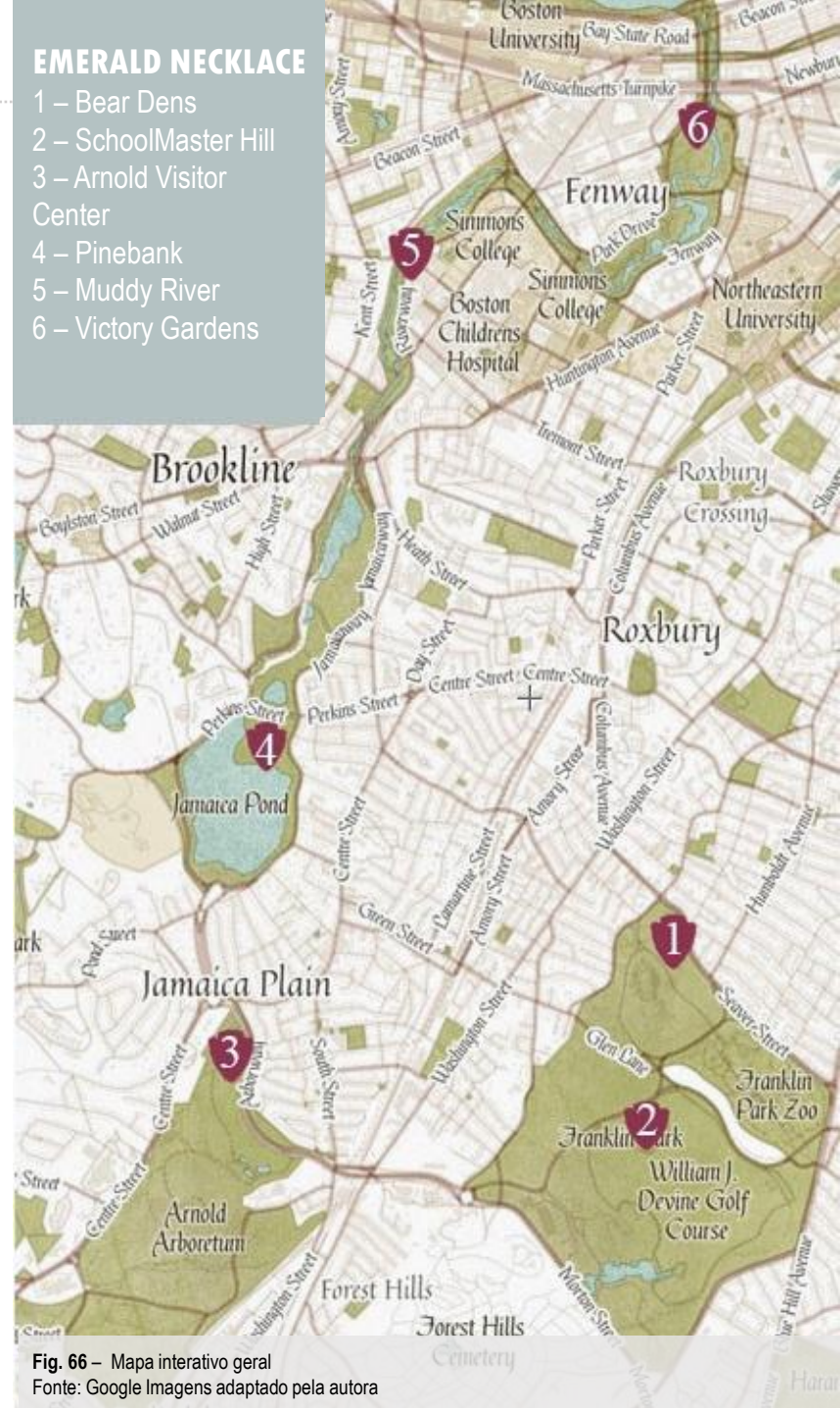


Fig. 66 – Mapa interativo geral
Fonte: Google Imagens adaptado pela autora

“Há outras lições do Emerald Necklace que certamente são importantes e válidas para os tempos atuais. Como vimos, a escala dessa intervenção só pode ser apreendida com o apagamento das fronteiras entre o planejamento urbano regional e o projeto de paisagem. Trata-se também de um projeto que explicita os ganhos que grandes obras de infraestrutura podem obter quando a sua dimensão estética não é renegada. Ao articular soluções de saneamento, drenagem, sistema viário, recreação, áreas verdes e conservação ambiental, o “colar de esmeraldas” sinaliza para a pertinência de uma abordagem de intervenção na paisagem que seja multifuncional e que tome as necessidades infraestruturais da cidade como meio real de projeto. E sempre que possível, se valendo da capacidade que a própria Natureza, seja ela projetada ou pré-existente, tem de responder a essas demandas.” (BONZI, 2014, p. 21)

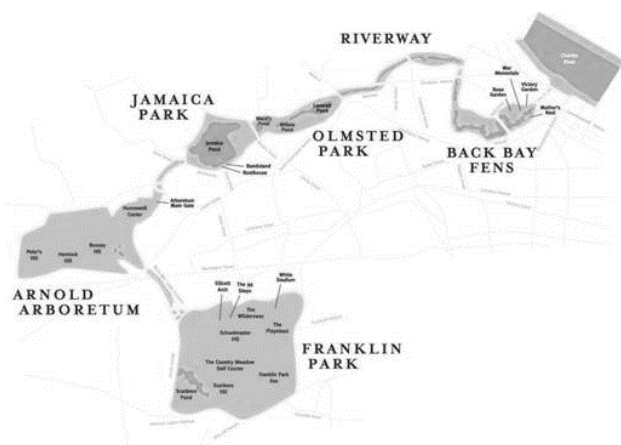


Fig. 67 – Esquema da intervenção
Fonte: Google Imagens



Fig. 68 – Situação Atual dos parques
Fonte: Google Imagens



Fig. 69 – Situação Atual dos parques
Fonte: Google Imagens

4.2 PLANO URBANÍSTICO DE ROSÁRIO

A cidade de Rosário, em continuidade de uma gestão adequada de políticas urbanas, organizou um plano urbanístico coerente, se afirmando na articulação de todas as propostas em conjunto com a continuidade das obras já em andamento. O plano combinou iniciativas públicas e privadas em questões de espaços públicos urbanos e infraestruturas base para educação, saúde e serviços municipais gerais.

O planejamento é considerado de complexidade, integração, flexibilidade e um modelo de gestão e operação da cidade, obtendo uma planificação de futuro, a fim de converter-se em um centro metropolitano de gravitação internacional. A decisão de liberação e abertura da costa foi a operação urbanística de maior escala e visibilidade, possibilitado a partir das atividades portuárias para o sul da cidade.

Sobre questões sociais, foram articuladas iniciativas diversas de habitação social e uma sólida estrutura de saúde e de uma promoção social descentralizada – a partir de uma política de descentralização política e cultural. (SUMMA, 2013)

“O plano urbanístico apresentado responde a um processo, que não é um instrumento que começa do zero, senão que constitui mais um elo num longo percurso de planificação iniciado há muitos anos. Hoje, à luz dos fatos, não se pode negar que Rosário – como construção essencialmente física – é produto de seus planos.” (SUMMA, 2013, p. 87)



Fig. 70 – Esquemas projetuais
Fonte: Revista Summa+

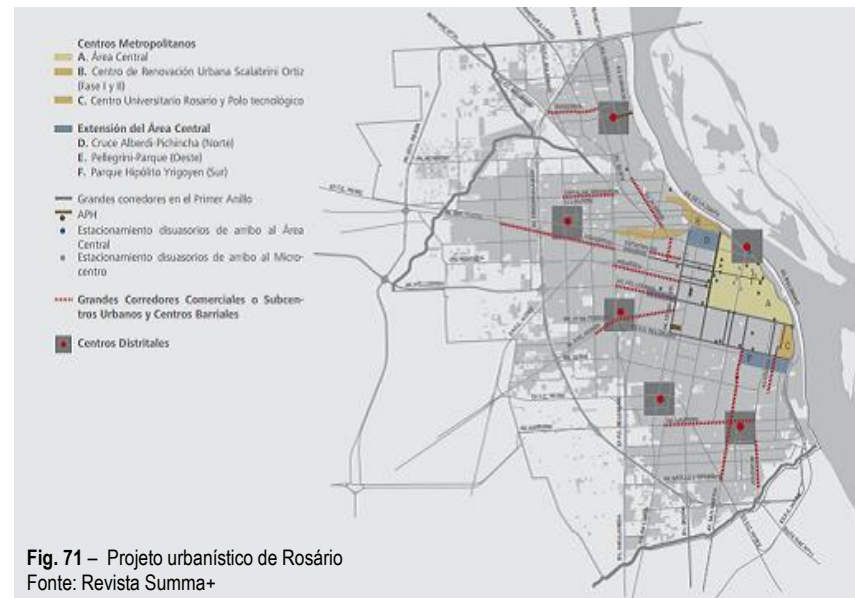


Fig. 71 – Projeto urbanístico de Rosário
Fonte: Revista Summa+

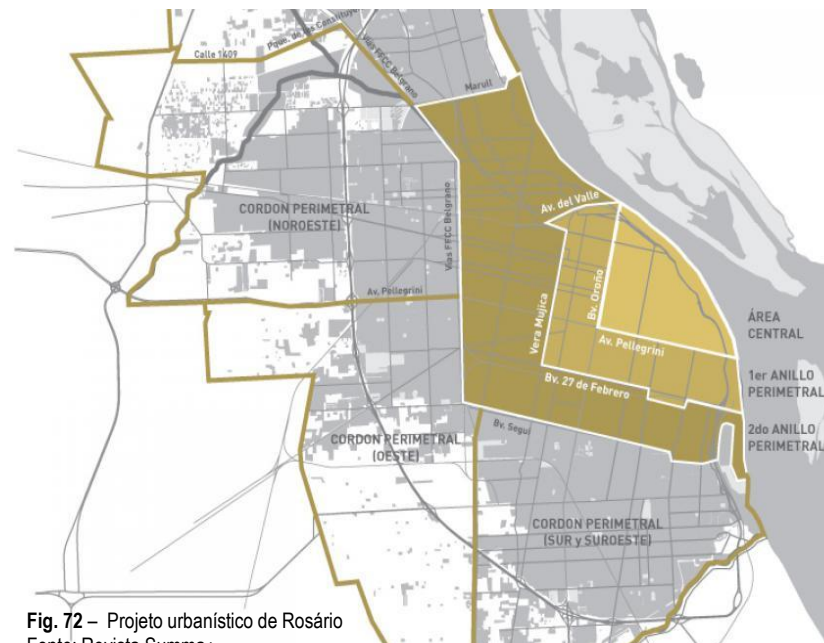
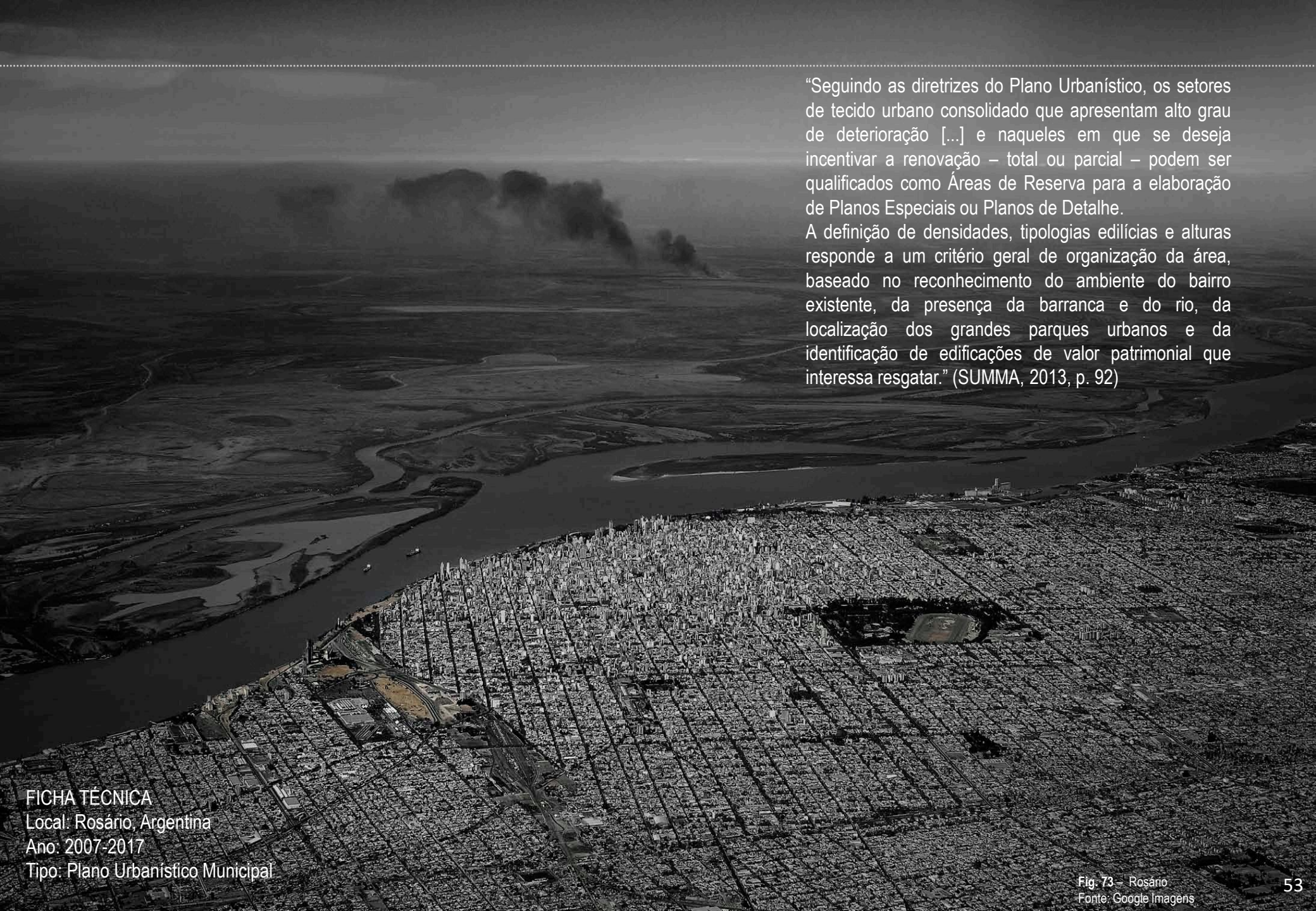


Fig. 72 – Projeto urbanístico de Rosário
Fonte: Revista Summa+



“Seguindo as diretrizes do Plano Urbanístico, os setores de tecido urbano consolidado que apresentam alto grau de deterioração [...] e naqueles em que se deseja incentivar a renovação – total ou parcial – podem ser qualificados como Áreas de Reserva para a elaboração de Planos Especiais ou Planos de Detalhe. A definição de densidades, tipologias edilícias e alturas responde a um critério geral de organização da área, baseado no reconhecimento do ambiente do bairro existente, da presença da barranca e do rio, da localização dos grandes parques urbanos e da identificação de edificações de valor patrimonial que interessa resgatar.” (SUMMA, 2013, p. 92)

FICHA TÉCNICA

Local: Rosário, Argentina

Ano: 2007-2017

Tipo: Plano Urbanístico Municipal

5 PARTIDO

5.1 DIAGNÓSTICO E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NA ESCALA DA ÁREA DE ESTUDO

A leitura do território se dá pelo ponto principal, que é a ocupação espraiada e crescimento repentino da população (principalmente a faixa etária adulta e idosa). O que se pode constatar, a partir das análises, é que a cidade sofre um problema em comum dos balneários: um grande patrimônio natural em um local que possui falta de infraestrutura básica e condições sanitárias a toda a população que se instala, o que pode ser percebido a partir da observação do mapa de cheios e vazios da cidade.

O sistema de transporte público fica restrito ao centro por ser o único lugar que possui vias em condições adequadas para a circulação, e os equipamentos públicos também não atendem a população como um todo. Por não possuir um Plano Diretor municipal, é possível constatar, através de análises e observações próprias que a área urbana é, em sua grande maioria, composta de residências unifamiliares, com zonas comerciais em importantes vias e pequenos pontos com usos mistos e multifamiliares.

Em âmbito de espaços livres, há uma grande escassez em uma área que possui grandes condicionantes como a praia, dunas, lagoas, áreas de massas verdes, entre outros. O sistema de espaços públicos se dá pela conexão e articulação destes encontrados já urbanizados – praças, espaços esportivos, lagoas, praia – junto com as possíveis intervenções em espaços públicos ainda não urbanizados – as áreas verdes públicas, para assim, junto a uma rede de mobilidade e transporte que atenda todos os pontos, além de uma análise de equipamentos de saúde, escolar e esportivos, ordenar e organizar o sistema de crescimento e desenvolvimento da cidade.

“A cidade é um organismo vivo, criado e gerido pelo homem. Como tal, está continuamente sujeita a falha. Como tal, necessita de adequado cuidado. Planejar a cidade é cuidar dela. Tratá-la com zelo e cuidado é fazê-la funcionar bem” (LEITE, 2012, p. 138)

Escala	Temática	Subtemática	Diagnóstico	Potencialidade
Municipal	Aspectos ambientais	Hidrografia	Poluição por esgoto e lixo	Lazer, contemplação
		Vegetação	Escassez em vias e espaços públicos	Conforto e sombreamento
Municipal e da Área de Estudo	Conexões	Vias	Falta de infraestrutura	Conexão com a cidade
		Passeio Público	Estreitas e com obstáculos	Conexão entre espaços livres
		Ciclovias	Descontínua e insuficiente	Lazer, contemplação
		Modais	Restrita ao centro	Acesso aos espaços públicos
		Drenagem	Insuficiente em alguns pontos	Praticabilidade mesmo em dias chuvosos
	Infraestrutura	Esgotamento sanitário	Despejo em recursos hídricos	Tratamento de água
		Equipamentos públicos	Distribuição insuficiente	Estruturação de comunidades
	Uso e Ocupação	Assentamentos irregulares	Ocupação em áreas de proteção	-
		Tipos de uso	Predominante residencial	-
	Espaços Livres	Espaços Públicos	Insuficiente e mau conservado	Lazer e convivência
		Vazios Urbanos	Grande quantidade por toda a cidade	Espaços livres públicos

Quadro 01 – Diretrizes projetuais
Fonte: RIBEIRO (2016) adaptado pela autora

PROGRAMA

diretrizes + meios + metas

1. Hierarquizar e reorganizar prioridade de mobilidade	meios	Reorganização de fluxos, vias e calçadas
2. Incentivar a apropriação urbana		Inclusão de atividades comunitárias
3. Dar suporte à vida pública e o convívio		Requalificação de espaços livres urbanos
4. Incentivar a vitalidade e segurança noturna		Iluminação, novos usos e ocupações
5. Criar superfícies, fachadas interessantes e acessibilidade		Transformação do meio urbano
6. Estimular o lazer e o esporte e o turismo sustentável		Promoção de espaços com incentivos
7. Desenvolver espaços projetados para a escala humana		Transformação da paisagem e do meio

ESTRATÉGIAS

A partir das diretrizes

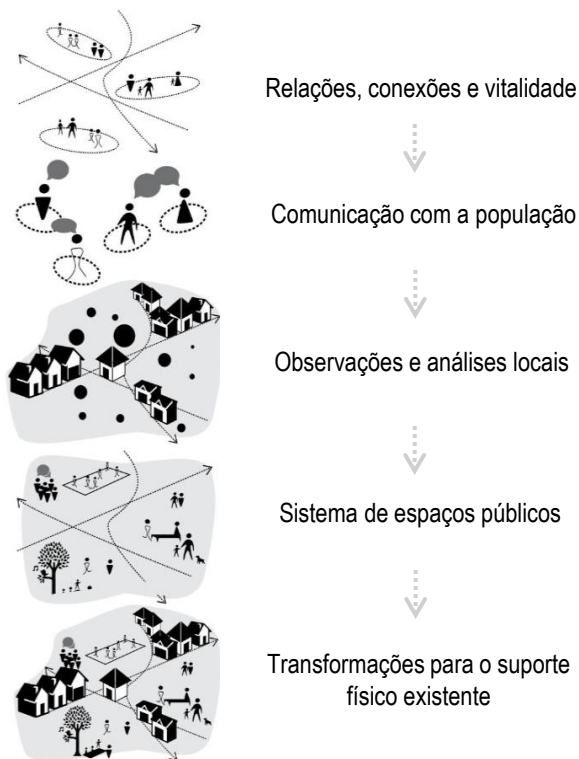


Fig. 74 – Diretrizes projetuais
 Fonte: SILVA (2014) adaptado pela autora

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

A serem aplicados na proposta

1. Outorga Onerosa

Baseia-se na possibilidade, por parte do município, de uma conexão entre área edificável x área do terreno, no qual uma autorização para a construção seria de forma onerosa. Ou seja, cabe ao proprietário o pagamento ao poder público para o direito, com valor proporcional ao terreno. É um instrumento urbanístico utilizado para a construção de gabaritos maiores dos que os estabelecidos, onde os recursos levantados são aplicados na construção de unidades habitacionais, equipamentos públicos, conservação de áreas verdes e de elementos histórico e culturais, entre outros.

2. Transferência do direito de construir

Instrumento que permite que o proprietário do imóvel exerça em outro local o seu direito de construir. Pode ser aplicado em a) implantação de equipamentos públicos; b) preservação; c) regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda ou habitação social. No Brasil, está atrelado a proteção do ambiente natural e construído, incentivando a preservação nas cidades.

3. IPTU progressivo no tempo

Tem como proposta central um valor de tributo crescente aos proprietários de terrenos ociosos ou de mau aproveitamento, que acarrete prejuízo a população. São aplicados aos que não atendem questões de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. Seu objetivo é estimular a utilização socialmente justa dos imóveis ou sua venda.

metas

Permitir e facilitar novas conexões
 Priorizar a escala do pedestre
 Atrair usuários as praças e áreas verdes
 Incentivar o uso de bicicletas
 Aumentar a apropriação do espaço público
 Incentivar práticas de lazer e esporte
 Adensar vegetações
 Integrar todas as faixas etárias
 Permitir a diversidade de atividades
 Gerar movimento constante nas ruas

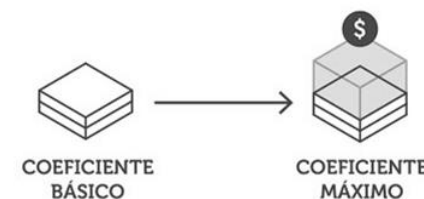


Fig. 75 – Esquema Outorga Onerosa
 Fonte: Gestão Urbana SP

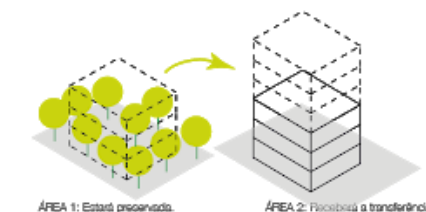


Fig. 76 – Esquema Transferência
 Fonte: RZ Soluções Fundiárias

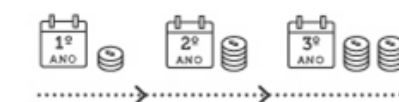


Fig. 77 – Esquema IPTU
 Fonte: Gestão Urbana SP

5.2 MAPA SÍNTESE ATUAL

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

- Não Urbanizados
- 01-02 – Área Verde
- 03 – Praça da Igreja (prevista)
- 04-07 – Área Verde
- 08 – Praça da Igreja (prevista)

- Urbanizados
- 01 – Campo de Futebol 5ª AV.
- 02 – Praça Emerson Rampinelli
- 03 – Campo de Futebol
- 04 – Praça Turimar
- 05 – Praia
- 06 – Praça Lagoa Cortada
- 07 – Alameda Verde
- 08 – Dunas Lagoa Cortada

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- Urbanos
- 01 – Prefeitura e C. Municipal
- 02 – Cartório de Registros
- Saúde
- 01 – Posto de Saúde Turimar
- 02 – Posto de Saúde Central

- Educacionais
- 02 – Secretaria de Educação
- 03 – E.E.B. Praia da Gaivota
- 04 – C.E.I. Tia Benta
- 05 – C.E.I. Estrelinha do Mar
- 06 – APAE
- 07 – C.E.I. São Bento
- 08 – E.E.F. Darcy Ribeiro

- Religiosos
- 01 – Igreja comunidade (prevista)
- 02 – Igreja N. S. dos Navegantes
- 03 – Igreja Santo Expedito + centro comunitário

- Áreas de utilidade pública
- 01-07 – Áreas destinadas a implantação futura de equipamentos públicos

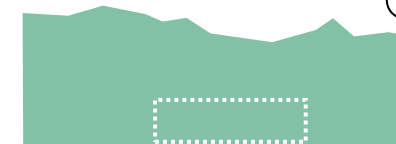


Fig. 78 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora - sem escala

LEGENDA

- Área de Estudo
- Limite dos Bairros



Fig. 79 – Mapa síntese atual da AE.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora.

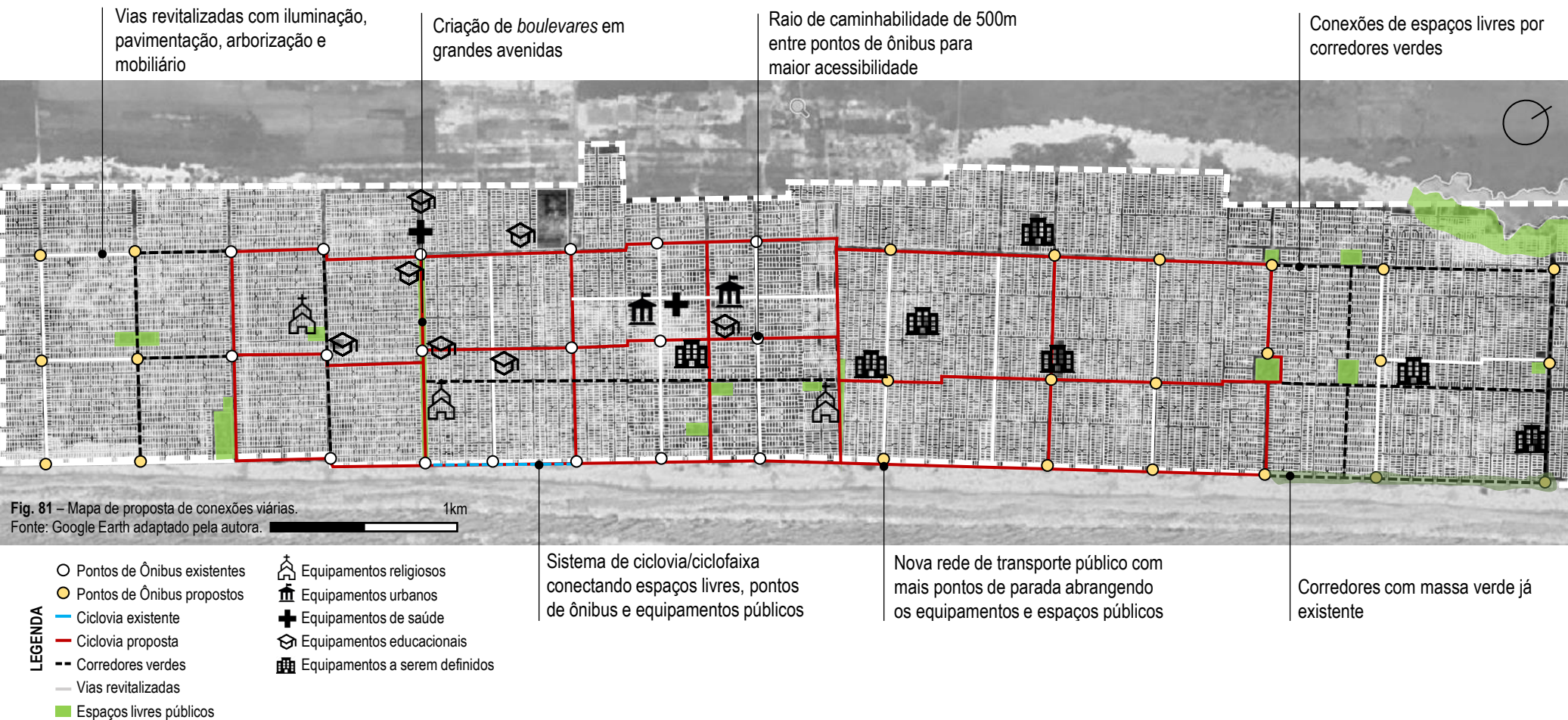
LEGENDA: HIERARQUIA VIÁRIA

- ↔ Via Arterial
- ↔ Via Coletora
- Ciclovía
- Pontos de Ônibus

5.3 PROPOSTA DE CONEXÕES VIÁRIAS

Fig. 80 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora. sem escala

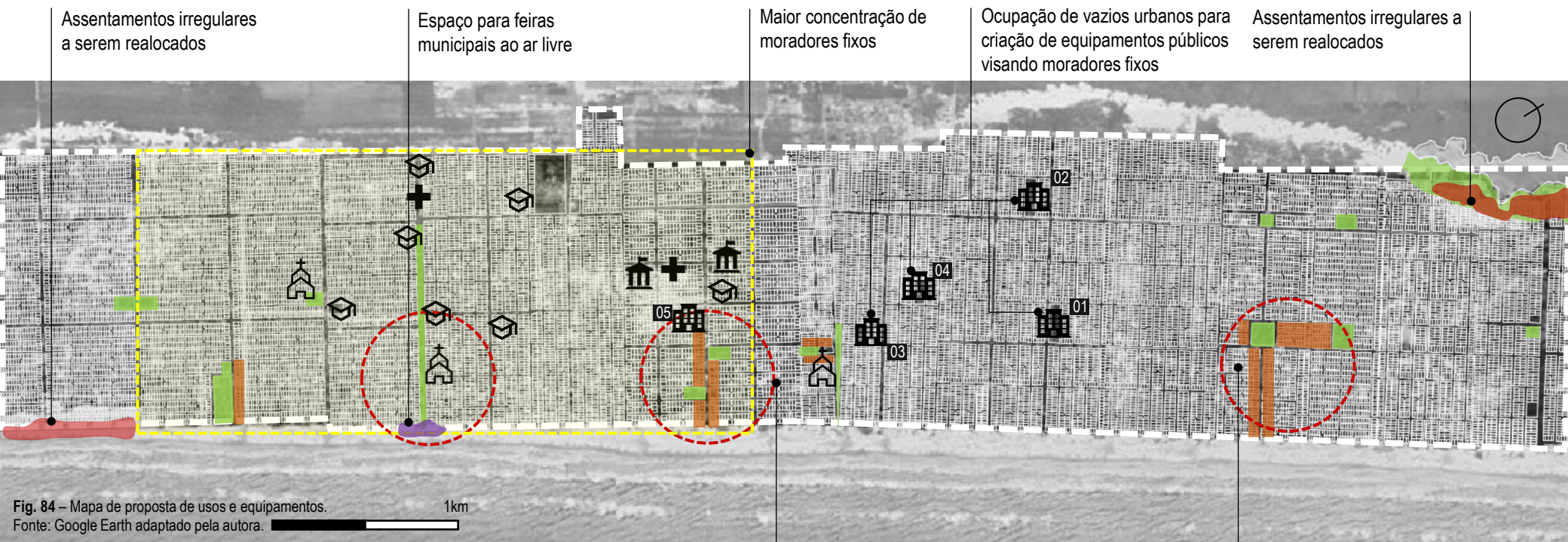
A fim de conectar parte da cidade e impulsionar seu desenvolvimento urbano, um novo sistema ciclovitário foi implantado, como continuidade a faixa já existente que acabava servindo apenas como lazer e não como meio de transporte. A nova rede passa pelos principais equipamentos públicos da cidade, além de integrar todos os espaços públicos livres, a fim de facilitar a mobilidade. Sobre o transporte público, a rota foi ampliada com novos pontos de ônibus também abrangendo os espaços e equipamentos públicos em geral. As vias que conectam os espaços públicos e não possuem ciclovias viraram corredores verdes visando a caminhabilidade e o conforto ambiental e visual. E por fim, foi proposto para as vias degradadas restantes uma revitalização com toda a infraestrutura necessária e adequada. Os corredores verdes já existentes foram preservados. Para maior conforto, estas vias possuem 1 km de distância entre elas, com uma transversal no centro, tendo então, um raio de caminhabilidade de 500m para acesso a ciclovias ou aos novos pontos de ônibus.



5.4 CENTRALIDADES, USOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Fig. 83 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora. sem escala

No mapa da fig. 84 foi localizado a centralidade atual do município, e através da criação de novas tipologias de misto e comércio de bairro (salão de beleza, mercado, sorveteria, entre outros), próximos a praças já consolidadas, isso impulsionaria novas centralidades de bairro e uma maior utilização destes espaços públicos – além de estimular a ocupação de moradores fixos no local. Estes comércios seriam em térreos com fachadas ativas e atrativas, para uma apropriação do passeio por parte da população. A maior concentração de moradores fixos foi localizada, assim como os assentamentos irregulares na orla da praia e da lagoa, de modo a essas pequenas e degradadas ocupações terem de ser realocadas. Por fim, foi estipulada uma feira municipal ao ar livre, de agricultura e artesanato, em um espaço que pode ser apropriado pela população com exposições e área de convívio, e foram localizados também, os vazios urbanos públicos sem definição de uso, sendo utilizados para equipamentos públicos que servem para a comunidade.



EXISTENTE
— Zona de moradores fixos
— Assentamentos irregulares

PROPOSTA
— Centralidades de bairro
— Feiras ao ar livre
— Espaços livres públicos
— Zona mista/comércio de bairro

EQUIPAMENTOS

EXISTENTE

- Equipamentos religiosos
- Equipamentos urbanos
- Equipamentos de saúde
- Equipamentos educacionais
- Equipamentos a serem definidos

PROPOSTA

- 01** UBS
- 02** Igreja + centro comunitário
- 03** Biblioteca de apoio às escolas
- 04** Escola de ensino básico + praça
- 05** Centro comunitário para idosos

Criação de novas tipologias de misto/comércio de bairro para criar nova centralidade em função da praça

Novas tipologias entorno de praças para desenvolvimento de bairro e a atrair moradores fixos a ocupação

5.4.1 INCENTIVOS FISCAIS

Propostas de legislação estimulando a contribuição de proprietários
(MENEZES, 2016)

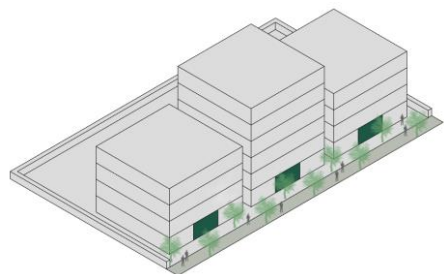


Fig. 85 – Acesso à rua.
Fonte: Elaborado pela autora.

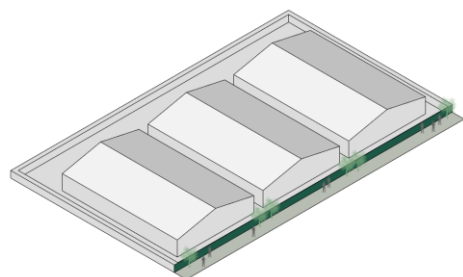


Fig. 86 – Permeabilidade visual.
Fonte: Elaborado pela autora.

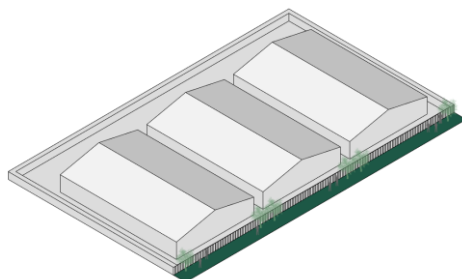


Fig. 87 – Qualificação das calçadas.
Fonte: Elaborado pela autora.

1. Edifícios residenciais com acesso à rua
Os edifícios multifamiliares que optarem ter o acesso direto ao térreo para a rua, sem a existência de muros, teriam um desconto no pagamento anual do IPTU.

2. Permeabilidade visual nas residências
As unidades habitacionais residenciais que optarem por grades ou elementos com permeabilidade visual de no mínimo 70% para cercarem suas casas e possuírem interação com a rua, teriam desconto no pagamento anual do IPTU.

3. Qualificação das calçadas
Como incentivo para a construção de calçadas acessíveis e contínuas, os proprietários receberiam cartilhas no auxílio a manutenção ou construção de calçadas referentes à sua propriedade, de modo que, os moradores interessados na proposta teriam desconto no pagamento anual do IPTU.

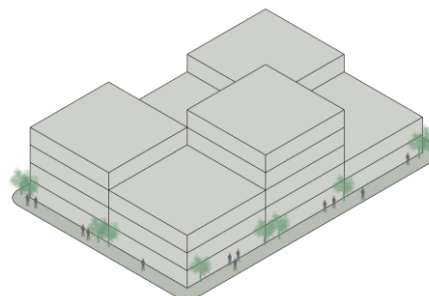


Fig. 88 – Edifícios mistos.
Fonte: Elaborado pela autora.

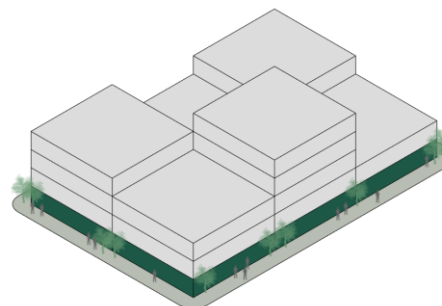


Fig. 89 – Fachadas ativas.
Fonte: Elaborado pela autora.

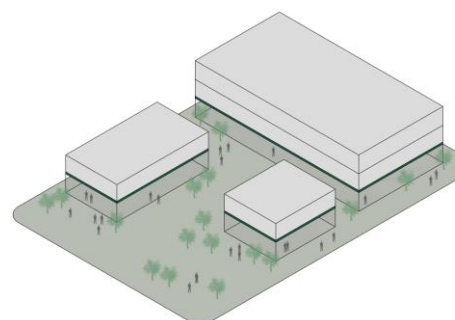


Fig. 90 – Fruição pública.
Fonte: Elaborado pela autora.

4. Edifícios mistos em quadras centrais
Os proprietários que optarem por edifícios mistos em quadras centrais, com habitação e comércio/serviço, se isentariam das taxas de aprovações de projeto.

5. Fachadas ativas
Os lotes de edifícios mistos e comerciais que possuírem o térreo com 4 a 5 aberturas com um intervalo de 25 metros – as chamadas fachadas ativas às calçadas, terão desconto no pagamento anual do IPTU.

6. Fruição pública
Uso público de área localizada no térreo a qual não pode ser fechada com edificação ou instalação. Esse incentivo auxiliaria na estruturação e articulação entre espaço livre e espaço edificado, favorecendo a circulação de pedestres.

5.4.2 INTERVENÇÕES URBANAS

Propostas de intervenções pontuais na cidade
(SILVA, 2014)

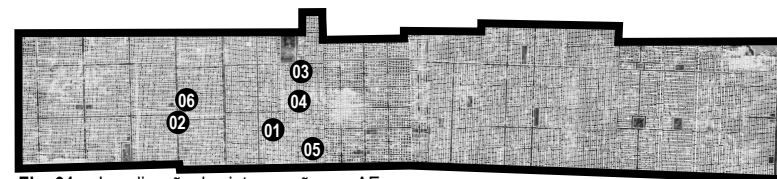


Fig. 91 – Localização das intervenções na AE.

Fonte: Google Street View com adaptação da autora (2021).

1. Intervenções artísticas



Fig. 92 – E.E.B. Praia da Gaivota.

Fonte: Google Street View com adaptação da autora.

2. Espaço para atividades ao ar livre



Fig. 93 – Quarta Avenida.

Fonte: Autora.

3. Mobiliário urbano



Fig. 94 – Rod. José Tiscoski (SC-449).

Fonte: Google Street View com adaptação da autora.

4. Estruturação do comércio local



Fig. 95 – Comércio na Rod. José Tiscoski (SC-449).

Fonte: Google Street View com adaptação da autora.

5. Nova relação público-privado



Fig. 96 – Comércio na Av. Beira Mar.

Fonte: Google Street View com adaptação da autora.

6. Aumento de áreas verdes



Fig. 97 – Área verde ao lado da Igreja na Quarta Avenida.

Fonte: Autora.

5.5 PROPOSTA DE SISTEMA DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Fig. 98 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora. sem escala



O sistema de espaços públicos livres é composto pelos espaços públicos e por suas conexões verdes entre eles. O sistema está todo articulado e estruturado junto a rede de transporte público, sistema cicloviário e equipamentos públicos, além de influenciar o crescimento e apropriação no entorno destes e criar novas centralidades na cidade – desenvolvendo então, um crescimento ordenado de assentamentos e de população. No mapa, são elencadas as principais atividades propostas e/ou existentes nos espaços livres, entre eles os esportes e esportes aquáticos, locais de piquenique e repouso, centro e hortas comunitárias, parques infantis, entre outros. Estes espaços seriam acessíveis, arborizados e com identidade própria, abrangendo as escalas de cidade ou apenas de comunidade, a fim de resolver melhor os problemas de espaço público. Nesse sentido, a cidade inteira estaria conectada.

LEGENDA

- Conexões a partir de corredores verdes e sistema cicloviário
- 0km Distâncias entre os espaços públicos em quilômetros

Espaço privado para camping – movimentação no período do verão

Vias conectoras dos espaços públicos por meio de ciclovias e corredores verdes

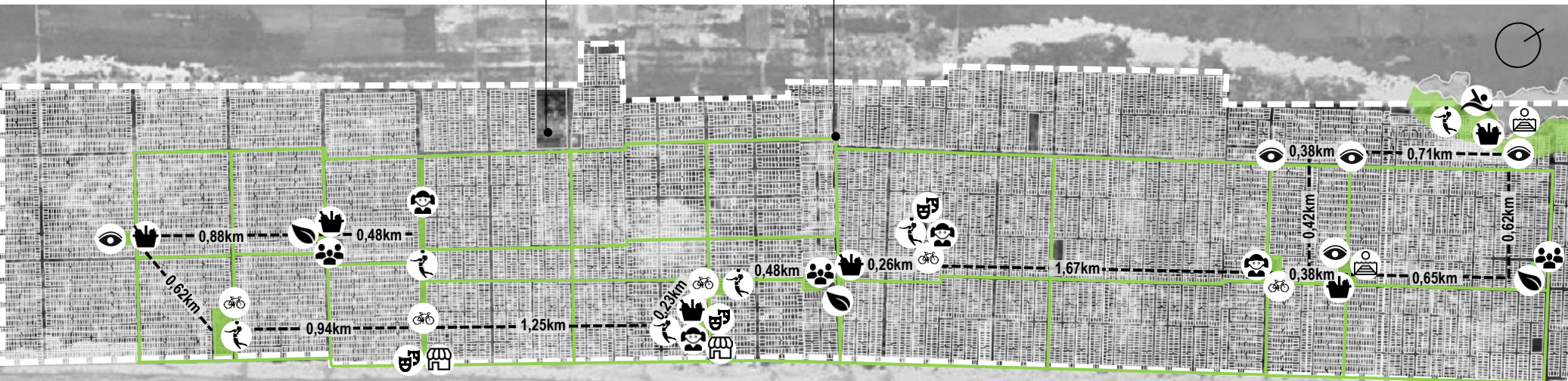


Fig. 99 – Mapa do sistema de espaços públicos proposto.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora. 1km

LEGENDA

ATIVIDADES

- Anfiteatro/exposições
- Esportes
- Piquenique
- Pier
- Feiras municipais
- Horta comunitária
- Parque infantil
- Estação de bicicletas
- Esportes aquáticos
- Contemplação/repouso
- Centro comunitário

5.5.1 INFRAESTRUTURA VERDE

Propostas de intervenções pontuais na cidade
(RODRIGUES, 2015)

A fim de filtrar as águas provenientes da drenagem superficial, todas as vias no entorno de espaços públicos livres ou em pontos estratégicos da cidade, tem a proposta de receber tratamento com jardins de chuva. As águas serão direcionadas aos canteiros de chuva que as tratam através da fitorremediação.

Canteiros *biodiversos* são mais eficientes quanto à melhoria da qualidade da água dos escoamentos e redução das cargas poluidoras, além de possuir mais resiliência quanto às possíveis pragas e distúrbios do ecossistema – com menor manutenção. É recomendado o uso de forrações, arbustos e herbáceas de diferentes espécies espalhadas pelas áreas verdes, de modo a estimular a cobertura total da área disponível e o enraizamento em todas as camadas do solo de plantio. (BECKER, 2013)

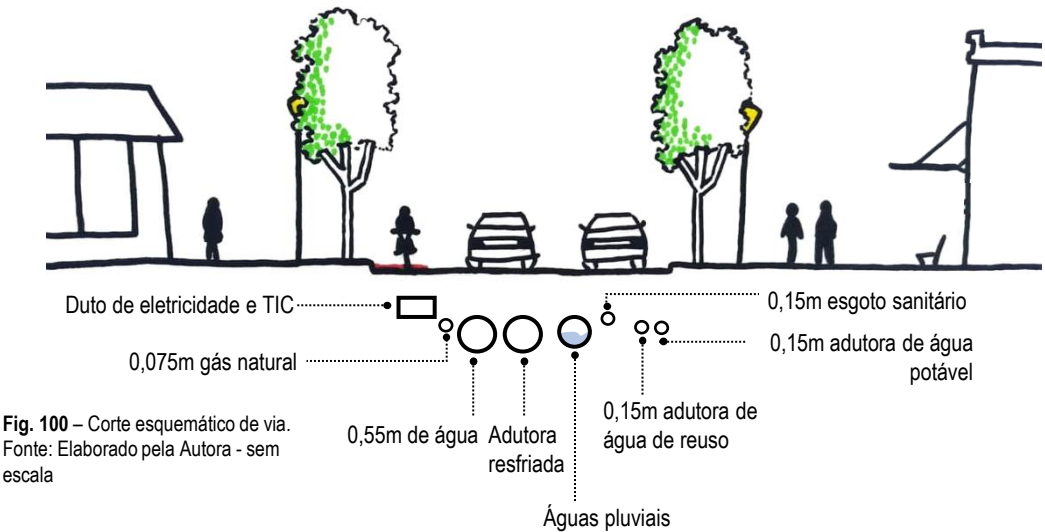


Fig. 100 – Corte esquemático de via.
Fonte: Elaborado pela Autora - sem escala

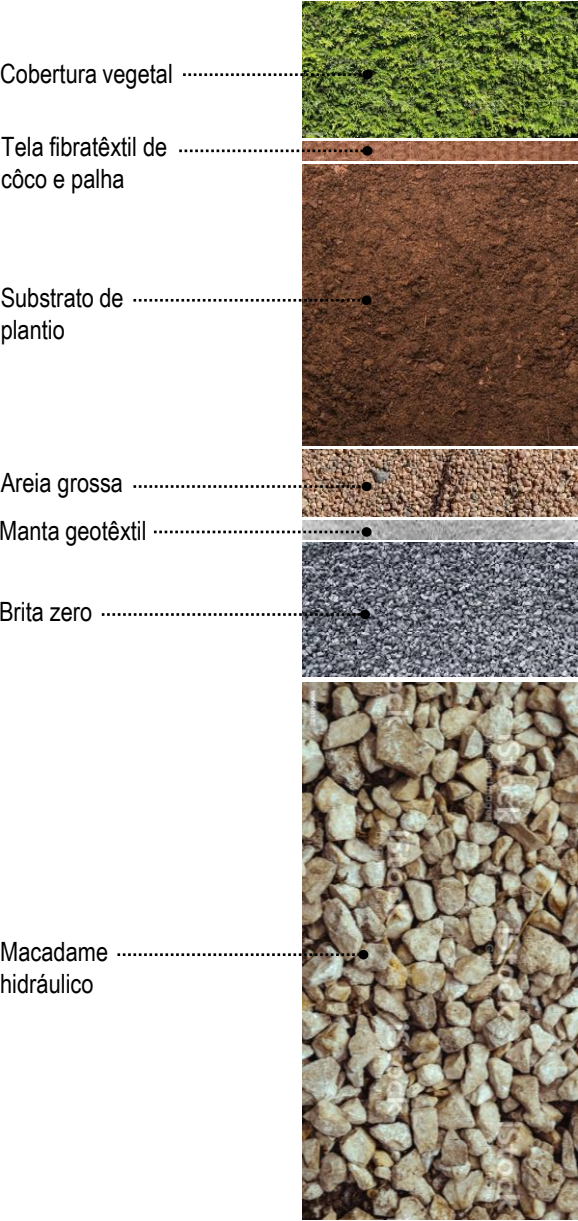


Fig. 101 – Camadas de preenchimento dos jardins de chuva.
Fonte: Elaborado pela autora.



Fig. 102 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora. sem escala

5.6 RECORTES DO SISTEMA DE ESPAÇOS PÚBLICOS

A serem desenvolvidas como partido de projeto urbano.

- LEGENDA**
- Conexões a partir de corredores verdes e sistema ciclovitário
 - - - Raio abrangendo o entorno de espaços públicos elencados

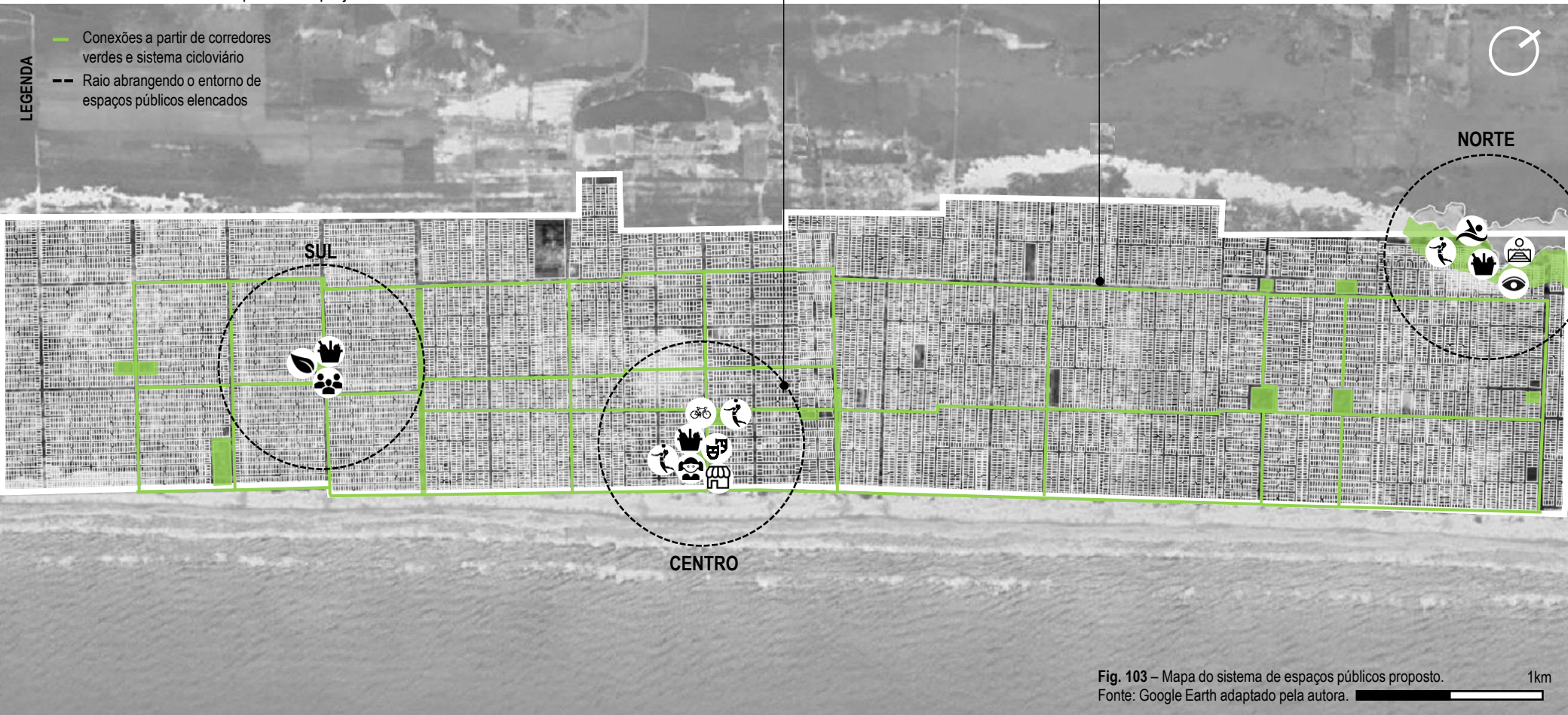


Fig. 103 – Mapa do sistema de espaços públicos proposto.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora.

1km

- LEGENDA**
- ATIVIDADES**
- Anfiteatro/exposições
 - Esportes
 - Piquenique
 - Pier
 - Feiras municipais
 - Horta comunitária
 - Parque infantil
 - Estação de bicicletas

- Esportes aquáticos
- Contemplação/repouso
- Centro comunitário

Foram escolhidos três recortes na Área de Estudo – sul, norte e centro – visando um entendimento abrangente de diferentes realidades em que as intervenções estão inseridas. A intervenção sul tem caráter de espaço livre público de comunidade, com proximidade a Igreja e ao Salão Comunitário; a intervenção norte diz respeito a toda orla da Lagoa Cortada e suas atividades e a intervenção central, tem caráter de centralidade de bairro com uma praça mais consolidada em equipamentos e atividades.

5.6.1 CENTRO: A INTERVENÇÃO CENTRAL COMO CENTRALIDADE URBANA

Segundo Jane Jacobs (2000), não basta a existência de um parque para garantir vitalidade a ele e ao entorno, pois não é possível obter valorização de um bairro apenas sendo adicionadas áreas verdes sem critérios, aleatoriamente. Para que o mesmo funcione, é necessário ter os elementos de complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial.

A complexidade, conforme Jacobs (2000) é seu elemento mais trabalhado, referindo-se à diversidade de usos e de pessoas no entorno da área verde.

“A variedade de usos dos edifícios propicia ao parque uma variedade de usuários que nele entram e dele saem em horários diferentes. Eles utilizam o parque em horários diferentes porque seus compromissos diários são diferentes. Portanto, o parque tem uma sucessão complexa de usos e usuários.” (JACOBS, 2000, p.105)

A centralidade refere-se ao elemento espacial central que possui estrutura hierárquica superior aos demais, sendo referência no espaço da praça – polarizando os usos e legibilidade, sendo reconhecida como o centro da praça. A insolação, trazendo para a realidade brasileira, é a necessidade destes espaços formarem boas áreas de sombreamento para o verão e áreas ensolaradas para o inverno. Por fim, a delimitação espacial refere-se a noção de que os espaços livres públicos devem ser delimitados pelos edifícios, e não conformados simplesmente pelos resíduos deixados pela configuração de espaços fechados. (JACOBS, 2000)

“Espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere.” (JACOBS, 2000, p. 104)

Seguindo estes preceitos, a escolha da intervenção central deu-se pelo potencial dos espaços livres públicos já existentes – a Praça Turimar, que apesar do descaso quando às condições atuais, é o espaço livre público com maior diversidade de atividades, e o Campo de Futebol próximo, que atrai público em dias de jogos.

Os espaços encontram-se em área com crescimento espreado com habitações predominantemente residenciais, sem diversidade de usos e atividades. Desta maneira, pretende-se criar uma centralidade de bairro com a intervenção central, de forma a 1) requalificar os espaços livres públicos e adequá-los para maior apropriação e uso da população; 2) revitalizar vias existentes, a partir da criação de um sistema ciclovitário e de transporte público que passe por estes espaços, além de vias com iluminação, arborização e mobiliário urbano; 3) adensar as áreas principalmente no entorno da praça e na principal via de acesso, de modo a criar uma diversidade de usos no térreo para a criação de fachadas ativas e estimular o uso da população, criando-se assim, um novo centro.



Fig. 105 – Proposta – Praça Turimar
Fonte: Elaborado pela autora (2021)



Fig. 106 – Proposta – Av. Brasília
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

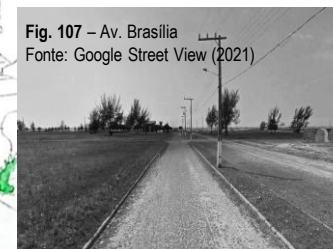


Fig. 107 – Av. Brasília
Fonte: Google Street View (2021)

INTERVENÇÃO CENTRAL

Envolvendo o entorno da praça no bairro Turimar (Vide localização na página 63)



Fig. 109 – Localização da ampliação da área central.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora.

500m

LEGENDA

- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
 - 01 – Secretaria de Educação
 - 02 – UBS
 - 03 – Proposta de centro comunitário
- ATIVIDADES COMERCIAIS
 - 01 – Pousada Magia da Sereia
 - 02 – Atividades comerciais diversas
 - 03 – Pousada Dona Mônica
- HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES

- ESPAÇOS PÚBLICOS
 - 01 – Praça Turimar
 - 02 – Campo de Futebol
- Sistema cicloviário
- Vias revitalizadas
- Conexões verdes



Fig. 108 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora. sem escala



Fig. 110 – Praça Turimar.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 111 – Entorno Praça Turimar.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 112 – Habitações na Rua Pernambuco.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 113 – Campo de Futebol.
Fonte: Autora (2021).



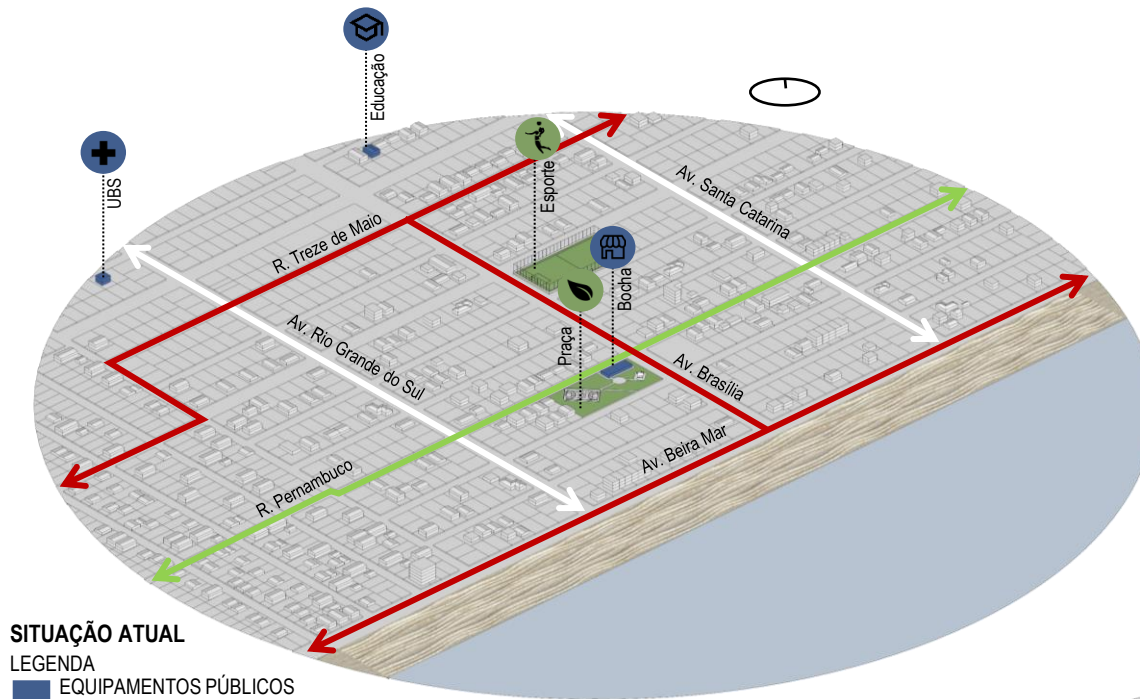
Fig. 114 – Av. Brasília.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 115 – Rua Pernambuco.
Fonte: Autora (2021).

ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS

A partir da proposta criada para a área central



SITUAÇÃO ATUAL

LEGENDA

- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

MALHA VIÁRIA - PROPOSTA

LEGENDA

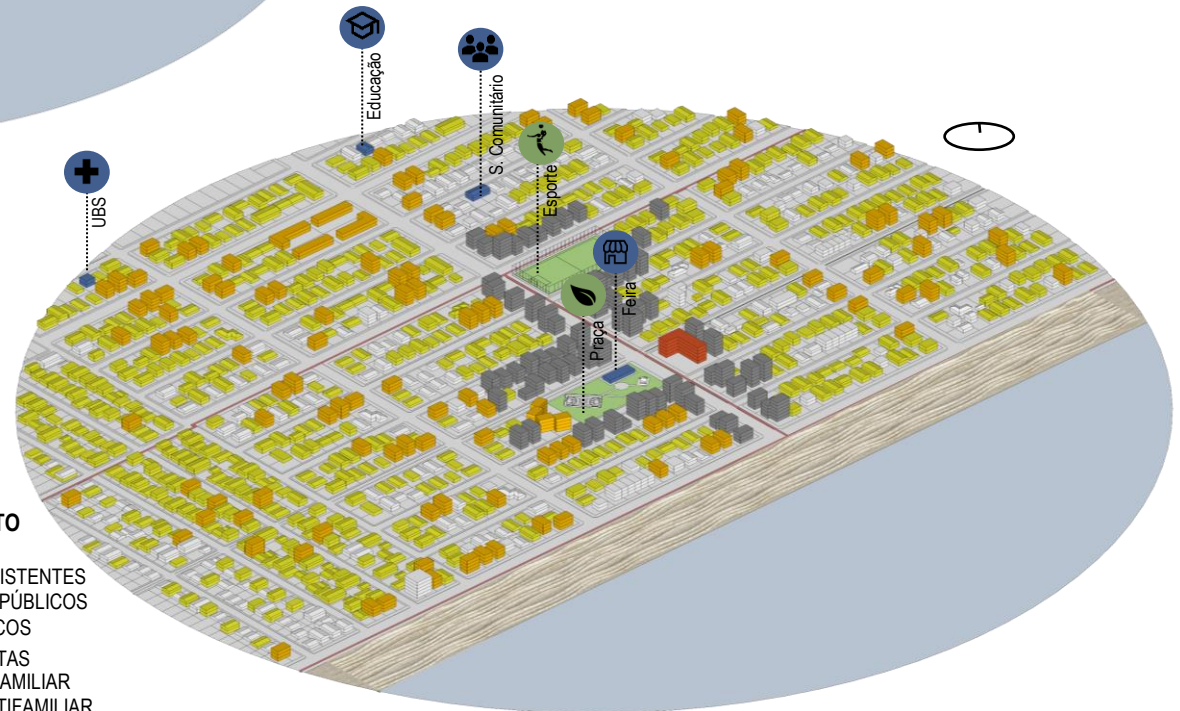
- SISTEMA CICLOVIÁRIO
- VIAS REVITALIZADAS
- CONEXÕES VERDES

Fig. 116 – Esquema volumétrico da situação atual da intervenção central.

Fonte: Autora (2021).

A situação atual da área, como mostrada na Fig. 116, é de uma ocupação predominante de habitações unifamiliares de até 2 pavimentos, habitações multifamiliares e equipamentos públicos, além dos espaços livres públicos. Para a estruturação da proposta foi feita uma malha viária com um planejamento de mobilidade com sistema ciclovitário, vias revitalizadas e conexões verdes.

Já a proposta de adensamento e usos na Fig. 117 mostra as edificações existentes que foram mantidas, a criação de um salão comunitário como equipamento público, além das novas edificações propostas – habitações unifamiliares, habitações multifamiliares, edifícios mistos com comércio no térreo e um centro comercial em frente a praça.



USOS E ZONEAMENTO

LEGENDA

- EDIFICAÇÕES EXISTENTES
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

LEGENDA DE PROPOSTAS

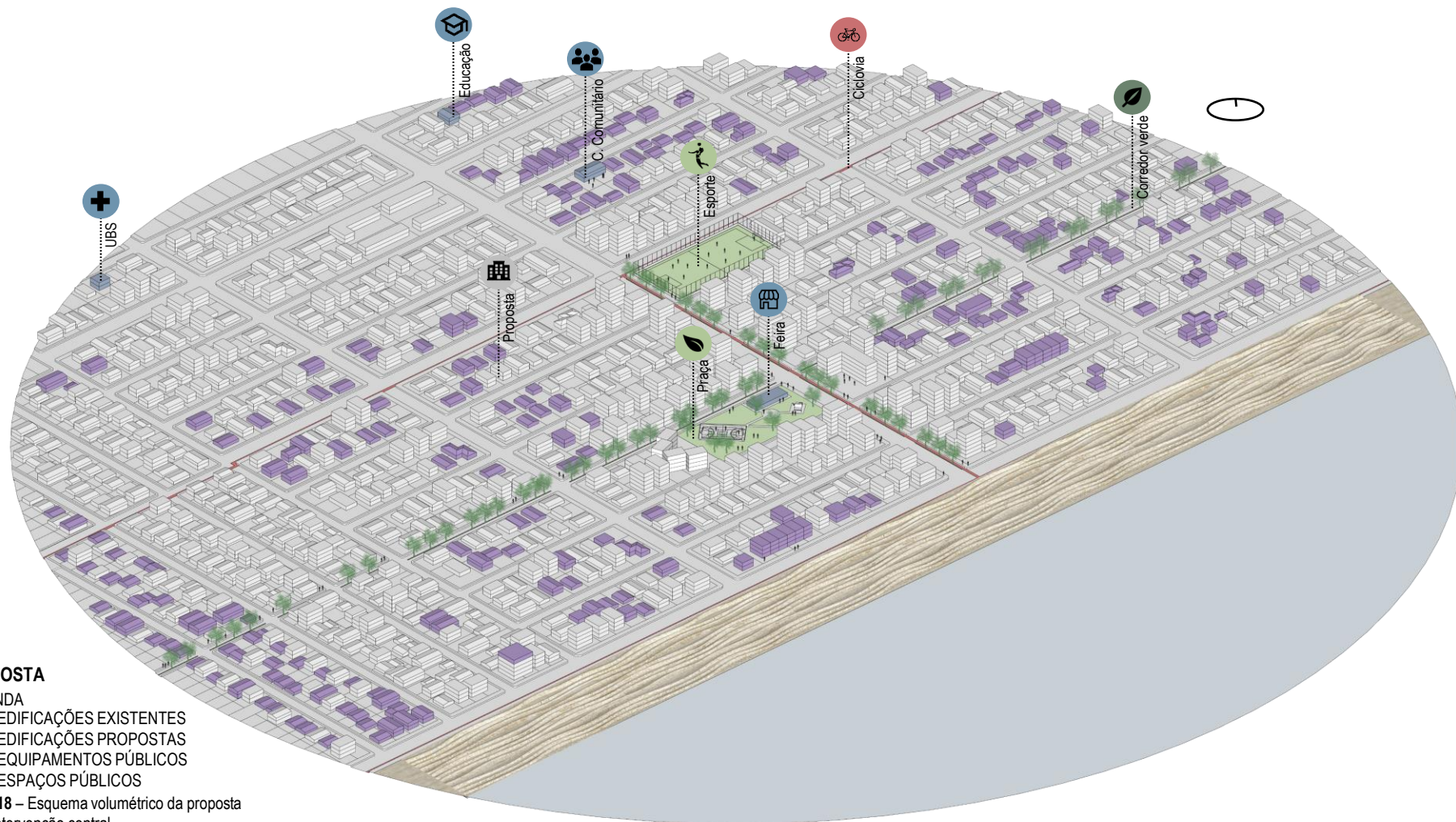
- HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
- HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR
- HABITAÇÃO MULTIF. + COMÉRCIO
- COMERCIAL

Fig. 117 – Esquema volumétrico da proposta para intervenção central.

Fonte: Autora (2021).

ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS

A partir da proposta criada para a área central



PROPOSTA

LEGENDA

- EDIFICAÇÕES EXISTENTES
- EDIFICAÇÕES PROPOSTAS
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

Fig. 118 – Esquema volumétrico da proposta para intervenção central.

Fonte: Autora (2021).



Edifícios propostos: edifícios propostos em lotes vazios ou lotes e edificações que sofrerão alteração de uso e ocupação do solo – edifícios mistos com fachadas ativas, até 6 pav. na via principal e até 4 pav. no entorno das praças.



Espaços livres públicos: revitalização dos espaços existentes para maior apropriação e vitalidade.



Sistema cicloviário: ciclovias conectando espaços livres, pontos de ônibus e equipamentos públicos.



Feira municipal: aproveitamento da edificação existente de estrutura de cancha de bocha para a realização de feiras e exposições municipais, de artesanato e agricultura.

LEGENDA DA PROPOSTA

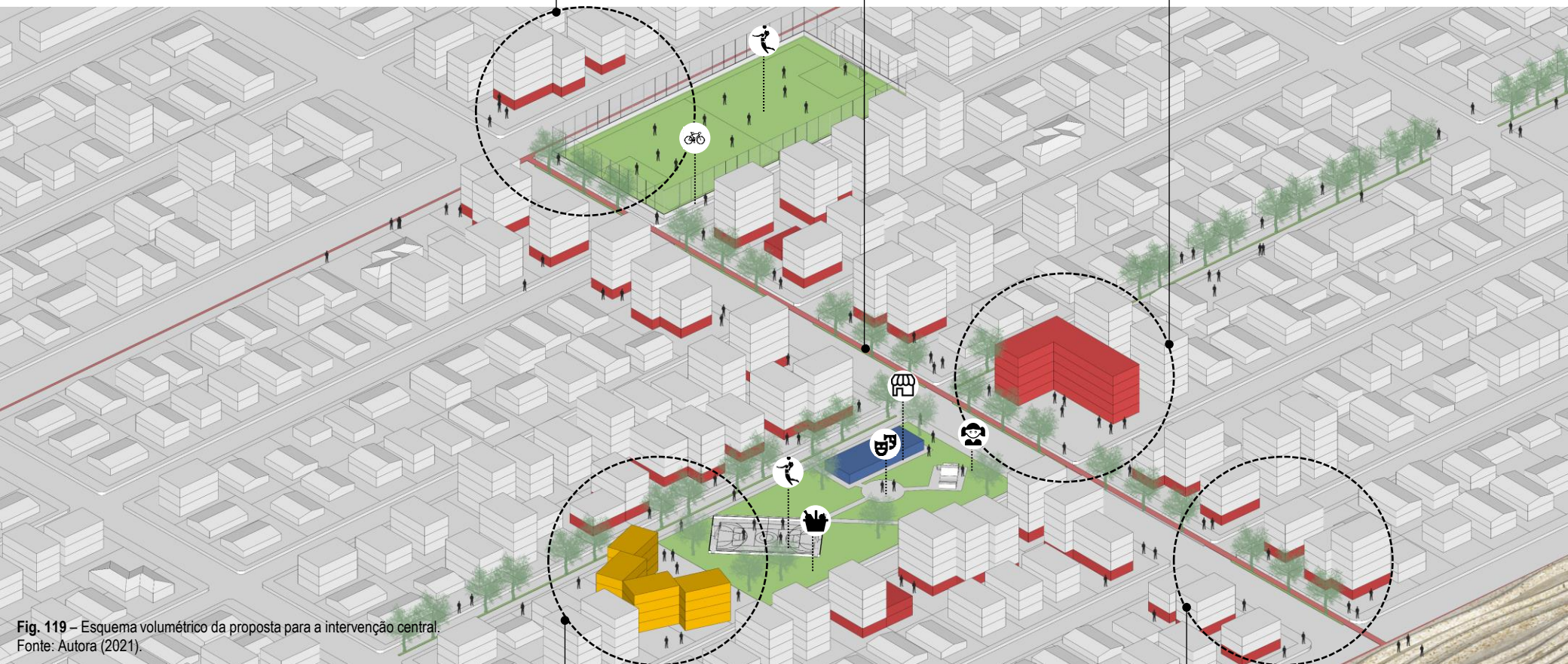
ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS: ELEMENTOS DA PROPOSTA

A partir da proposta criada para a área central

Edifícios mistos (multifamiliar + comércio/serviço) para criar fachadas ativas – mesas na rua, vitalidade.

Ciclovias conectando espaços livres, pontos de ônibus e equipamentos públicos.

Edifício comercial em frente a praça de modo a integrar com a área verde no seu entorno e ser uma atração.



Habitação multifamiliar com seu pátio voltado para a praça de modo a criar conexão e atração.

Fachadas ativas com atividades a nível de térreo, salão de beleza, sorveteria, restaurantes, mercearias, entre outros.

ATIVIDADES

LEGENDA

- ESPORTES
- PIQUENIQUE
- FEIRA MUNICIPAL
- EXPOSIÇÕES
- ESTAÇÃO DE BICICLETAS
- PARQUE INFANTIL

USOS

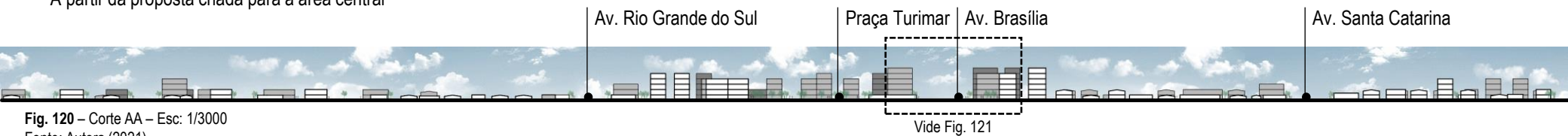
LEGENDA

- HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR
- COMERCIAL
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

Fig. 119 – Esquema volumétrico da proposta para a intervenção central.
Fonte: Autora (2021).

CORTES ESQUEMÁTICOS

A partir da proposta criada para a área central



PERSPECTIVAS 3D

A partir da proposta criada para a área central



CORTES ESQUEMÁTICOS

A partir da proposta criada para a área central

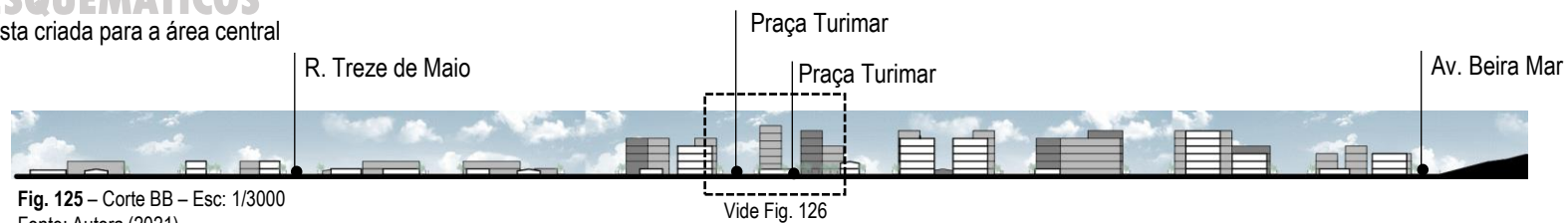


Fig. 125 – Corte BB – Esc: 1/3000
Fonte: Autora (2021).



Fig. 126 – Ampliação do Corte BB perspectivado – sem esc.
Fonte: Autora (2021).

PERSPECTIVAS 3D

A partir da proposta criada para a área central



Fig. 127 – Proposta para Av. Brasília
Fonte: Autora (2021).



Fig. 128 – Proposta para Praça Turimar
Fonte: Autora (2021).



Fig. 129 – Proposta para Av. Beira-mar
Fonte: Autora (2021).



Fig. 130 – Proposta para Praça Turimar
 Fonte: Autora (2021).



Fig. 131 – Proposta para o Campo de Futebol
 Fonte: Autora (2021).

5.6.2 SUL: A INTERVENÇÃO SUL A NÍVEL DE COMUNIDADE

Jacobs (2000), disserta em “Morte e Vida de Grandes Cidades” sobre os usos de parques de bairro, impondo-os não como espaços de vida atribuídos à população carente, mas parques como locais carentes que precisam da dádiva da vida. Deste modo, são as pessoas e usos dos parques que os modificam em lugares vivos e atrativos. Além disto, há uma crítica a veneração das “áreas livres” por meio do planejamento urbano ortodoxo, que faz alusão a estes espaços livres serem a solução universal para as cidades.

“Mais áreas livres para quê? Para facilitar assaltos? Para haver mais vazios entre os prédios? Ou para as pessoas comuns usarem e usufruírem? [...] as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá [...]. (JACOBS, 2000, p. 70)

“Os parques de bairro revelam certos princípios gerais do desempenho dos parques com mais clareza do que os parques específicos exatamente porque são o tipo mais numeroso de parque urbano que possuímos. Normalmente se destinam ao uso trivial geral, como pátios públicos, seja a localidade predominantemente ligada ao trabalho, predominantemente residencial, ou uma grande mistura. A maioria das praças enquadra-se nessa categoria de uso geral como pátio público; o mesmo ocorre com a maioria dos usos do solo projetados; e o mesmo ocorre com boa parte das áreas verdes que se aproveitam de acidentes naturais, como margens de rios ou topos de morros.” (JACOBS, 2000, p. 70)

Nesta perspectiva, a escolha da área para intervenção sul foi formada com foco na comunidade e na área verde existente ao lado de uma Igreja e um centro comunitário com potencial de servir como uma praça de bairro para contemplar a comunidade por meio de atividades como contemplação, repouso, espaço para piqueniques e também uma horta comunitária.

Além da revitalização e requalificação da área verde como praça e entorno também deve ser contemplado, a partir de 1) revitalização das vias existentes, criando um sistema cicloviário e de transporte público que passe por estes espaços, além de vias com iluminação, arborização e mobiliário urbano; 2) apropriação das esquinas atualmente como vazios urbanos para a criação de edifícios mistos com comércio no térreo, aumentando ainda mais a diversidade de usos; 3) valorização entre a relação praça-escola.



Fig. 132 – Praça da Igreja
Fonte: Autora (2021)

Fig. 133 – Proposta de horta comunitária
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

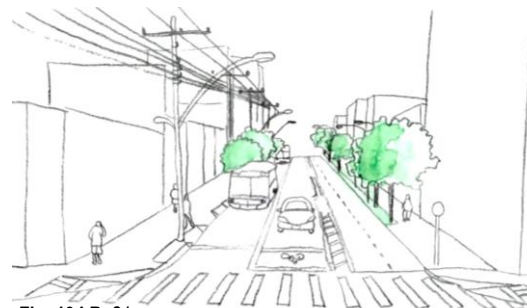


Fig. 134 R. 21
Fonte: Google Street View (2021)



Fig. 135 – Proposta viária – R. 21
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

INTERVENÇÃO SUL

Envolvendo o entorno da área verde com potencialidade de praça no bairro Jardim Ultramar (Vide localização na página 63)

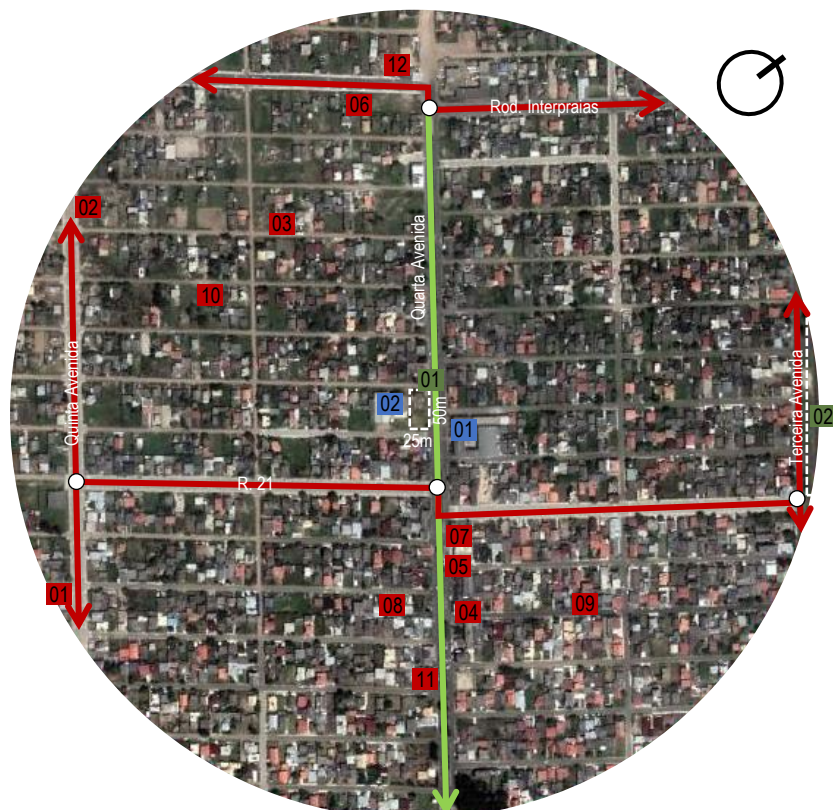


Fig. 137 – Localização da ampliação da área sul.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora.

500m

LEGENDA

ATIVIDADES COMERCIAIS

- 01 – Mercado Cardoso
- 02 – Mercado Scheffer
- 03 – Mercado Victória
- 04 – Supermercado Gaivotas
- 05 – Farmácia Zanatta
- 06 – Borracharia Rodrigues
- 07 – Mat. Construção Pacheco
- 08 – Bebidas Gaivota
- 09 – Supermercado Maresias
- 10 – Ísis Vestidos de Festa
- 11 – Loja Byadri
- 12 – Academia Sparring

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- 01 – E.E.B. Darcy Ribeiro
- 02 – Igreja + Centro Comunitário

ESPAÇOS PÚBLICOS

- 01 – Praça da Igreja
- 02 – Praça Emerson Rampinelli



- Sistema cicloviário
- Conexões verdes



Fig. 138 – Praça da Igreja.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 139 – Praça da Igreja.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 140 – Quarta Avenida.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 141 – Rua 21.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 142 – Habitações na Quarta Avenida.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 143 – E.E.B Darcy Ribeiro.
Fonte: Autora (2021).



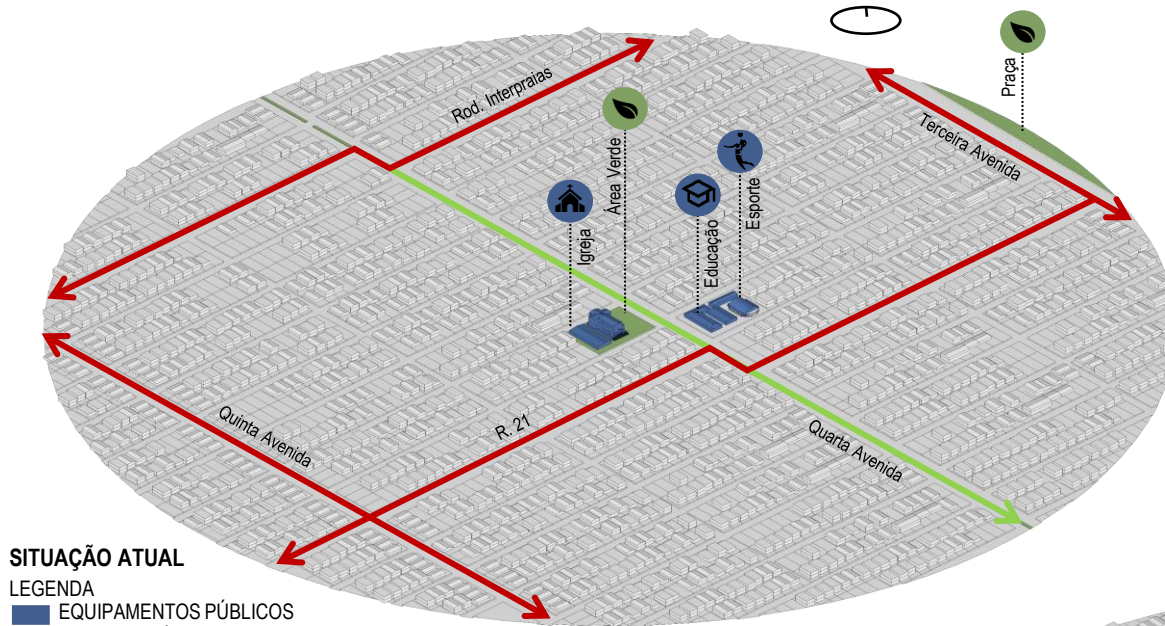
Fig. 136 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora. sem escala

ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS

A partir da proposta criada para a área sul

A área sul possui uma realidade diferente da anterior, como mostrado na Fig. 144 a área já possui adensamento com residências de tipologia unifamiliares, além de atividades comerciais. Em cima deste, foi feita uma estruturação de malha viária, com um sistema ciclovitário e corredores verdes que aparecem na área.

Como proposta então, os usos e adensamento não foram modificados, apenas foi adicionado edifícios de até 4 pavimentos para não descaracterizar o zoneamento existente, sendo edifícios multifamiliares com comércio no térreo a fim de incentivar a vitalidade e apropriação da praça. Os edifícios foram colocados em esquinas que eram vazios urbanos, e essa área possui destaque na relação da praça, além da igreja, com a escola presente no seu entorno.



SITUAÇÃO ATUAL

LEGENDA

- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

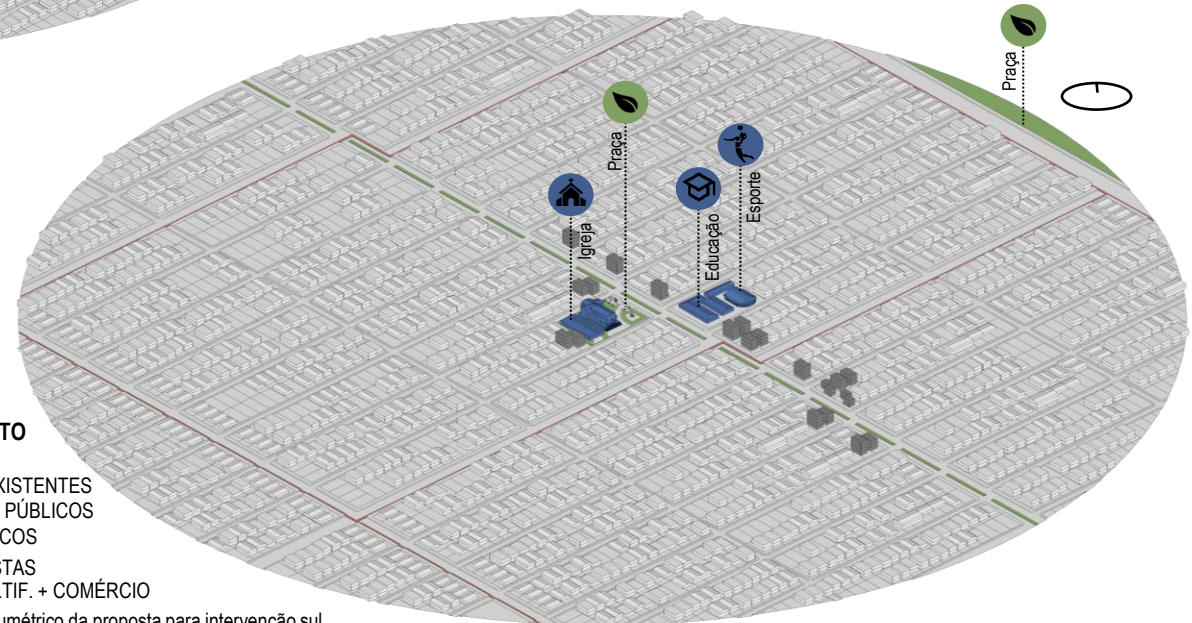
MALHA VIÁRIA - PROPOSTA

LEGENDA

- SISTEMA CICLOVIÁRIO
- VIAS REVITALIZADAS
- CONEXÕES VERDES

Fig. 144 – Esquema volumétrico da situação atual da intervenção sul.

Fonte: Autora (2021).



USOS E ZONEAMENTO

LEGENDA

- EDIFICAÇÕES EXISTENTES
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

LEGENDA DE PROPOSTAS

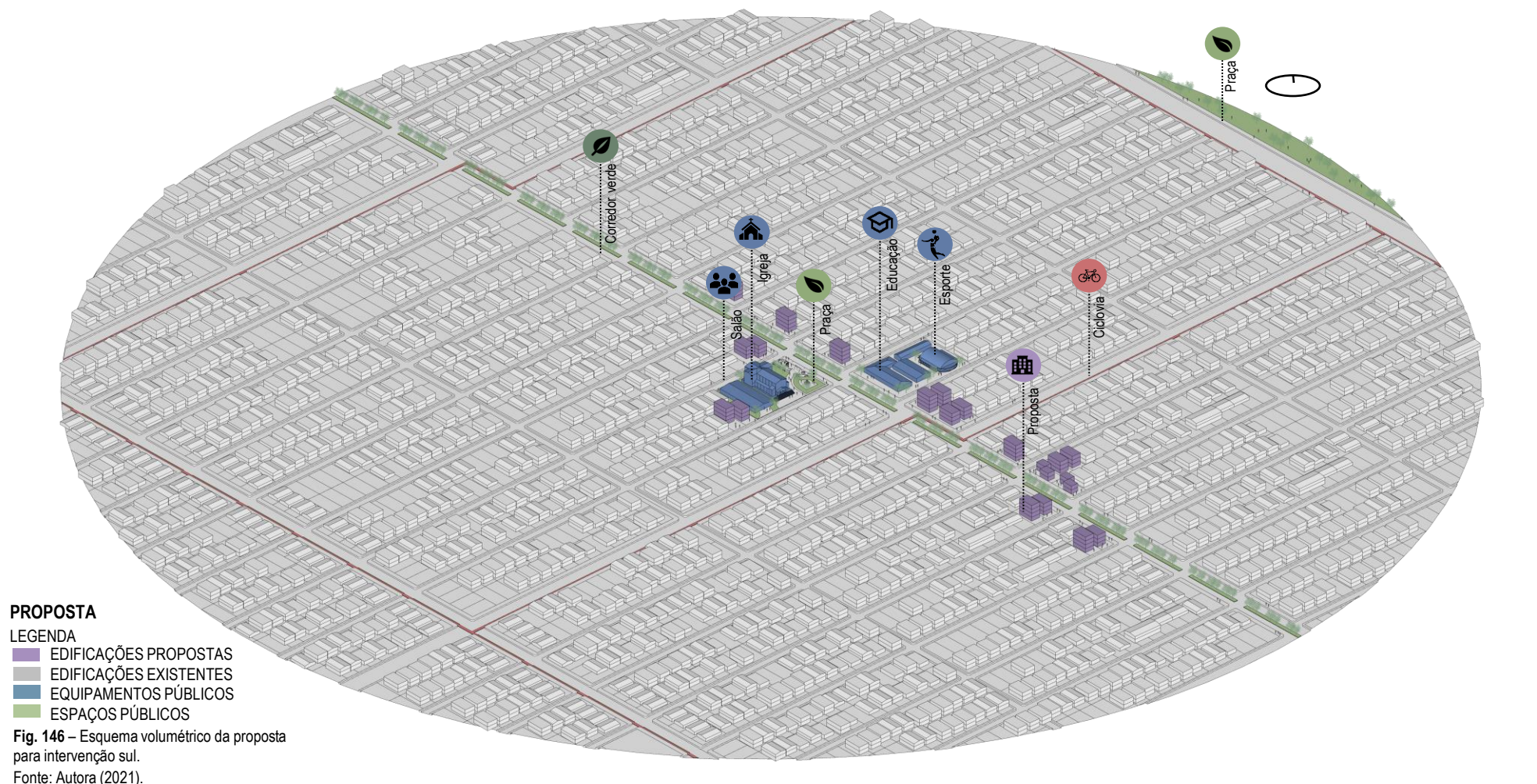
- HABITAÇÃO MULTIF. + COMÉRCIO

Fig. 145 – Esquema volumétrico da proposta para intervenção sul.

Fonte: Autora (2021).

ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS

A partir da proposta criada para a área sul



Praça: revitalização da área verde existente para uma praça ao lado da Igreja, com entorno de caráter residencial. Proposta de redesenho da área com caminhos e equipamentos para realização de atividades como parque infantil, piquenique, entre outros.



Corredores verdes: conexões de espaços livres por corredores verdes.



Sistema cicloviário: ciclovias conectando espaços livres, pontos de ônibus e equipamentos públicos.

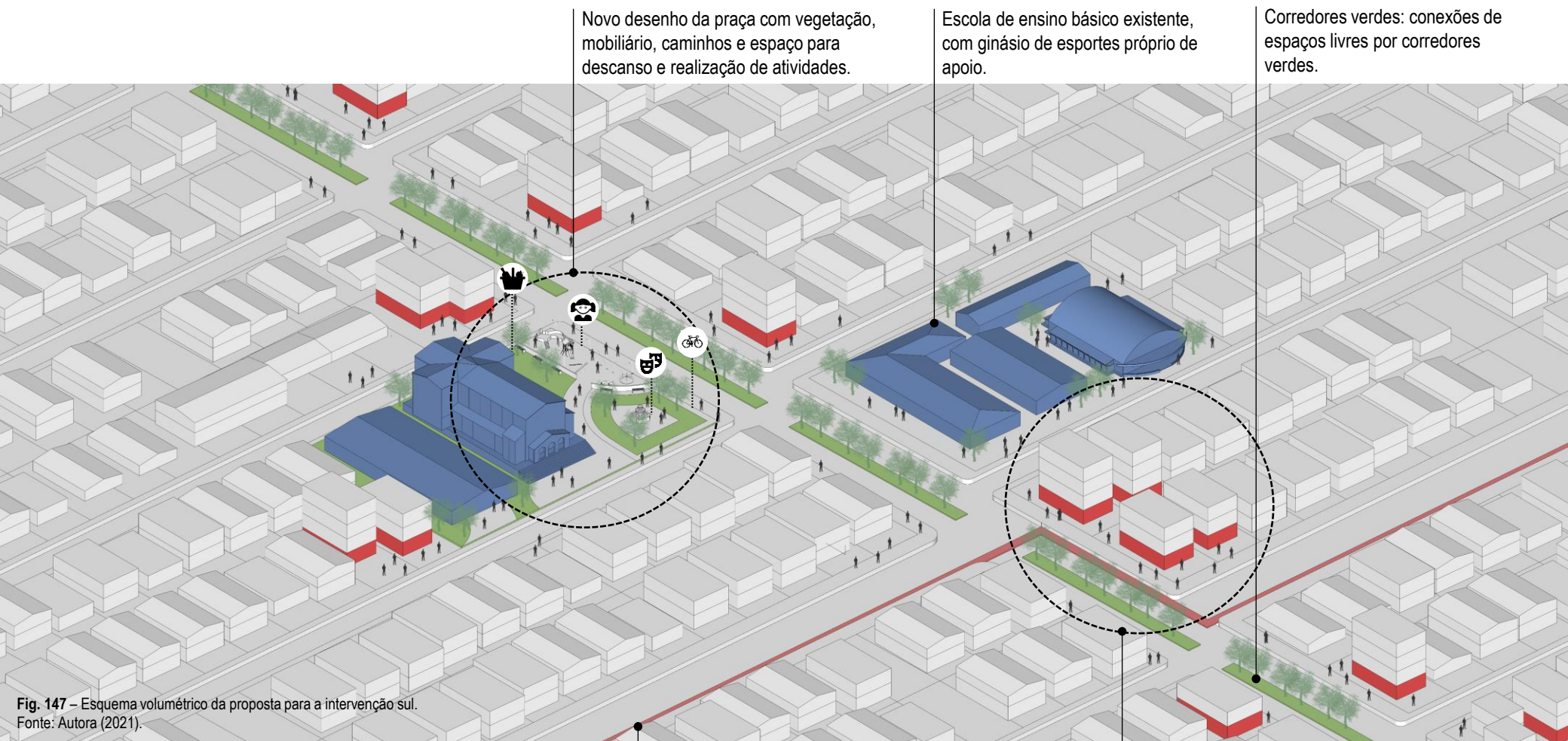


Edifícios propostos: edifícios multifamiliares de até 4 pavimentos com comércio no térreo propostos em lotes de esquinas vazias, próximos a praça, escola ou a principal via (Quarta Avenida).

LEGENDA DA PROPOSTA

ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS: ELEMENTOS DA PROPOSTA

A partir da proposta criada para a área sul



Novo desenho da praça com vegetação, mobiliário, caminhos e espaço para descanso e realização de atividades.

Escola de ensino básico existente, com ginásio de esportes próprio de apoio.

Corredores verdes: conexões de espaços livres por corredores verdes.

Ciclovias conectando espaços livres, pontos de ônibus e equipamentos públicos.

Edifícios mistos (multifamiliar + comércio/serviço) para criar fachadas ativas – mesas na rua, vitalidade.

ATIVIDADES

LEGENDA

- ESPORTES
- PIQUENIQUE
- FEIRA MUNICIPAL
- EXPOSIÇÕES
- ESTAÇÃO DE BICICLETAS
- PARQUE INFANTIL

USOS

LEGENDA

- COMERCIAL
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

Fig. 147 – Esquema volumétrico da proposta para a intervenção sul.
Fonte: Autora (2021).

CORTES ESQUEMÁTICOS

A partir da proposta criada para a área sul

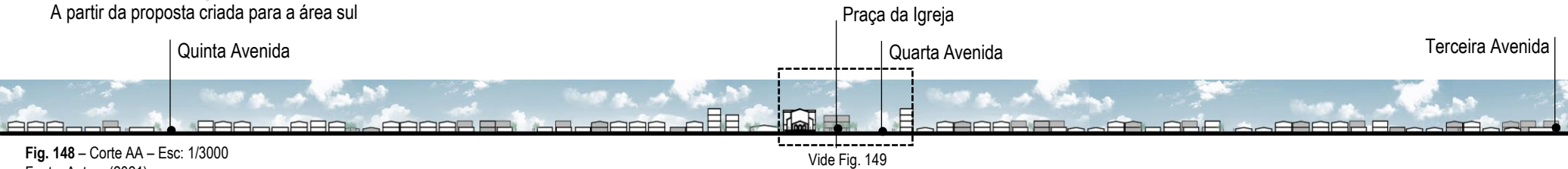


Fig. 148 – Corte AA – Esc: 1/3000
Fonte: Autora (2021).



Fig. 149 – Ampliação do Corte AA perspectivado – sem esc.
Fonte: Autora (2021).

PERSPECTIVAS 3D

A partir da proposta criada para a área sul



Fig. 150 – Proposta para Quarta Avenida
Fonte: Autora (2021).



Fig. 151 – Proposta para Praça da Igreja
Fonte: Autora (2021).



Fig. 152 – Proposta para Quarta Avenida
Fonte: Autora (2021).

CORTES ESQUEMÁTICOS

A partir da proposta criada para a área sul

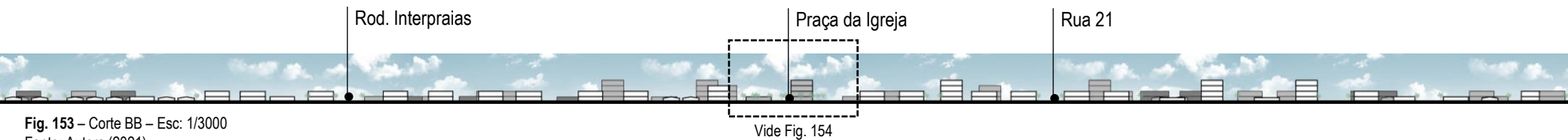


Fig. 153 – Corte BB – Esc: 1/3000
Fonte: Autora (2021).



Fig. 154 – Ampliação do Corte BB perspectivado – sem esc.
Fonte: Autora (2021).

PERSPECTIVAS 3D

A partir da proposta criada para a área sul



Fig. 155 – Proposta para a Praça da Igreja
Fonte: Autora (2021).



Fig. 156 – Proposta para a Praça da Igreja
Fonte: Autora (2021).



Fig. 157 – Proposta para a Praça da Igreja
Fonte: Autora (2021).



Fig. 158 – Proposta para Praça da Igreja
Fonte: Autora (2021).



Fig. 159 – Proposta para Praça da Igreja
Fonte: Autora (2021).

5.6.3 NORTE: A INTERVENÇÃO NORTE COMO INCENTIVO A ATIVIDADE TURÍSTICA

Vida atrai vida. É o que Jacobs (2000) expõe quando fala sobre as ruas e espaços públicos livres de uma cidade e o quanto eles precisam ser atrativos – e ter vida. A rua está diretamente ligada ao lazer, pois ela possui uma dinâmica de múltiplas situações, manifestações e socializações – e para isto, o lazer necessita estar em perfeita organização nos espaços.

Os investimentos no setor do lazer contribuem, para além de sua promoção, à educação, esporte, saúde, segurança, entre outros. Deste modo, mostra-se importante “perceber a dimensão do mesmo colocando-o enquanto um direito não menos importante de qualquer outro não cometendo, assim, o erro da hierarquização de direitos.” (MARCELINO, 2001, p. 6)

“Usos de lazer [...] deveriam ser trazidos para as beiradas dos grandes parques e implantados como elos entre o parque e a rua adjacente. Eles podem fazer parte do mundo da rua e, pelo outro lado, do mundo do parque e ser encantadores nessa vida dupla. Eles deveriam ser projetados não como cercas fechando o parque (isso seria terrível), mas como pontos de atividade intensa e atraente nas margens. Seu uso noturno deveria ser incentivado. Eles não precisam ser imensos. Três ou quatro casas de xadrez e damas, cada uma com um traço arquitetônico e uma disposição no projeto característicos, colocadas em pontos do perímetro de um grande parque, teriam um significado muito maior, para esse fim, do que uma casa de xadrez e damas quatro vezes maior.” (JACOBS, 2000, p. 183)

A intervenção norte tem como espaço livre público principal a Lagoa Cortada, utilizada para atividades de esportes aquáticos, lazer, além do uso da orla para contemplação e repouso, piqueniques e apreciação do pôr do sol, com a bela vista. Para melhor utilização e apropriação deste espaço público, visando vitalidade, foram propostas intervenções, tais como 1) criação de deck ou píer para as estadias nas dunas; 2) revitalização das vias existentes, criando um sistema de transporte público que passe por estes espaços, além de vias com iluminação, arborização e mobiliário urbano; 3) resolução do entorno a partir do adensamento residencial e com atrações turísticas, como pousadas e zonas gastronômicas.

Deste modo, é possível criar um incentivo ao turismo neste local de beleza natural, atraindo os mesmos turistas que iriam à cidade pela praia, a fim de movimentar a economia local.

Fig. 161 – Proposta viária – Av. A
Fonte: Elaborado pela autora (2021)



Fig. 160 – Av. A
Fonte: Google Street View (2021)

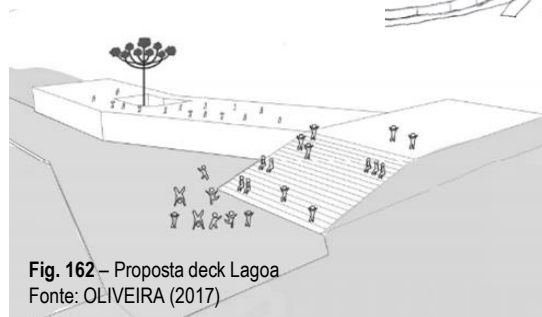


Fig. 162 – Proposta deck Lagoa
Fonte: OLIVEIRA (2017)



Fig. 163 – Dunas Lagoa Cortada
Fonte: Marlon Antonelli (2019)

INTERVENÇÃO NORTE

Envolvendo a orla da Lagoa Cortada (Vide localização na página 63)

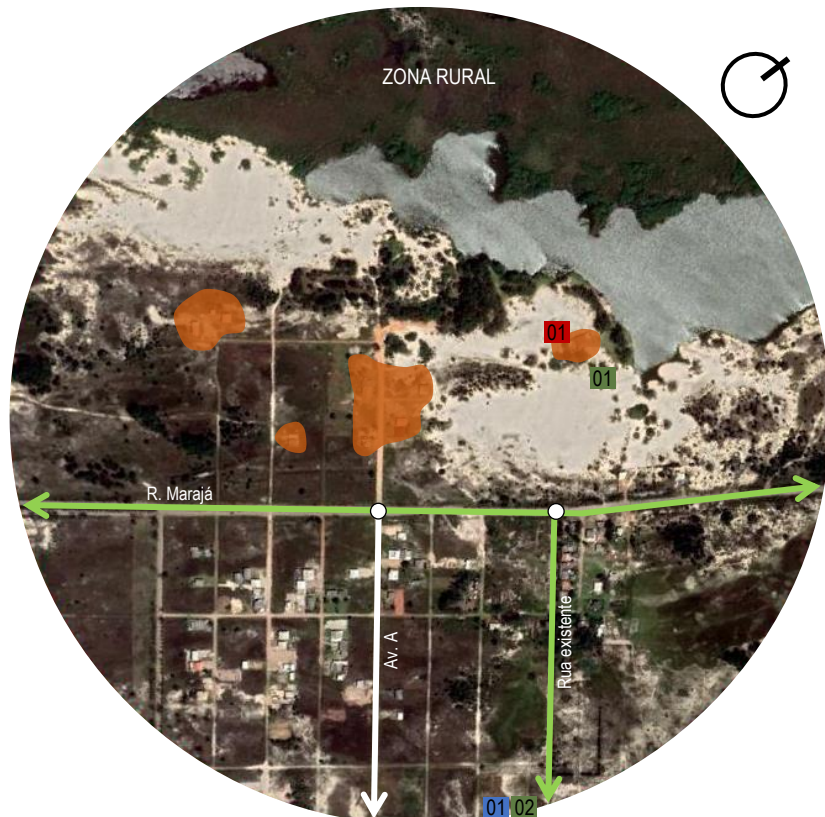


Fig. 165 – Localização da ampliação da área norte.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora.

500m

LEGENDA

- | | |
|---|---|
| ■ ATIVIDADES COMERCIAIS | ■ ESPAÇOS PÚBLICOS |
| 01 – Quiosques | 01 – Lagoa Cortada |
| ■ ASSENTAMENTOS IRREGULARES | |
| — Vias revitalizadas | 02 – Praça da Igreja |
| — Conexões verdes | |



Fig. 164 – Esquema de localização
Fonte: Elaborado pela autora. sem escala



Fig. 166 – Lagoa Cortada.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 167 – Parque Lagoa Cortada.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 168 – Rua existente de acesso às Dunas.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 169 – Av. A.
Fonte: Autora (2021).



Fig. 170 – Dunas da Lagoa Cortada
Fonte: Autora (2021).



Fig. 171 – Acesso ao Parque.
Fonte: Autora (2021).

ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS

A partir da proposta criada para a área norte

A fig. 172 mostra a situação atual da área norte que possui como espaço público livre principal a Lagoa Cortada e suas dunas, que possui potencialidade para ser um local de grande vitalidade, porém, por ser uma área mais afastada, não possui vias adequadas para acessos e seu entorno possui densidade baixa. A partir disso, foi criada uma estruturação de uma malha viária contemplando a intervenção, com vias revitalizadas e corredores verdes.

A proposta consiste em, além da estruturação viária, em um adensamento pensando em habitações unifamiliares como caracterização local, habitações multifamiliares, habitações mistas com comércio no térreo, e as atividades turísticas, mais perto da orla, com hospedagens por hotéis e pousadas e áreas gastronômicas.



SITUAÇÃO ATUAL

LEGENDA

■ ESPAÇOS PÚBLICOS

MALHA VIÁRIA - PROPOSTA

LEGENDA

— VIAS REVITALIZADAS

— CONEXÕES VERDES

Fig. 172 – Esquema volumétrico da situação atual da intervenção norte.

Fonte: Autora (2021).



USOS E ZONEAMENTO

LEGENDA

■ EDIFICAÇÕES EXISTENTES

■ EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

■ ESPAÇOS PÚBLICOS

LEGENDA DE PROPOSTAS

■ HABITAÇÃO UNIFAMILIAR

■ HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR

■ HABITAÇÃO MULTIF. + COMÉRCIO

■ ATIVIDADES TURÍSTICAS: GASTRONOMIA E HOSPEDAGEM

Fig. 173 – Esquema volumétrico da proposta para intervenção norte.

Fonte: Autora (2021).

ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS

A partir da proposta criada para a área norte

PROPOSTA

LEGENDA

- EDIFICAÇÕES EXISTENTES
- EDIFICAÇÕES PROPOSTOS
- LAGOA CORTADA

Fig. 174 – Esquema volumétrico da proposta para intervenção sul.

Fonte: Autora (2021).



Espaço livre público: proposta de decks e passarelas para a lagoa a fim de criar maior apropriação e utilização do local para estadia e contemplação do pôr do sol, além dos usuais esportes aquáticos e lazer.

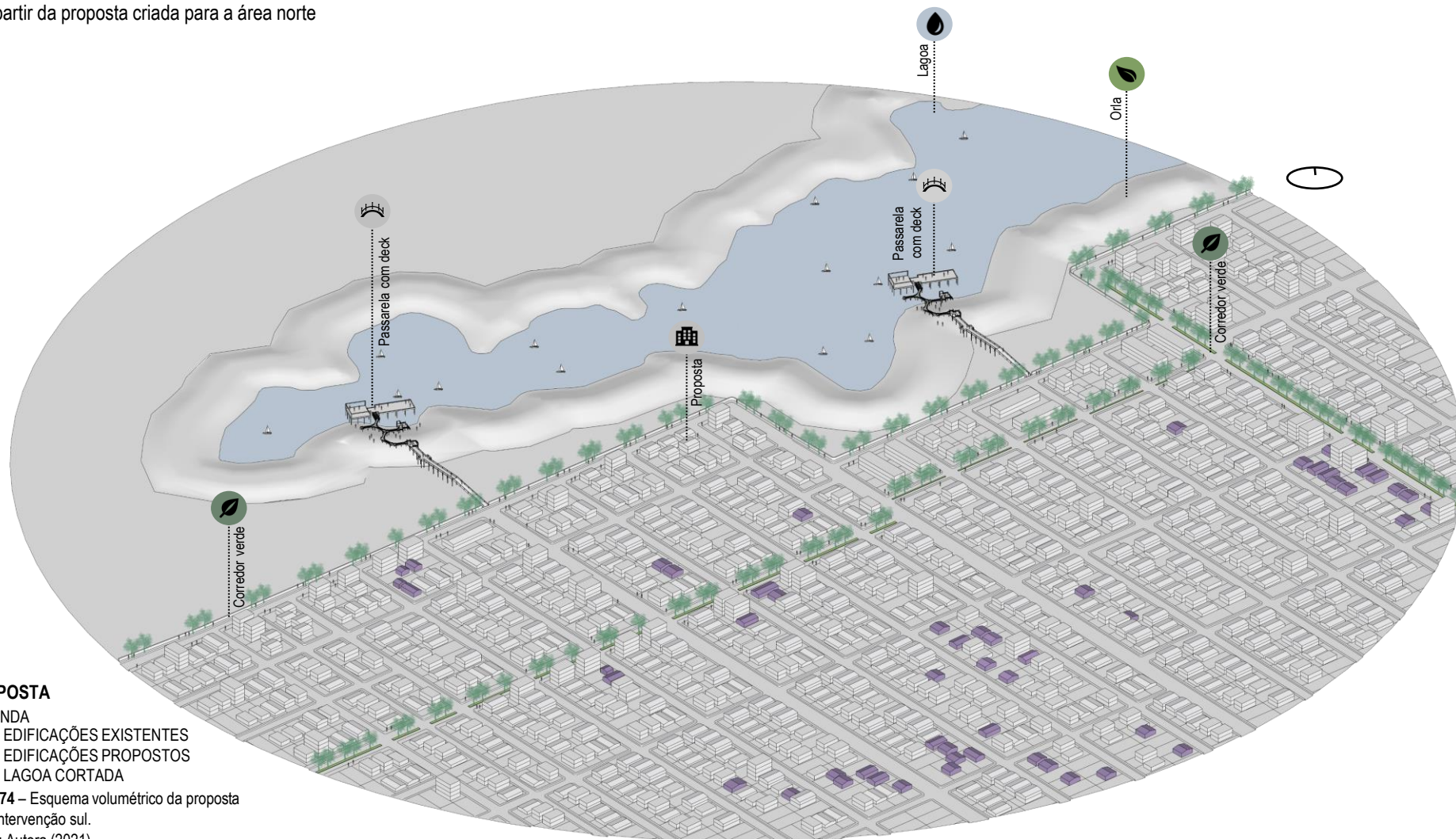


Edifícios propostos: os edifícios propostos variam de habitações (unifamiliares e multifamiliares), habitações mistas com comércio de bairro e edificações de atividades turísticas (hospedagem e gastronomia).



Corredores verdes: conexões de espaços livres por corredores verdes.

LEGENDA DA PROPOSTA

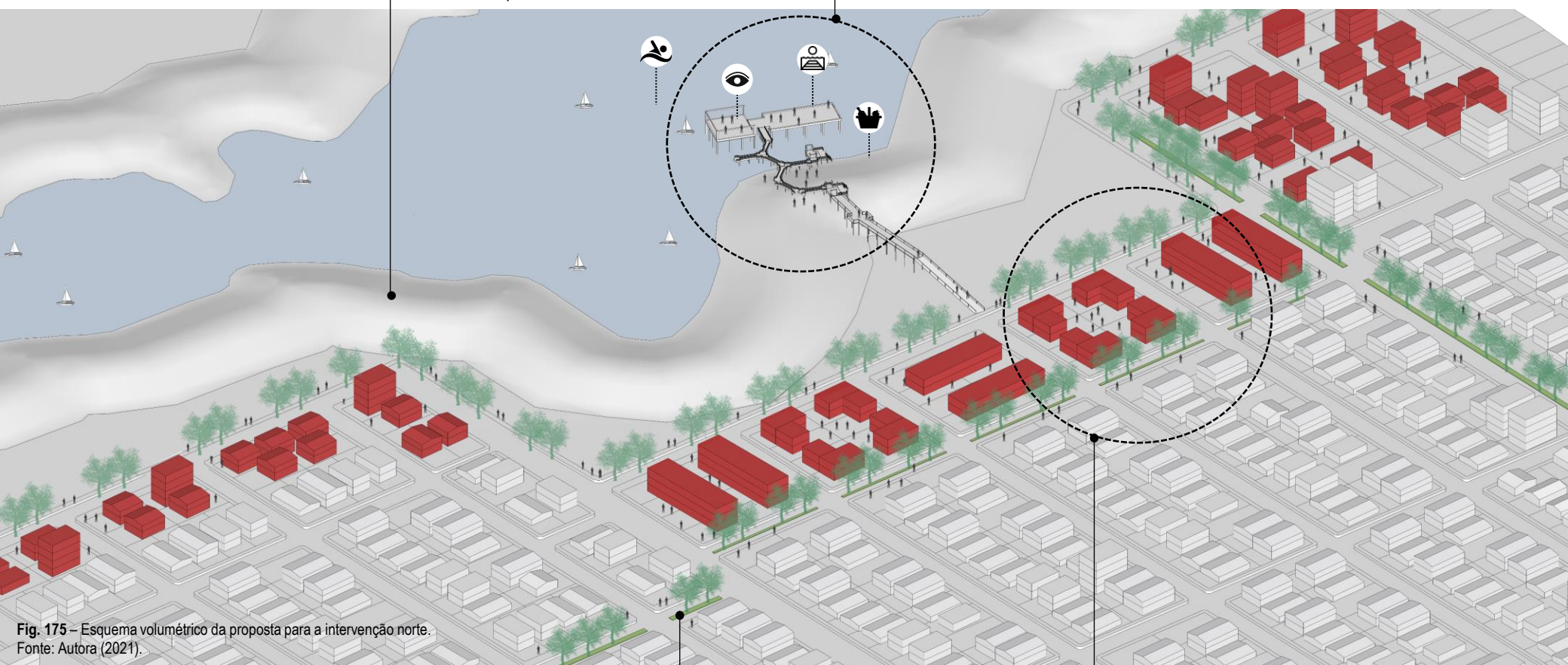


ESQUEMAS VOLUMÉTRICOS: ELEMENTOS DA PROPOSTA

A partir da proposta criada para a área norte

Realocação de assentamentos irregulares na APP, utilizando o instrumento urbanístico do direito de transferência, para uma área de adensamento.

Proposta de passarelas, decks e pier para contemplação, atividades e lazer.



Corredores verdes: conexões de espaços livres por corredores verdes.

Edificações próximas a Lagoa com atividades turísticas, como hospedagem: hotel, hostel, pousadas e gastronomia: restaurantes, lanchonetes, pubs.

ATIVIDADES

LEGENDA

- ATIVIDADES AQUÁTICAS
- PIQUENIQUE
- PIER
- CONTEMPLAÇÃO

USOS

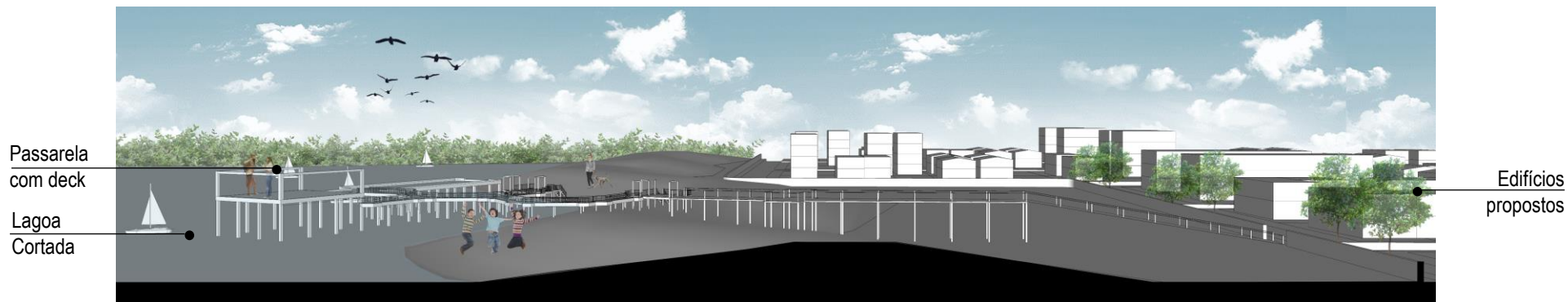
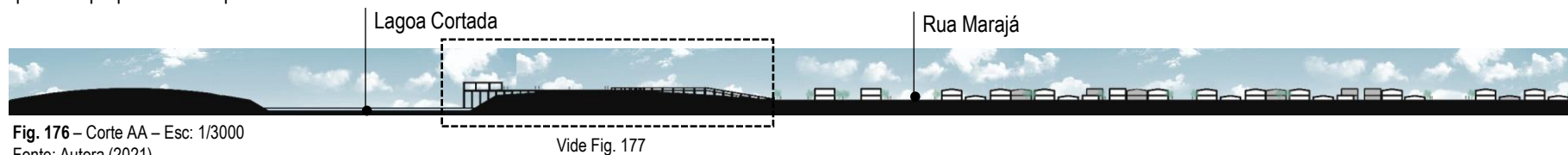
LEGENDA

- COMERCIAL
- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
- ESPAÇOS PÚBLICOS

Fig. 175 – Esquema volumétrico da proposta para a intervenção norte.
Fonte: Autora (2021).

CORTES ESQUEMÁTICOS

A partir da proposta criada para a área norte



PERSPECTIVAS 3D

A partir da proposta criada para a área norte



CORTES ESQUEMÁTICOS E PERSPECTIVAS 3D

A partir da proposta criada para a área norte



Fig. 181 – Corte BB – Esc: 1/3000

Fonte: Autora (2021).



Fig. 182 – Proposta para a Lagoa Cortada

Fonte: Autora (2021).



Fig. 183 – Proposta para a Lagoa Cortada

Fonte: Autora (2021).

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatar o significado do urbano requer além de meras intervenções pontuais, pois assegurar a continuidade dos espaços livres e da vida pública é uma responsabilidade para a comunidade em questão e do poder administrativo, sendo fundamental o envolvimento destes dois a fim de assegurar o bom funcionamento e a manutenção dos espaços públicos (ALEXANDRE, 2016, p. 111).

Todas os recortes analisados e propostos anteriormente possuem suas particularidades e importâncias singulares para a cidade – desde adensamento, incentivo ao turismo e revitalização de áreas verdes para se tornarem espaços públicos livres que são utilizados e apropriados.

Como o intuito do trabalho foi o desenvolvimento de uma proposta de sistema de espaços livres públicos como elemento estruturador e articulador da cidade de Balneário Gaivota/SC, a área escolhida para aprofundamento em um anteprojeto urbanístico no TFG II será o recorte da área central, principalmente por seu caráter de centralidade, que contribui como elementos de aglutinação urbana, ao contrário das outras que têm características de comunidade ou são mais isoladas. A área central possui dois espaços livres públicos importantes, atividades comerciais, de serviço, recreação, lazer e gastronomia, além de propor um sistema viário que diversifique as várias possibilidades de deslocamento, como transporte público, transporte privado e meios de deslocamento alternativo, como bicicleta e caminhada a pé.

Projetar um sistema de espaços livres públicos é uma maneira de repensar as cidades. O trabalho, além de ação projetual, propõe a intervenção nos espaços a fim de resgatar a vida urbana em sociedade, tornando a cidade mais viva, resiliente e apta a receber as futuras gerações.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, G.; CAVALCANTI, F. J.; BETIOLO, B. P. **Termo de Ajustamento**. 2007. Disponível em <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_detalle.asp?campo=69200>. Acesso em nov. 2020.

ALEXANDRE, Stephane Capistrano. **Praça linear uma proposta de espaço público na Messejana**. Universidade Federal do Ceará. 2016.

ALVES, F. M. (2003). **Avaliação da Qualidade do Espaço público Urbano**. Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização**. Rev. Bras. Educ. Fis. Esporte, São Paulo, v. 1, n. 25, p. 137-152, jan./mar. 2001. Trimestral.

BALNEÁRIO GAIVOTA. Prefeitura Municipal. Disponível em <<http://www.balneariogaivota.sc.gov.br/>>. Acesso em mar. 2021.

BARATTO, Romullo. **12 critérios para determinar um bom espaço público**. Disponível em <<https://archdaily.com.br/br/01-115308/12-criterios-para-determinar-um-bom-espaco-publico>>. Acesso em dez. 2020.

BECKER, Newton et al. **Sistema de espaços livres públicos e seus elementos determinantes: o caso de Fortaleza/CE**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 220-239.

BITENCOURT; Soriano-Sierra; ERNANDORENA. **Ações para Conter Impactos Ambientais na Orla Marítima: Caso do Município Balneário Gaivota**. Rio Claro – São Paulo. Ano XIII, v. 1, n. 1, janeiro/junho, 2013, p. 183.

BONZI, Ramón Stock. **Emerald Necklace – Infraestrutura Urbana Projetada como Paisagem**. Revista LABVERDE n°9, art. n°06. Dez/2014.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/balneariogaivota.pdf>>. Acesso em nov. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.

COHENCA, Daniel. **Modelagem de cenários de ocupação no litoral Sul de Santa Catarina utilizando técnicas de análise geoespacial**. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

COHENCA et al. **Ocupação na Zona Costeira do Sul de Santa Catarina: Uma Análise Histórica de Vetores e Processos**. Geosul: Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 47-65. 2017.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. PORTO ALEGRE: Bookman, 2013. 326 p.

FRANCISCO, M. (2005). **Espaço Público Urbano: oportunidade de Identidade Urbana Participada**. X Colóquio Ibérico de Geografia. Évora: Associação Portuguesa de Geógrafos.

GEHL ARCHITECT & HELLE LIS SØHOLT, A. (2002). **Public Spaces and Public Life**. Adelaide city Council. Disponível em <http://adelaidecitycouncil.com/assets/acc/Council/docs/public_spaces_and_public_life_report.pdf>. Acesso em nov. 2020.

Gehl Architects. (s.d.). **Major Projects book**. Disponível em <http://issuu.com/gehlarchitects/docs/ga_major_projects_book_single_pages>. Acesso em dez. 2020.

GEHL, J. (1987). **Life Between Buildings**. Using Public Space. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.

GEHL, J., & GEMZØE, L. (2002). **Novos espaços Urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA.

GEHL ARCHITECTS, Urban Quality Consultants Copenhagen. **Places for People**. Melbourne. 2004.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. 2021.

GOOGLE. **Google Imagens**. 2021.

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

JACOBS, Jane. **MORTE E VIDA DE GRANDES CIDADES**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2000. 296 p. Tradução de: Carlos S. Mendes Rosa.

LAMAS, J. (2004). **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

LEAL, Marta da Costa Seabra Vilhena. **Espaços de Recreio e Estadia em Eixos Urbanos Estruturantes**. Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território. 2013.

LEITE, M. A. F. P. **“Em favor da paisagem”**. Revista Paisagem Ambiente: ensaios, n. 21. São Paulo: 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MACEDO, Silvio Soares. **Espaços Livres: Paisagem, ambiente, ensaios**. São Paulo: 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. 4. ed. Campinas: Papiros, 2000.

MENEZES, Wanellyse Sousa. **Qualificação urbana por meio de espaços livres**: uma proposta de intervenção na área (oeste) de Palmas/TO. TCC (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFT, 2016.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer**. Ambiente Construído. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007. Trimestral.

PACHECO, Priscila. **Espaços Públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua**. 2017.

PANERAI, Phillippe. **O retorno à cidade. O espaço público como desafio do projeto urbano**. Projeto, n. 173, São Paulo, abr. 1994, p. 78-82.

PINTO, Marina Teixeira. **Qualificação do Sistema de Espaços Livres na Área Central da Cidade de Araranguá/SC**. 2015. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNESC, Criciúma, 2015.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras**. Vol. XIX, n. 21 - jan/jun 2011.

RIBEIRO, Jéssica Chaves. **À margem: sistema de espaços livres públicos nas periferias de Fortaleza**. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

RODRIGUES, Mariana de Freitas. **A cidade e as águas**: um sistema de espaços livres para o Rio Cocó. TCC (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, 2016.

RODRIGUES, Matheus Pereira et al. **Espaços de lazer em Curitiba – PR: entre a especificidade e a diversidade**. Licere, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 162-184, set. 2014. Trimestral.

RODRIGUES, Murilo Valim. **Terminal Rodoviário de Passageiros em Sombrio/SC**. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, UNESC, 2019.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. 1995.

ROLNIK, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: SESC/WLRA. Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized Society. São Paulo: Sesc, 2000, p. 179-184.

SANTOS, Leticia Costa de Oliveira. **Desenho Resiliente: infraestrutura verde e azul para redução do risco de alagamentos e enchentes em Joinville-SC**. 2016. 184 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

SERPA, Angelo. **Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma Abordagem Geográfica**. Espaço e Tempo (São Paulo), n 15, p. 21 - 37, 2004.

SETLIK, Gustavo Vieira. **Espaços Públicos de Lazer de Balneário Camboriú (SC): um estudo de caso**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Turismo e Hotelaria, UNIVALI, Balneário Camboriú, 2016.

SILVA, Giulia Corsi Moreno da. **Sistema de Espaços Livres Parque Paulistano**. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, 2016.

SILVA, Tayná da. **REAPROXIMAÇÃO DA CIDADE COM O MAR: O ATERRO DA VIA EXPRESSA SUL**. 2016. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; CASTRO, Alexandre Augusto Bezerra da Cunha. **Mobilidade urbana (e para além dela)**. Ponto de Vista. Revista da Associação Nacional dos Transportes Públicos – ANTP, São Paulo, 01 out. 2014.

SUMMA+. Argentina: Ação Editora, v. 125, 2013.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. 255p.

